

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Estado descumpre meta de julgamento de homicídios

O Paraná não conseguiu cumprir a meta estabelecida pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) e ainda acumula homicídios à espera de julgamento. O objetivo era julgar 90% dos processos recebidos até 2007, mas o índice no Tribunal de Justiça ficou em 70%. Ainda assim, o TJ-PR ficou à frente de 11 tribunais estaduais. A falta de magistrados é apontada como uma das causas da morosidade. Em Curitiba, há apenas dois juízes titulares e um substituto para apreciar processos de homicídios.

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» JUSTIÇA

Paraná ainda coleciona casos de homicídios sem julgamento

Estado não cumpriu meta mínima de julgamentos estabelecida pelo Enasp. Acúmulo é resultado da falta de estrutura do Poder Judiciário

Diego Antonelli

O Paraná ainda tem uma lista imensa de casos de homicídios à espera de julgamento. O estado não conseguiu julgar ao menos 90% dos 2.044 processos de assassinatos, porcentagem estabelecida como meta pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O acúmulo é resultado da falta de estrutura do Poder Judiciário, que precisaria de mais juízes e plenários para realização de julgamentos. Além disso, dificuldades em localizar testemunhas e de colocar em prática um mecanismo eficaz para o transporte de réus contribuem para o cenário.

O Tribunal de Justiça do estado julgou 70% dos processos recebidos até 2007. Apesar de o Paraná estar em situação melhor que 11 tribunais de médio e grande porte, a meta mínima estabelecida pela Enasp, que deveria

ter sido atingida até o final de 2012, não foi cumprida. Outra meta que não foi alcançada refere-se às ações que chegaram à fase de pronúncia (veja infográfico).

Segundo o gestor de metas do TJ-PR, Francisco Cardozo Oliveira, o número de processos de homicídios que devem ser julgados no estado até o final deste ano pode chegar a 2 mil. “Não depende apenas da vontade do juiz. Depende de provas e testemunhas, convocação de jurados e locais para fazer os júris”, afirma.

Mesmo não atingindo as metas, ele considera os números positivos. “Foram realizados mutirões e júris simultâneos. Não dá para dizer que vamos zerar o estoque porque sempre entram mais processos e temos que cumprir a função para combater a impunidade”, ressalta. Sem precisar o número de profissionais em atividade no Paraná que se dedicam ao julgamento de assassinatos, ele afirma também que “mais magistrados ajudariam” a agilizar os julgamentos.

O juiz do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Avelar, revela que há quatro anos vive a rotina de mutirões para colocar em dia os processos.

“Eu praticamente não tenho processos pendentes. Estou com a pauta de julgamentos de abril em aberto”, afirma. No entanto, reconhece as dificuldades do setor.

Segundo ele, são apenas dois juízes titulares e um substituto para apreciar processos de homicídios ocorridos em Curitiba. “Nós só temos um plenário para realizar os julgamentos. Precisaria de pelo menos mais dois juízes titulares”, estima.

O presidente da Associação dos Magistrados do Paraná, Fernando Ganem, defende que as comarcas em que há muitos crimes a serem julgados tenham vara especializada só para isso. “Ou uma força tarefa permanente, pois os crimes dessa natureza são os que atentam contra o bem mais valioso que o ser humano, a vida. Não podem ficar impunes”, ressalta.

CONTINUA

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Inquéritos não concluídos são cruciais

! O número de inquéritos policiais que investigam assassinatos sem desfecho é apontado como um dos principais fatores para que diversos casos permaneçam sem julgamento. O gestor de metas do TJ-PR, Francisco Cardozo Oliveira, afirma que laudos de necropsia e do Instituto Criminalística (IC) atrasam. “Isso faz com que esses inquéritos não se tornem processos e entrem em julgamento”, explica.

Segundo ele o Instituto Médico Legal e o IC do Paraná são defasados. “Os equipamentos são sucateados. Isso atrasa o inquérito e a investigação. Tudo depende de uma boa investigação, que facilita o julgamento”, salienta Oliveira. “É preciso reequipar a polícia para que tudo ande de forma mais rápida”.

Segundo o promotor de justiça Marcelo Balzer, apenas em Curitiba há 6 mil inquéritos policiais envol-

vendo homicídios sem conclusão. O juiz do Tribunal do Júri de Curitiba, Daniel Avelar, afirma que com a atual estrutura é impossível dar conta da demanda. “Se esse volume de inquéritos vier para julgamento, os três juízes (dois titulares e um substituto) não dão conta. Isso aqui vai parar”, ressalta.

Investimento

O governo do Paraná deve aplicar ainda neste ano R\$ 586 mil para aprimorar os serviços de perícia e investigação na área de crimes contra a vida, fortalecendo o IC e o IML. O recurso é resultado de um convênio entre o estado e a Secretaria Nacional da Segurança Pública.

Outro mecanismo para reduzir o tempo para produção de laudos elaborados pela Polícia Científica é o convênio firmado com a Superintendência de Polícia Técnico-Científica de São Paulo. Pelo acordo, a Secretaria de Estado da Segurança Pública do estado vizinho cedeu um software do sistema de gestão de laudos.

CONTINUA

23 MAR 2013

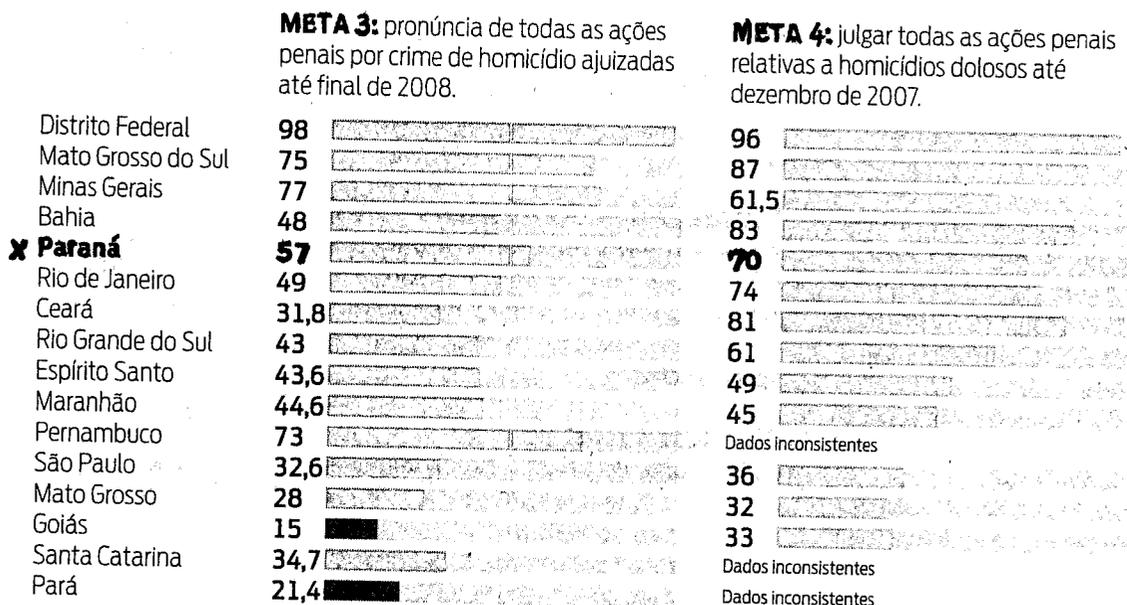
GAZETA DO POVO

NA FILA

CONTINUAÇÃO

O Paraná não atingiu as metas 3 e 4, estabelecidas pela Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. Entre os tribunais de grande e médio porte do Brasil, apenas o do Distrito Federal cumpriu os 90% de processos julgados e pronunciados.

Porcentual de cumprimento da meta Acima de 90 60 a 90 Entre 25 a 60 Abaixo de 25



Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Infografia: Gazeta do Povo.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

23 MAR 2013



ENASP

Lançada em 2010, a Enasp é resultado de parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça. Tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Foram estabelecidas metas específicas para cada órgão.

BRASIL

Em todo o país, foram julgados 18 mil processos de homicídio doloso recebidos até o final de 2008. Com isso, o estoque de ações, que estavam em tramitação há mais de cinco anos, foi reduzido de 30 mil para 12 mil. Os tribunais de Justiça do Distrito Federal, do Amapá e de Sergipe (os últimos classificados como "pequeno porte") foram os únicos que conseguiram superar os 90% da meta estabelecida.

TRANSPORTE

O gestor de metas do TJ-PR, Francisco Cardozo Oliveira, afirma que em Curitiba se busca facilitar o transporte de testemunhas até o local do júri. "Às vezes a pessoa mora longe ou é vizinho do réu e nesses casos oferecemos transporte com segurança a ela", diz. Ele também informa que se procura realizar júris simultâneos em situações que o réu é acusado de mais de um crime.

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

» VOTAÇÃO

Criação de cargos no TJ volta à pauta da Assembleia

Euclides Lucas Garcia

! A Assembleia Legislativa vai votar em segunda discussão na próxima segunda-feira o projeto de lei que cria 25 novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ) e 175 postos em comissão para assessorá-los. No fim do ano passado, mesmo pressionada pelo TJ, a Casa adiou a votação da matéria para este ano. A medida custará R\$ 25,4 milhões aos cofres públicos em 2013, e R\$ 30,1 milhões em 2015. Apresentada ainda na gestão do desembargador Miguel Kfoury Neto, a proposta pretende dar “estrutura adequada ao segundo grau de jurisdição para o enfrentamento das atuais necessidades jurisdicionais”. “Existem, hoje, esperando distribuição, cerca de 36 mil recursos”, argumenta o TJ. Atualmente, o tribunal tem 120 desembargadores. Nas últimas sessões do ano passado, o projeto chegou a ser aprovado em primeira discussão, mas acabou tendo a segunda votação adiada.

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Richa nomeia 54 servidores para a Defensoria Pública

IO governador Beto Richa assinou ontem a nomeação de 54 servidores do quadro geral da Defensoria Pública do Paraná. Serão chamados 45 agentes profissionais e nove assistentes técnicos. "A estruturação da Defensoria Pública é um compromisso assumido com os paranaenses", disse. Richa afirmou que as nomeações ampliam a atuação da Defensoria Pública no interior e garantem melhores condições para que a população mais carente tenha acesso à Justiça. Segundo ele, estimativas mostram que cerca de 90% das pessoas acusadas de crimes não têm condições financeiras para pagar um advogado.

GAZETA DO POVO

NOTAS POLÍTICAS

Contra o Google

23 MAR 2013

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu ontem manter a ação penal na qual o diretor do Google Brasil, Edmundo Luiz Pinto Balthazar, responde pelo crime de desobediência. Em setembro do ano passado, durante o período eleitoral, o juiz Ruy Jander Teixeira da Rocha, 17ª Zona Eleitoral de Campina Grande (PB), mandou prender o executivo por entender que a empresa descumpriu uma ordem judicial. A ação havia sido movida pelo então candidato do PSDB a prefeito de Campina Grande, Romero Rodrigues. O tucano acabou sendo eleito. Rodrigues havia pedido a retirada do YouTube de um vídeo que, segundo ele, o ridiculariza. O vídeo foi postado pelo usuário "Humor Paraíba" e ironizava um erro cometido pelo candidato durante o horário eleitoral.

Conversa afiada

HERMAS BRANDÃO

O conselheiro do Tribunal de Contas, que se aposenta no fim de abril, fala de sua sucessão no órgão.

Quando o senhor vai deixar o cargo no TC?

Completo 70 anos, em maio, mas vou pedir a minha aposentadoria compulsória no dia 30 de abril.

O senhor tem tentado agilizar o julgamento dos processos nos quais é relator?

Sim. Já pedi para a minha assessoria agilizar os processos em que sou relator. A intenção é colocar na pauta de julgamento, mas em alguns casos há recursos e daí temos que cumprir os prazos legais.

Nos bastidores, comenta-se que o senhor estaria trabalhando para tentar eleger o deputado Fabio

Camargo para substituí-lo no TC.

Eu não tenho como interferir na eleição. Tenho amigos na Assembleia e também inimigos. O que tenho feito são contatos. Não tenho mais peso político.

E o que pretende fazer depois de deixar o TC?

Vou voltar para a Inicitiva privada, no setor de agropecuária, empreendimentos e loteamentos. Volto com todo o gás.



TC nega ter dado aval para projeto de R\$ 3 bi

Angieli Maros

O Tribunal de Contas do Paraná (TC) negou ontem que tenha concedido aval ao projeto “Tudo Aqui Paraná”, que prevê a instalação de nove unidades de atendimento ao cidadão distribuídas em Curitiba, Cascavel, Foz do Iguaçu, Guarapuava, Londrina, Maringá e Ponta Grossa. Todos os terminais seriam implantados e operados na modalidade Parceria Público-Privada (PPP).

O valor do contrato para a empresa vencedora do processo licitatório — aberto até o próximo dia 25 de abril — é de quase R\$ 3 bilhões por 25 anos de prestação de serviço.

Em nota encaminhada ontem à imprensa, o presidente do TC, o conselheiro Artagão de Mattos Leão, disse que o tribunal não foi questionado sobre o projeto e também não autorizou ninguém a falar sobre a iniciativa em nome da instituição. No início da semana, o líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Ademar Traiano (PSDB), informou a jornalistas que o tribunal e o Ministério Público (MP) já teriam dado aval ao programa.

De acordo com a nota encaminhada pelo tribunal, o superintendente da Primeira Inspeção de Controle Externo do TC, o conselheiro Nestor Baptista, solicitou à Secretaria de Planejamento — responsável pela implan-



Artagão: o tribunal não foi questionado.

tação do projeto — cópias dos editais relativos ao programa. Só após analisar os documentos, é que o órgão deverá fazer um pronunciamento a respeito do tema.

Outro lado

Procurada, a assessoria de imprensa de Traiano disse ontem que a informação de que o tribunal e o Ministério Público teriam dado o aval ao projeto partiu do secretário de Planejamento, Cassio Taniguchi. A Secretaria de Planejamento, por sua vez, informou, por meio de nota, que “por consideração ao Tribunal de Contas do Paraná, ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça do Paraná, antes de lançar a licitação do Programa Tudo Aqui Paraná, realizou no ano de 2012, apresentações aos grupos técnicos, detalhando todo o projeto”.

MEC vai suspender novos cursos de Direito

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou ontem a suspensão de 100 novos cursos de Direito, cujos pedidos de autorização tramitam na pasta, além da criação de um rígido sistema de avaliação da qualidade do ensino jurídico, a ser construído em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ação resultará no fechamento de dezenas de faculdades e vestibulares da área em todo o país.

“Vamos fechar muitos cursos. Não haverá mais jeitinho e a tolerância será zero com quem não tiver qualidade”, avisou o ministro. A nova política regulatória vai incluir a valorização do estágio profissional, hoje considerado um “faz de contas”, segundo Mercadante, com a criação dos campos de prática.

O sistema de avaliação para fins de fechamento de cursos terá duas vertentes. Uma deriva da metodologia usada pelo MEC para avaliação dos cursos em geral, que neste ano será adotada na área de humanidades, que inclui o Direito. “Os cursos que tiraram notas abaixo de 3 num ciclo de quatro anos serão punidos com a suspensão”, avisou.

Outra forma de punição prevista no acordo inclui a análise dos aprovados no exame da OAB. Ou seja: os cursos que, de forma contumaz, não aprovam seus alunos no exame da ordem também serão fechados.

Hoje, existem no país 1.200 cursos de Direito, com 800 mil alunos matriculados, 6 vezes mais que os 200 cursos existentes há 20 anos.

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

Aborto 1

Como médico, gostaria de externar minha indignação sobre o posicionamento do CFM em relação ao aborto (**Gazeta**, 22/3). Não houve consulta aos médicos. Não sou representado por essas pessoas. Tenho dúvidas inclusive se é atribuição de um conselho de classe se posicionar numa questão política, especialmente sem ter sido provocado.

Adriano Murta Maia, Sete Lagoas – MG

Aborto 2

Não concordo com o editorial a respeito do aborto. Não há consenso de que desde a união entre os gametas masculino e feminino já estejamos diante de um novo ser humano. E o fato de deixar a decisão a cargo da mãe parece bastante razoável, uma vez que ela é quem terá de arcar com as consequências de seus atos – seja o aborto ou a gravidez.

Rômulo Viel

Aborto 3

O editorial faz juízo apressado de dilema que há muito aflige nossa sociedade, e de outros países que buscam atualizar leis distantes de apelos ideológicos, religiosos ou outros que não conjuguem o respeito à vida e a autonomia da mulher aos aspectos éticos, epidemiológicos, sociais e jurídicos. No debate relativo à interrupção da gestação, o CRM-PR teve posição vencida no colegiado do CFM quanto ao item da vontade da gestante até a 12ª semana. Deve-se buscar consenso sob espírito democrático e com responsabilidade.

Alexandre Gustavo Bley, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Polícia do RS indicia 16 pessoas pelas 241 mortes na boate Kiss

Entre os acusados estão os quatro suspeitos presos, bombeiros e funcionários da prefeitura. Inquérito será remetido ao TJ para avaliação da responsabilidade do prefeito

O inquérito sobre o incêndio da boate Kiss, em Santa Maria (RS), foi encerrado ontem com o indiciamento de 16 pessoas, por crimes como homicídio doloso qualificado e fraude processual. Entre os responsabilizados estão os quatro suspeitos presos, administradores da casa noturna, bombeiros, dois secretários municipais e funcionários da prefeitura.

O delegado Marcelo Arigony, responsável pelas investigações, afirmou que vai remeter o inquérito ao Tribunal de Justiça para que também seja avaliada a responsabilidade do prefeito Cezar Schirmer (PMDB). O anúncio dos resultados da investigação ocorreu durante a tarde em um auditório da Universidade Federal de Santa Maria.

A íntegra do inquérito soma 52 volumes e 13 mil páginas. Um vídeo obtido do celular de uma das vítimas mostrando o início do incêndio foi exibido na apresentação pela Polícia Civil. É possível que novos inquéritos sejam abertos para apurar questões que acabaram de fora desta etapa. Centenas de pessoas foram ouvidas, incluindo sobreviventes, fiscais do município, o prefeito e bombeiros.

A investigação começou em 27 de janeiro, o dia do incêndio, que provocou a morte de 241 pessoas. Centenas de sobreviventes ficaram feridos, incluindo cerca de 140 que precisaram ser hospitalizados.

O fogo iniciou por volta das 3 horas, quando um integrante da banda Gurizada Fandangueira, que fazia um show no local, acendeu um artefato pirotécnico. Faíscas atingiram uma espuma usada como revestimento acústico, que começou a queimar. Uma espessa fumaça preta tomou conta de todo o ambiente da casa noturna em poucos minutos, intoxicando os frequentadores.

Desde o dia seguinte à tragédia, estão presos os sócios da boate Mauro Hoffmann e Elissandro Spohr, o vocalista

da banda Marcelo Jesus dos Santos e o produtor Luciano Bonilha Leão.

O inquérito será levado ao Ministério Público, que vai analisar as provas e decidir se denuncia (acusa formalmente) os suspeitos à Justiça.

700 DEPOIMENTOS

foram tomados pela polícia para compor o inquérito, que inclui também vídeos e fotos da boate. A investigação, que começou no dia do incêndio, durou 54 dias.

CONTINUA

23 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

OS NOMES

Veja abaixo a lista de todos os indiciados pela polícia e os respectivos crimes:

Homicídio doloso

- **Marcelo de Jesus dos Santos** – vocalista da banda Gurizada Fandangueira.
- **Luciano Augusto Bonilha Leão** – produtor da banda Gurizada Fandangueira.
- **Elissandro Callegaro Spohr (Kiko)** – sócio da boate Kiss.
- **Mauro Londero Hoffman** – sócio da boate Kiss.
- **Ricardo de Castro Pasche** – gerente da boate Kiss.
- **Ângela Aurélia Callegaro** – sócia da boate Kiss e irmã de Kiko.
- **Mariene Terezinha Callegaro** – sócia da boate e mãe de Kiko.
- **Gilson Martins Dias** – bombeiro responsável pela fiscalização.
- **Vagner Guimarães Coelho** – bombeiro responsável pela fiscalização.

Homicídio culposo

- **Miguel Caetano Passini** – secretário municipal de Mobilidade Urbana.
- **Luiz Alberto Carvalho Júnior** – secretário municipal do Meio Ambiente.
- **Beloyannes Orengo de Pietro Júnior** – chefe da Fiscalização da Secretaria de Mobilidade Urbana.
- **Marcus Vinícius Bittencourt Biermann** – funcionário da Secretaria de Finanças que emitiu o alvará da boate.

Fraude processual

- **Gerson da Rosa Pereira** – bombeiro que incluiu documentos na pasta do alvará da boate.
- **Renan Severo Berleze** – bombeiro que incluiu documentos na pasta do alvará da boate, responderá também por fraude processual.

Falso testemunho

- **Elton Cristiano Uroda** – ex-sócio da boate Kiss, responderá também por falso testemunho.

24 MAR 2013

GAZETA DO POVO

➤ SUPERLOTAÇÃO CARCERÁRIA

Mutirão analisa 2 mil processos de presidiários

Na ação é julgada a concessão de benefícios a presos. Seju estima que o Paraná tem 6 mil processos de detentos à espera de análise

| Raphael Marchiori

J.R.R., 25 anos, passou o último ano de sua vida em um espaço de pouco mais de dois metros quadrados com outras 14 pessoas. Réu primário, foi condenado ao regime fechado após tentar roubar um carro avaliado em pouco mais de R\$ 70 mil. Um ano após a condenação e graças ao bom comportamento na cadeia, ele viu seu pedido por liberdade condicional ser atendido.

“Agora, vou retomar a vida. Hoje, pretendo ir à praia para celebrar”, comemorou o jovem, após ouvir o parecer favorável da Justiça, na última sexta-feira, em uma sala do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos (Ceebja) Mario Faraco, em Piraquara, na Região Metropolitana de Curitiba.

O pedido de liberdade de J.R.R. foi analisado dentro de um mutirão carcerário, organizado pela Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju), para julgar processos que estavam pendentes de avaliação. A ação começou na semana passada e deve ser concluída até a próxima quarta-feira.

No total, o mutirão deverá retirar da fila 2 mil processos penais de Curitiba e região. Até a manhã de sexta-feira, 412 casos haviam sido julgados — 348 deferidos e 64 indeferidos. Dentre as ações aceitas pelos juízes da 1.ª, 2.ª e 3.ª Varas de Execução Penal (VEPs), 110 eram referentes à condução de presos para o regime semi-aberto. Os demais se tratavam de remissões de pena, indultos e outros benefícios concedidos aos condenados.

Segundo Maria Tereza Uille Gomes, titular da Seju, o trabalho visa reduzir a superlotação carcerária nas cadeias administradas pela Secretaria de Segurança Pública (Sesp) e também naquelas sob responsabilidade conjunta das duas pastas.

O Paraná tem atualmente 10.568 presos encarcerados nessas condições — cerca de 6 mil acima da capacidade de atendimento. Outros 17.516 estão sob custódia da Seju, em penitenciárias.

No total, a secretária de Justiça estima que 6 mil processos estejam pendentes de avaliação no sistema judiciário do Paraná — cerca de 4 mil deles no interior do estado. “No dia 4 de abril, com autorização do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná e a presença dos juízes das outras VEPs, vamos avaliar os processos pendentes para levarmos essa metodologia das varas de Curitiba.”

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

24 MAR 2013

PLANOS DE FUTURO

Em liberdade, condenados sonham em retomar a vida

Um das remissões de pena deferidas pela Justiça no mutirão carcerário beneficiou V.C., sem idade revelada, que foi flagrado em 2011 após um assalto à mão armada em Curitiba. À época, conta ele, seus filhos tinham 1 e 2 anos de vida.

"Fui na onda dos amigos e da cachaça. Não precisava daquilo, pois tinha carro, empresa. Demorei para cumprir a pena porque recorri e acabei pegando sete anos de reclusão", afirma o homem, que cumpriu três anos entre o regime fechado e o semiaberto e agora planeja retomar o controle da sua empresa de venda de purificadores de água.

Aviso

V.C. ouviu a advertência de um escrivão, última etapa antes da liberdade, ao lado da ex-presidiária T.G.M., 27 anos, que também recebeu a liberdade condicional. Mãe de dois filhos, um deles de 11 anos, ela foi presa por furto logo após dar à luz ao seu segundo filho. "Como eu tinha outra condenação, peguei seis anos [de reclusão]", conta, antes de chorar ao ouvir as advertências do funcionário do Judiciário – não poderá se ausentar de Curitiba por mais de 15 dias sem autorização judicial e não poderá ficar na rua após as 23 horas. (RM)

A ação prossegue até quarta-feira: esperança de liberdade.



O mágico limite das 12 semanas

O Movimento Nacional da Cidadania pela Vida — Brasil sem Aborto veio a público no dia 22 repudiar a Circular 46/2013 do Conselho Federal de Medicina (CFM), divulgada no dia 12 de março e mais amplamente difundida no dia 20, na qual se propõe a descriminalização do aborto em diversas situações — inclusive, pela simples vontade da gestante, até a 12.^a semana de gestação.

Em relação a esse “prazo”, a nota que divulgamos comenta: “Na tentativa de justificar a iniciativa, o presidente do CFM afirma em sua página que a restrição à 12.^a semana motiva-se porque ‘a partir de então o sistema nervoso central já estará formado’. Surpreende que um médico possa dizer isso. Deixando de parte o fato de que a dignidade humana independe da formação de sistema nervoso, qualquer estudante do segundo ano de Medicina já aprende, em suas aulas de Embriologia, que os 12 pares de nervos cranianos se formam durante a quinta e a sexta semanas do desenvolvimento. Que na nona semana ocorre a inervação dos músculos, e a criança em formação salta dentro do útero, exercitando perninhas e bracinhas, organizando as conexões nervosas. Que na décima semana de gestação o embrião está praticamente todo formado e, a partir daí, haverá basicamente a maturação e crescimento dos órgãos e sistemas do bebê”.

Outro aspecto apontado pelo CFM é que, nessa idade, a criança em formação no útero da mãe ainda não sentiria dor. Novo “equivoco”. Todos os estudos mostram que ela reage a estímulos, e raras gravações por ultrassom enquanto se realizam abortos demonstram que ela foge dos instrumentos abortivos, procurando inutilmente algum canto seguro no útero da mãe que a rejeita. De qualquer modo, embora seja mais cruel matar com dor, certamente o dano principal é a retirada da vida e de todos os direitos que poderiam ser exercidos ao longo da mesma.

Outro aspecto relevante diz respeito ao único ponto em que o CFM traz proposta diferente do PL 236. Comparemos: o PL 236/2012, que tramita no Senado, diz que o aborto não deve ser crime em alguns casos, entre eles “se por vontade da gestante, até a 12.^a semana da gestação, quando o médico ou psicólogo constatar que a mulher não apresenta condições psicológicas de arcar com a maternidade.” Já o CFM substitui por “Se por vontade da gestante até a 12.^a semana da gestação”.

Como se vê, o CFM retirou justamente a referência ao médico, provavelmente porque os médicos sabem que é impossível fazer o diagnóstico que deles se espera no PL 236. Coloca-se toda a responsabilidade da decisão sobre a mulher. Também sobre isso comenta a nossa nota: “Justifica-se o aborto com base em uma premissa ‘autonomia da mulher’. Desconsidera-se, assim, o direito à vida, primeiro de todos os direitos, cláusula pétrea da nossa Constituição. Além disso, é preciso dizer que na maior parte das vezes a decisão pelo aborto parte do homem, que deseja se desobrigar da criança que ajudou a gerar, e leva a mulher — por vezes, não sem violência — a procurar o aborto.”

Prosseguimos: “A verdadeira solução do problema do aborto está na prevenção, no trabalho educativo para que se evitem gravidezes indesejadas, no apoio à mulher que se encontra em situações difíceis, na vigilância pública de clínicas clandestinas e na devida punição dos responsáveis por elas.

Se o aborto é o problema, o aborto não pode ser a solução”.

Lenise Garcia, professora da Universidade de Brasília, é presidente do Movimento Nacional da Cidadania pela Vida — Brasil sem Aborto.

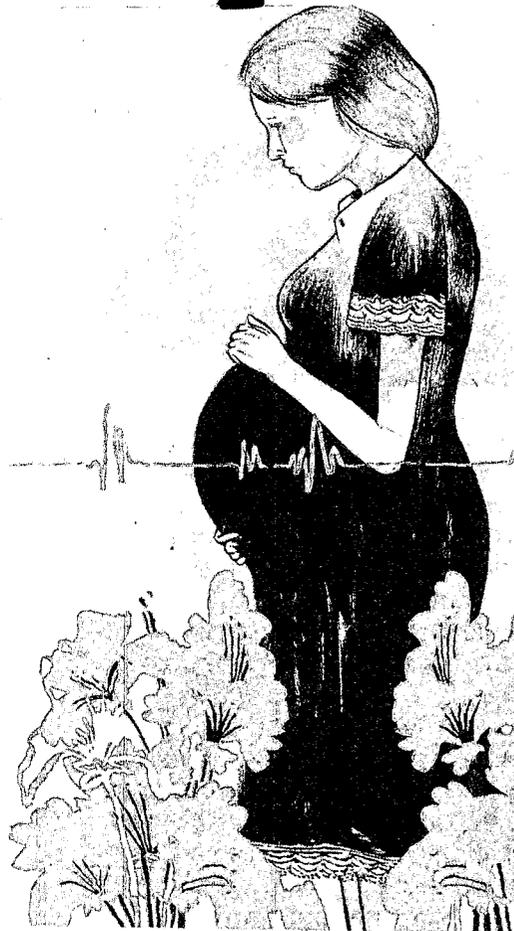
24 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Aborto coloca médicos em posições opostas

A defesa feita pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), da possibilidade de interrupção da gravidez até a 12.^a semana de gestação apenas com o consentimento da mulher, divide os médicos. Para o ginecologista e obstetra paranaense José Marcos, que atua na área há 40 anos, o problema é a falta de informações sobre os métodos anticoncepcionais. Já o obstetra Jefferson Drezett, da Sociedade Brasileira de Progresso para a Ciência, que faz abortos de casos não punidos pela lei, afirma que a decisão do CFM respeita os direitos humanos da mulher. Confira o que pensam os dois especialistas sobre o tema:

Kamila Mendes Martins



CONTINUA

JOSÉ MARCOS,
ginecologista e obstetra

O trauma do aborto a mulher carrega a vida inteira

O que o senhor achou da posição do CFM?

Atualmente é injustificável fazer o aborto. Com tantos meios de anticoncepção, não há justificativa. O IML, por exemplo, fornece de graça as pílulas do dia seguinte no caso de mulheres que foram estupidadas. A menina que é estupidada e procura o órgão competente para fazer exame de corpo de delito recebe a pílula sem pagar nada. Os postos de saúde oferecem DIU de graça, fornecem anticoncepcional. O que falta é assistência social, visitar as casas, as comunidades. Explicar que existem meios de contracepção. Sai mais barato para o governo isso do que pagar o internamento para fazer aborto.

ENTREVISTA

JEFFERSON DREZETT, ginecologista e obstetra, é membro do grupo de estudos de aborto da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Autorização é respeito aos direitos humanos e reprodutivos da mulher

O que o senhor achou do posicionamento do CFM?

Para quem trabalhou com questões de abortamento em toda a carreira, é uma posição espetacular. O que se colocou é de um absoluto respeito com os direitos humanos e reprodutivos das mulheres. É um problema de saúde pública. Portanto tem de ser enfrentado dessa forma, pelo viés da saúde pública e dos direitos humanos das mulheres.

Mas e os direitos humanos do feto, da criança?

O feto não é uma criança nascida. A interrupção da gravi-

É competência do órgão tomar essa posição pública?

Opinião cada um tem a sua. Acho que a mais lógica é a minha. É só levar o esclarecimento para as comunidades. Não tem erro. É uma coisa delicada. Esse posicionamento não tem justificativa prática, porque, por exemplo, as mulheres que têm recomendação para não engravidar porque teriam gravidez de alto risco têm meios de anticoncepção muito eficazes. Para mim, o que está faltando é esclarecimento. O aborto realmente não é necessário.

Em seus 40 anos como ginecologista, o senhor teve contato com mulheres que já fizeram aborto? Como elas ficam depois?

O alívio de um aborto é substituído pela consciência pesada, por uma carga emocional negativa pelo resto da vi-

dez não é equivalente ao homicídio de uma criança, nem do ponto de vista técnico nem do legal. Interromper a gravidez no início não é uma questão que nos agrade. Mas é fato que as mulheres recorrem ao aborto independentemente da lei e das religiões. Direitos humanos não se aplicam à questão fetal.

Por que o senhor acha que é justificável o aborto até esse período de 12 semanas?

Nesse período, o estágio de evolução ainda é muito precoce. Esse tipo de interrupção tem uma série de características diferentes das outras. São rápidas e seguras; mais seguras do que ter um aborto natural, por exemplo. Oferece menos riscos para a mulher. E haveria ainda uma precocidade grande do embrião. Não haveria maiores danos para a mulher nessa postura.

da. Qualquer evento negativo que aconteça a partir daquilo, ela justifica como sendo castigo pelo aborto que fez. A mulher, quando se tira o filho do seu ventre, sente um vazio enorme dentro de si. Cada vez que olha uma criança, ela diz: "Meu filho estaria com essa idade", "Meu filho pegou pneumonia, porque fiz um aborto e agora ele vai morrer". Esse trauma ela carrega a vida inteira.

Tal posicionamento não vai contra o juramento que todo médico faz ao se formar, que é o da defesa da vida?

Cada um tem a sua consciência. Cada um sabe o que faz. Realmente vai contra, ainda mais se pensarmos que todos nós fomos embrião um dia. Eu, você, sua mãe, se um desses embriões tivesse sido tirado do útero antes da hora, nós não estaríamos conversando hoje.

O senhor tem contato com mulheres que realizam aborto. Como elas ficam depois?

Eu faço abortos diariamente dentro do que está previsto na lei. O que vejo é que, se o abortamento foi feito dentro dos princípios técnicos e cuidados procedimentais, ele não trará nenhum transtorno para uma futura gestação, nem para a vida sexual da mulher. Essa é a diferença que é muito difícil de ser entendida. O aborto pode ser a mais grave situação de risco de morrer, se realizado de forma inadequada, ou ser uma das cirurgias mais seguras quando é feito dentro das normas legais. Do ponto de vista psicológico, a decisão pelo aborto é muito difícil de ser tomada pelas mulheres. Elas vão ter de enfrentar a lei e se sentem culpadas e criminalizadas. Custa muito do ponto de vista emocional.

Brasília lança telefone 156

contra racismo

As vésperas do Dia Internacional de Luta Contra a Discriminação Racial, a Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal (Sepir/DF) lançou nesta semana o Disque Racismo. O serviço público vai receber, acolher e acompanhar denúncias de caráter discriminatório étnico-raciais ocorridas no DF, além de oferecer assistências psicológica e jurídica às vítimas.

Inédito no Brasil, o Disque Racismo é um serviço de proteção aos direitos das populações negra, indígena, quilombola, cigana e ribeirinha, e de zelo e manutenção das religiões de matrizes africanas. Segundo o secretário da Sepir, Viridiano Custódio Negrito, “os negros e pardos correspondem a 54% da população do DF. Com a iniciativa, o Distrito Federal se torna a primeira unidade da federação livre do racismo”.

Para o governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, a iniciativa “servirá de mecanismo de articulação de políticas e diretrizes da promoção da igualdade e direitos”. Agnelo disse ainda que Brasília não tem espaço para o racismo “queremos tolerância zero ao racismo e a qualquer discriminação. Brasília é um lugar que agrega todos os povos do Brasil”.

Segundo a ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do governo federal, Luiza Bairos, “a existência do Disque Racismo é uma afirmação do GDF para a população negra do DF de que nós temos direitos nessa sociedade e nós temos e podemos fazer valer esses direitos.”

O atendimento pelo telefone 156, opção 7, funcionará diariamente das 7 horas às 19 horas. Em outros horários, a denúncia poderá ser feita pelo e-mail ouvidoria.racial.sepirdf@gmail.com. A vítima vai receber orientações para registrar um boletim de ocorrência na polícia com uma testemunha.

FRASES DA SEMANA

“Há muitos [juizes] para colocar pra fora. Esse conluio entre juizes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há decisões graciosas, condescendentes, fora das regras.”

Joaquim Barbosa, presidente do Supremo Tribunal Federal.

MPF pede à ALL ação contra fila de caminhões em MT

O Ministério Público Federal (MPF) cobrou providências da América Latina Logística (ALL) para solucionar os congestionamentos da BR-364, na divida dos estados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, que vêm sendo causados por filas de caminhões que aguardam para descarregar no terminal ferroviário de Alto Araguaia, no sudeste de Mato Grosso. A ALL administra a Ferronorte na região, que transporta os grãos do estado até o Porto de Santos (SP). Segundo os procuradores, nos últimos 15 dias, filas constantes dificultam o tráfego na estrada, que não possui acostamento nem pista dupla. De acordo com o MPF, a ALL tem dez dias para responder e apontar soluções.

Aborto 2 COLUNA DO LEITOR

O posicionamento do CFM sobre o aborto (**Gazeta**, 22/3) expõe à sociedade toda a agressividade existente no debate sobre o assunto. Trata-se de uma luta do mais forte contra o mais fraco de todos, o feto. A vida está presente desde a fecundação, mas poderia entrar para o “corredor da morte” até as primeiras 12 semanas de gestação. E o carrasco teria diploma de Medicina.

Ricardo Almeida

Aborto 2

Quem escreveu o editorial sobre o aborto? Imagino que foi um homem que nunca vai engravidar na vida. E o direito da mulher pela autonomia de seu corpo? E o direito à vida da mulher? Não sejamos hipócritas, o que o CFM quer é deixar claro que esse é um problema de saúde pública – não de moral – e que a decisão é da mulher, não do Estado ou da religião.

Ana Tigrinho

Subteto

Não concordo com o fim do subteto para o salário dos funcionários públicos (**Gazeta**, 22/3). O Estado não tem condições de arcar com esses salários altíssimos e, posteriormente, com aposentadorias com valores exorbitantes, existentes apenas no serviço público. Os salários dos servidores públicos não têm de ser equivalentes aos da iniciativa privada, pois o funcionário público já possui vantagens inatingíveis para o resto da população.

Marcelo J. Tuleski, médico

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

É tudo aqui, uai!

24 MAR 2013

Sob protestos da oposição, que de novo vê a privada metendo a mão na coisa pública, o governo estadual se prepara para instalar no Paraná nove unidades do projeto “Tudo Aqui” — estruturas que, a exemplo das Ruas da Cidadania criadas pelo prefeito Rafael Greca em 1996, se propõem a centralizar o atendimento de 171 serviços municipais, estaduais e federais mais demandados pela população.

Vai ter licitação dia 25 de abril para interessados em participar da PPP (parceria público-privada). Ganha quem mostrar mais capacidade para merecer os R\$ 10 milhões por mês (R\$ 3 bilhões pelos 25 anos previstos no contrato) que o governo promete pagar pela implantação e administração das unidades — três em Curitiba e seis no interior do estado.

É bem verdade que pode dar chabu e a licitação tenha até de ser adiada. É que o Tribunal de Contas, ao contrário do usual, não foi previamente consultado sobre os termos do edital. Em nota, o presidente do TC, conselheiro Artagão de Mattos Leão, e o chefe da 1.ª Inspeção, conselheiro Nestor Baptista, mostraram-se irritados: não conhecem o projeto e, portanto, não o avalizaram. E também não autorizaram ninguém a falar em nome da instituição.

O “Tudo Aqui” não é exatamente algo original. Além das pioneiras Ruas da Cidadania existentes em Curitiba que funcionam sob administração direta da prefeitura, estruturas semelhantes, porém terceirizadas, já estão em operação em outros estados, como Minas Gerais, Ceará, Espírito Santo, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás... Guardam entre si uma semelhança: os projetos foram todos elaborados por uma empresa de nome Shopping do Cidadão — na verdade um consórcio do qual fazem parte outras empresas.

A diferença é que em cada lugar o mesmo projeto toma nomes diferentes.

No Ceará, é “Vapt Vupt”; em São Paulo, “Poupa tempo”; em Minas é UAI (Unidade de Atendimento Integrado). No Paraná será “Tudo Aqui” — mas com igual origem: quem elaborou o projeto paranaense foi a mesma Shopping do Cidadão — única empresa que, em 2011, se apresentou para a concorrência de R\$ 20 milhões para planejar as estruturas.

Quem comanda é um dos consorciados da Shopping do Cidadão? É o empresário Georges Sadala, afilhado de casamento do senador Aécio Neves, em cujo período como governador de Minas Gerais iniciou-se o processo de implantação do UAI, concluído depois pelo vice-governador Antonio Anastasia, que lhe sucedeu.

Sadala estendeu seus negócios para outros estados graças às ligações de amizade com vários governadores — dentre os quais, por exemplo, o do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Tão amigo que, em 2012, foi um dos participantes da célebre viagem capitaneada por Cabral e que culminou com a animada “dança dos guardanapos” num restaurante de luxo de Paris. Sadala foi fotografado trocando passos, além de Cabral, com Fernando Cavendish — o dono da famosa construtora Delta.

Olho vivo

Tudo ou nada 1

O deputado Tadeu Veneri promete apresentar nesta segunda-feira requerimento convidando o secretário do Planejamento, Cassio Taniguchi, para que vá à Assembleia explicar sobre o “Tudo Aqui”. É a única maneira para que todos se esclareçam a respeito do assunto — o que inclui até mesmo o líder situacionista, deputado Ademar Tralano, que também não participou das audiências públicas que precederam o lançamento da licitação.

Tudo ou nada 2

Não era só situação, oposição e Tribunal de Contas que não sabiam de nada do “Tudo”. A prefeitura de

Curitiba também não sabia, embora conste do edital que ela terá de ceder três Ruas da Cidadania para o projeto — Matriz, Boqueirão e Pinheirinho. Ao tomar conhecimento informal da “adesão” para a qual não foi chamada, a prefeitura não chegou a se opor à proposta, pois, além de se livrar de custos, os serviços que já presta nesses espaços seriam mantidos. Entretanto, firmou também a posição de não aderir se o “Tudo Aqui” impuser taxas extras aos munícipes.

25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Vaga no STF

mobiliza candidatos

Pelas contas de integrantes do governo, mais de 40 nomes de profissionais de diversas áreas jurídicas se apresentaram em busca do cargo

O processo de escolha do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) esvazia uma frase repetida há mais de um século nos meios jurídicos: cargo de ministro do Supremo não se pleiteia nem se recusa. Pelas contas de integrantes do governo, mais de 40 nomes já se apresentaram em busca da vaga, e a maioria é de candidatos de si mesmos. Eles se aventuraram a disputar a cadeira deixada no ano passado pelo ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou em meio ao julgamento do mensalão.

São presidentes de tribunais estaduais, juízes federais e estaduais, advogados, procuradores da República, integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministros de tribunais superiores que seguem diferentes caminhos, alguns mais discretos, outros nem tanto, mas todos com o objetivo único: a unção da presidente da República, Dilma Rousseff.

Um dos integrantes dessa relação é o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), Feu

Rosa. “Fui convocado a colocar meu nome à disposição do Brasil em função de consenso dos meus pares no TJ-ES, do chefe do Poder Executivo Estadual — governador Renato Casagrande (PSB) — e dos membros da bancada federal capixaba”, revelou o magistrado.

A peregrinação desses candidatos tem como destino os gabinetes do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do secretário-executivo da Casa Civil, Beto Vasconcelos, do secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano, do subchefe para Assuntos Jurídicos, Ivo da Motta, e do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

Fora do Executivo e das proximidades palacianas, o gabinete do ministro do STF Ricardo Lewandowski tem recebido sucessivos pedidos de audiência desde o fim do ano passado. Muitos apostam que ele terá influência na escolha do novo ministro. Mesmo que ouçam o contrário do próprio Lewandowski.

A reportagem pediu ao Ministério da Justiça, à Casa Civil e à Advocacia-Geral da União a lista de pessoas que pediram audiências para falar especificamente da vaga aberta no Supremo. No total, são 22 nomes de pessoas que se ofereceram para a vaga.

Somam-se a essa relação outros candidatos já mencionados em outras disputas. Seus nomes não constam dessas listas, mas alguns de-

les já procuraram por ministros do STF. Alguns argumentam que eles não indicam, mas podem até vetar nomes para a Corte. Nesse grupo estão conselheiros do CNJ, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), desembargadores de tribunais de justiça, juízes federais e procuradores da República.

Integrantes do governo afirmam que a estratégia de se colocar à disposição para a vaga no STF não chega a ser um pecado. Às vezes, disse um deles, até ajuda a conhecer nomes que eventualmente poderiam ser sabinados para a vaga.

Quando, em 2011, a presidente Dilma Rousseff quis indicar uma mulher para a Corte, os assessores tiveram de analisar os nomes de todas as desembargadoras dos tribunais de todos os estados e fazer uma lista com nomes palatáveis. Ao final, chegaram a quatro nomes. A ministra Rosa Weber, na época no Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi a escolhida.

A campanha começa a tornar-se um problema quando o candidato busca apoio político. O risco apontado é de o pretendente começar a assumir dívidas ou compromissos políticos. A ajuda que vem num primeiro momento pode tornar-se uma dívida a ser cobrada.

CONTINUA

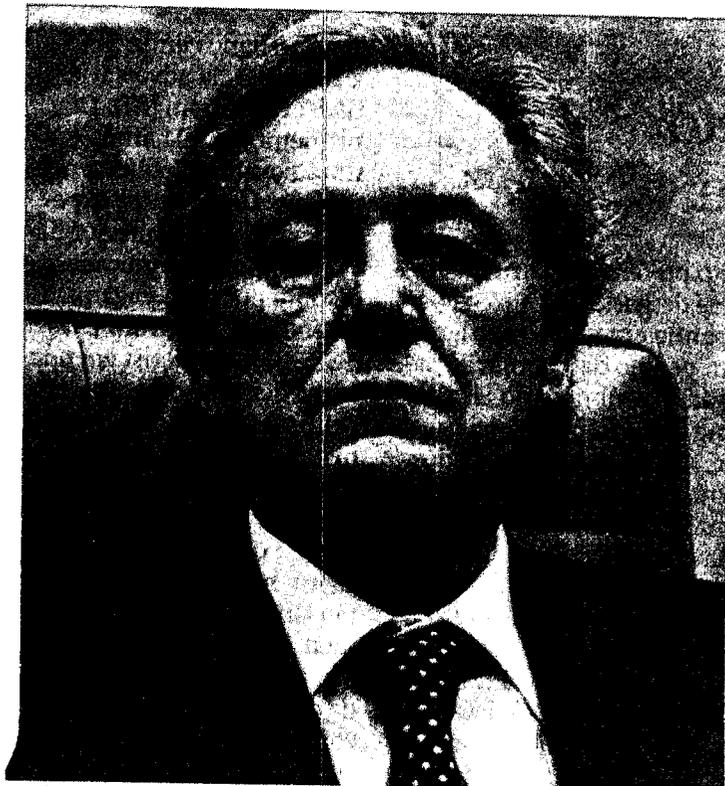
25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Ayres Britto se aposentou em 2012 e deixou uma vaga aberta.



Gabinete de Lewandowski tem recebido pedidos de audiência.

25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Banco deve ser claro na cobrança de juros

O Banco Bradesco foi condenado, neste mês, a devolver em dobro o valor referente à capitalização de juros cobrados de um cliente que financiou uma motocicleta. Pela decisão da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Paraná, os juros que mudaram o valor final das parcelas não foram explicados claramente.

Plano de saúde paga indenização por tratamento

A administradora de plano de saúde da Petrobras foi condenada a pagar R\$ 15 mil de indenização de dano moral a uma usuária por ter se negado a custear um tratamento alegando que não havia cobertura contratual. Além da indenização, o plano de saúde também teve de custear a cirurgia que se negou a autorizar, de R\$ 3,7 mil.

Mesmo com recall, cabe ação contra a Unilever

O consumidor que tiver ingerido alguma das 96 unidades do lote contaminado por solução de limpeza do suco AdeS pode pedir na Justiça reparação por danos morais e patrimoniais. A informação é do Procon-SP, que se baseia no fato de que nenhuma empresa pode por no mercado um produto que apresente algum grau de nocividade ao consumidor. O lote, de inicial AGB 25, foi distribuído em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e não foi totalmente recuperado pela fabricante Unilever.

COLUNA DO LEITOR

Juízes e advogados

Ao levantar a hipótese de existência de um conluio entre juízes e advogados (*Gazeta*, 21/3), o presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Joaquim Barbosa, afirmou aquilo que o povo vem falando há muito tempo. Esperamos que as palavras do ministro tenham produzido um eco suficiente para acordar toda a Justiça brasileira.

Leônidas Marques, Volta Redonda - RJ

Sesp investiga lista com nomes de agentes marcados para morrer

Após uma semana tumultuada em decorrência de uma série de atentados, a Secretaria da Segurança Pública do Paraná (Sesp) confirmou que está investigando uma suposta lista que teria nomes de agentes penitenciários que estariam marcados para morrer. A revelação acontece depois de o Paraná registrar seis ataques contra ônibus em Curitiba, Londrina e Arapongas, dois agentes penitenciários assassinados na capital e rebeliões e tentativas de fugas pelo estado. Por meio da assessoria de imprensa, a secretaria explicou que as informações do documento estão sendo apuradas, mas que até o momento não existem dados concretos. Não foram divulgados quantos nomes constariam na lista. O delegado chefe da 10ª Subdivisão Policial de Londrina, Márcio Amaro, disse que não possui nenhuma informação sobre a suposta lista. No entanto, um agente penitenciário da cidade teria registrado, na semana passada, um boletim de ocorrência. Ele estaria sofrendo ameaças de morte. Segundo um agente penitenciário de Londrina, que não quis se identificar, "toda a classe está com medo do que pode ocorrer", disse ele.

25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

ESTUDO

É preciso dobrar número de juizados especializados em violência doméstica

Estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostra que é preciso dobrar o número de varas e juizados especializados em violência doméstica e familiar contra mulheres para atender à demanda atual no país. Atualmente, são 66 unidades, mas o ideal seriam 120. Também é preciso tornar o atendimento mais proporcional nas cinco regiões do país. O estudo recomenda a instalação de 54 varas ou juizados da violência contra a mulher, especialmente em cidades do interior com grande concentração populacional, para atender de forma adequada à demanda existente. No Sul há demanda de varas especializadas nos três estados. No Paraná, seria em Maringá, Londrina e Cascavel.

Eleição direta para a diretoria da OAB volta a ser debatida

Um dos temas que polarizaram a disputa pela presidência do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no começo deste ano está de volta: eleições diretas para a direção da entidade – algo que nunca ocorreu em 83 anos de história. O presidente da OAB, Marcus Vinicius Furtado, anunciou a criação de uma comissão para revisar o sistema eleitoral da Ordem. Os trabalhos serão coordenados por Luiz Viana Queiroz, da OAB da Bahia. Uma das metas é realizar, até o fim do ano, um plebiscito para saber a opinião dos 750 mil advogados no país sobre as diretas. A proposta inicial de Queiroz – que pode ser alterada pela comissão – é que haja um plebiscito federativo: os advogados votam nas respectivas unidades da Federação e o resultado é encaminhado pelas seccionais à OAB.

25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Promoção de servidores na Alep será investigada

Existe a suspeita de que funcionários aprovados em concurso público para um cargo foram reenquadrados na carreira de outro com remuneração melhor

Karlos Kohlbach

A Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) está novamente sob suspeita de irregularidades. O presidente da Casa, deputado Valdir Rossoni (PSDB), montou uma comissão para analisar a regularidade e a legalidade de um ato de 2005 que promoveu o enquadramento funcional de 607 servidores do Legislativo. Existem indícios de que houve promoções irregulares na carreira de parte dos funcionários do grupo. Servidores efetivos de determinados cargos foram promovidos ilegalmente para uma carreira diferente, com aumento salarial.

De acordo com a Constituição Federal, mudanças de carreira só podem ser feitas mediante concurso público. A suspeita é que, mesmo sem realizarem as provas, servidores tiveram progressões e, consequentemente, aumento salarial.

Há indícios, por exemplo, de que servidores aprovados em concurso público para taquígrafo foram reenquadrados na carreira de consultor legislativo, que tem remuneração melhor. Outra possível irregularidade está no fato de o ato de reenquadramento só ter sido publicado no Diário Oficial no dia 18 de maio de 2006 — um ano depois de ser assinado.

A relação de funcionários supostamente beneficiados é extensa e inclui o ex-governador Orlando Pessuti (PMDB), a ex-primeira-dama Regina Pessuti, ex-diretores da Casa e parentes de deputados, além de ex-parlamentares. A comissão montada por Rossoni deve concluir os trabalhos até o fim de abril. Até lá, serão apreciadas as situações funcionais dos 607 servidores reenquadrados. Um dos possíveis resultados do trabalho da comissão pode ser a redução de salários.

Supremo

O reenquadramento foi feito com base numa lei aprovada pelos deputados estaduais que está sendo questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). A própria Assembleia ajuizou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) questionando a legalidade da lei que ela mesma havia aprovado anos antes. A perspectiva é que a Adin seja julgada ainda neste semestre.

O ato sob suspeita foi as-

sinado pelo então presidente da Assembleia Hermas Brandão — hoje conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná (TC). Ele afirmou que apenas homologou a decisão tomada pela comissão que, na época, foi formada para analisar o enquadramento dos funcionários efetivos da Casa.

Hermas disse ainda que o ato foi assinado com base na lei que agora é alvo de questionamento no STF. “Se houve irregularidade, tem de ser corrigido. Nada foi feito sem a apresentação de documentos. Para mim, foi um ato legal porque havia uma lei e uma comissão para avaliar os casos. Eu apenas homologuei a decisão”, diz o ex-presidente.

O ex-governador Orlando Pessuti afirmou que tanto ele quanto a mulher foram reenquadrados com base na lei aprovada na Assembleia. Segundo ele, caso o STF entenda que a lei é inconstitucional, nenhum dos funcionários pode ser responsabilizado. “Enquanto existir essa lei, entendo que a Mesa Executiva não pode reclassificar os funcionários que foram enquadrados de acordo com a legislação.”

CONTINUA

25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Regina Pessuti fica sem aposentadoria



"Não precisava cancelar o ato de aposentadoria [de Regina Pessuti]. Podiam fazer eventuais ajustes, mas não revogar e dar essa publicidade toda. Minha mulher não pode ser execrada como uma marginal."

Orlando Pessuti, ex-governador do estado, sobre a suspensão da aposentadoria de sua mulher, Regina Pessuti, ex-servidora da Assembleia.

A ex-primeira-dama do estado Regina Pessuti, além de estar no grupo de servidores da Assembleia Legislativa do Paraná que terá seu enquadramento funcional revisado, teve sua aposentadoria pela Casa suspensa. O presidente da Assembleia, Valdir Rossoni (PSDB), informou que foi detectado erro na tramitação do processo de aposentadoria dela, que será analisado novamente.

Segundo Valdir Rossoni, o pedido de aposentadoria de Regina Pessuti deve passar pelo crivo da procuradoria-geral da Assembleia Legislativa, pelo Tribunal de Contas do Estado (TC) e pela Paranaprevidência. A ex-primeira-dama foi aposentada do cargo de consultora jurídica, com um salário de R\$ 10,2 mil mensais.

O ex-governador Orlando Pessuti (PMDB) diz que a

mulher foi contratada na Assembleia em 1985 e que foi enquadrada como servidora efetiva porque a legislação permitia. "Ela fez o que a lei permitiu e a diretoria da Assembleia da época determinou. Tudo foi feito baseado numa lei que foi discutida e aprovada pelos deputados", afirma.

Pessuti critica a revogação da aposentadoria da mulher. "Não precisava cancelar o ato de aposentadoria. Podiam fazer eventuais ajustes, mas não revogar e dar essa publicidade toda. Minha mulher não pode ser execrada como uma marginal."

607

servidores da Assembleia que foram reenquadrados terão suas situações funcionais analisadas por uma comissão montada pelo presidente da Casa até o fim de abril. A relação de funcionários supostamente beneficiados inclui o ex-governador Orlando Pessuti (PMDB) e sua mulher Regina Pessuti.

INVESTIGAÇÃO

Há poucas chances de punição, porque ato de improbidade prescreveu

As primeiras suspeitas sobre o reenquadramento dos funcionários surgiram em 2010, quando o Ministério Público do Paraná (MP) iniciou uma investigação para apurar possíveis ilicitudes nas promoções de carreira da Assembleia. O procedimento foi aberto depois que a **Gazeta do Povo** e a RPC TV divulgaram a série de reportagens Diários Secretos, que revelou uma série de irregularidades no Legislativo paranaense.

O trabalho do MP ainda não foi concluído, mas são remotas as chances de punição dos responsáveis pelas supostas ilicitudes no enquadramento, já que o ato de improbidade administrativa já está prescrito.

Pela lei, um agente público só pode ser responsabilizado até cinco anos depois de deixar o cargo. Como o então presidente da Assembleia Hermas Brandão, que assinou o ato do reenquadramento, deixou o cargo em fevereiro de 2007, o MP teria até fevereiro de 2012 para ingressar com possível ação de improbidade contra eles – o que não ocorreu.

O MP informou que a investigação sobre possíveis irregularidades no enquadramento funcional da Assembleia está parada aguardando o julgamento da ação no Supremo Tribunal Federal (STF). O Ministério Público esclareceu que aguarda a decisão da Justiça para tomar as medidas cabíveis.

25 MAR 2013

GAZETA DO POVO

Juiz impede que índios voltem ao Maracanã

Eles também desistiram da reunião com a Funai e saíram em busca de abrigo por conta própria

■ Depois de retirados na sexta-feira do terreno ao lado do Maracanã, ocupado por eles desde 2006, os índios se dividiram sobre seu destino: parte deles, muitos da etnia guajajara, buscou ontem ajuda da Justiça Federal para voltar ao terreno. Porém, após visitar o local, o juiz Wilson Witzel negou o pedido. “É um canteiro de obras, com sérios riscos, inclusive para as crianças.”

Os índios também ficaram reunidos por quase dez horas em audiência com representantes da Funai e do Ministério Público Federal em busca de uma solução. Saíram do prédio da Justiça Federal pouco antes das 18 horas dizendo que iriam procurar abrigo por conta própria.

Eles acusavam a Fundação Nacional do Índio (Funai) de não tê-los defendido durante a disputa pelo terreno. “Não é sempre que há uma questão indígena que a Funai tem que interferir”, disse o representante da fundação na audiência, Paulo Celso de Oliveira.

Ocupação

No sábado à noite cerca de 20 índios e outros 40 manifestantes ocuparam o prédio do atual Museu do Índio, em Botafogo, zona sul, de onde saíram domingo pela manhã após longa negociação com policiais que cercaram o imóvel.

REMOÇÃO

A aldeia Maracanã foi desocupada na manhã de sexta-feira com a presença Batalhão de Choque da PM. Sete manifestantes foram presos. O coronel Frederico Caldas, relações públicas da PM, informou que 200 policiais participaram da ação, entre homens do Bope, do Batalhão de Choque e do 4º BPM.

25 MAR 2013

METRO

74% das mulheres desistem de ações contra a violência

Curitiba. Vítimas fazem a denúncia na Delegacia da Mulher, mas voltam atrás em pouco tempo. Dos 3.121 agendamentos realizados no ano passado, somente 815 tiveram continuidade. Entre as razões está a dependência financeira em relação ao agressor.

25 MAR 2013

METRO

74% das mulheres voltam atrás nas ações contra violência

Alerta. Vítimas chegam a denunciar, mas não seguem com o processo. No ano passado, foram 2.306 desistências. Apenas 815 prosseguiram, aponta Delegacia da Mulher

Por mais que haja esforços dos profissionais envolvidos no atendimento à mulher vítima de violência, a maioria delas volta atrás em relação à denúncia. Dados da Delegacia da Mulher apontam que, no ano passado, 2.306 ações não tiveram continuidade por desistência da própria vítima. São 74% num universo de 3.121 agendamentos realizados na capital.

Esses casos referem-se a injúria, difamação, calúnia e, principalmente, ameaças. "Neles é preciso que a mulher faça a representação contra o agressor. Só assim é possível instaurar o inquérito policial. Se há desistência, o procedimento é encaminhado a juízo e, então, arquivado", explica a delegada titular Vanessa Alice.

No caso de lesão corporal, a situação muda. Segundo a delegada, a vítima não pode, por determinação legal, voltar atrás. Mas, ainda assim, há situações de mulheres que tentam deixar o processo de lado. "Se isso ocorrer, nossos investigadores vão a sua procura, e a encontram. Mas não é comum", diz Vanessa Alice.

No ano passado, somente os casos de agressões somaram 2.493 ocorrências.



"No caso de lesão corporal, a vítima é obrigada, por lei, a dar continuidade. Se ela desistir, os investigadores vão procurá-la".

VANESSA ALICE, DELEGADA

Motivos

De acordo com a delegada adjunta da Delegacia da Mulher, Araci Carmem Costa Vargas, entre as principais razões para a desistência está a dependência financeira e afetiva em relação ao agressor.

"Elas também alegam que houve reconciliação, que há os filhos e a família vem em primeiro lugar ou dizem: aconteceu só uma vez", conta a delegada adjunta.

As mulheres são atendidas por psicólogas, mas nem sempre elas conseguem reverter a situação de desistência.

Passo a passo

A Delegacia da Mulher está localizada na rua Padre Antônio, 33, no Centro de Curitiba. O telefone é o 3219-8600. Saiba como é o procedimento dos policiais a partir do recebimento da denúncia, conforme explicação da delegada titular Vanessa Alice.

1 A vítima faz um relatório completo descrevendo o ocorrido.

2 A delegacia registra o Boletim de Ocorrência.

3 A vítima é atendida por uma psicóloga, que também explica o processo e o prazo de representação contra o agressor – de até seis meses, em caso de denúncias de injúria, difamação, calúnia e ameaça. É aqui que a maioria delas desiste. No caso de lesão corporal, a vítima é obrigada por lei a dar continuidade à ação. Se ela desistir, investigadores vão procurá-la.

4 Se a mulher solicitar algum tipo de medida

protetiva, o pedido é encaminhado pela delegacia ao juiz, que tem prazo de 48 horas para julgar o caso. Se deferido, um oficial de Justiça comunica o agressor sobre a determinação judicial. Em alguns casos, o acusado respeita a medida, mas volta a agredir a vítima quando termina o prazo. Se isso ocorrer, ele pode ser preso.

5 Em caso de lesão corporal, a delegacia instaura o inquérito policial. Nos outros tipos de violência, se a mulher fizer a representação, a delegacia abre o inquérito ou o termo circunstanciado.

6 As partes são intimadas – e também testemunhas, se houver. O agressor é indiciado. Em caso de lesão corporal, a vítima precisa passar por exame de corpo de delito, no IML.

7 O procedimento instaurado é encaminhado ao judiciário. Se o agressor for preso, fica à disposição da Justiça.

CONTINUA

25 MAR 2013

METRO

CONTINUAÇÃO

Já são 626 inquéritos abertos neste ano

Somente neste ano, a Delegacia da Mulher já instaurou 626 inquéritos policiais em Curitiba, conforme dados levantados até a última quinta-feira.

De acordo com a delegada Vanessa Alice, 110 foram prisões em flagrante. Os casos envolvem todo tipo de violência contra a mulher.

Em se tratando de ocorrências, o levantamento da delegacia aponta 6.312 registradas apenas no ano passado, número que vem se mantendo semelhante pelo menos nos últimos três anos. Em 2011, foram 6.211 ocorrências e, em 2010, 6.247 registros.

O bairro que teve o maior número de casos foi a CIC, com 1.349. Em seguida aparecem o Sítio Cercado (576), Cajuru (509), Centro (438), Tatuquara (396) e Boqueirão (325), conforme a Delegacia da Mulher.

2.493

ocorrências de agressão contra mulheres foram registradas no ano passado. Se considerarmos todos os casos de violência contra a mulher, número salta para 6.312.

23 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO Cai a 'Emenda do Calote'

Conhecido como a “Emenda do Calote”, o dispositivo legal que prejudicava milhares de credores do poder público, pois criava um regime especial de pagamento parcelado dos precatórios altamente favorável ao devedor, foi declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Cai, assim, mais uma artimanha legal, criada por meio da Emenda Constitucional n.º 62, de 2009, destinada a protelar de maneira indefinida o pagamento devido aos que conquistaram na Justiça o direito de serem indenizados pelo poder público. Resta ainda um caminho jurídico a ser definido, e posteriormente percorrido, até que o dinheiro a que têm direito os credores do governo chegue a seus bolsos. O STF precisa definir o que o ministro Luiz Fux, redator do acórdão, chamou de “modulação dos efeitos” dos pagamentos que foram definidos de acordo com a emenda constitucional agora considerada inconstitucional pela maioria dos ministros do STF. Segundo Fux, isso será feito “o mais rápido possível”.

Precatórios são dívidas da administração pública – federal, estadual ou municipal – reconhecidas por decisão judicial da qual não cabe mais recurso. Elas deveriam ter sido quitadas logo após a publicação da sentença, mas, sempre alegando falta de recursos, o

poder público deixou de cumprir a maior parte das sentenças, o que resultou num grande acúmulo de dívidas. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, até meados de 2012 essas dívidas reconhecidas judicialmente, mas não quitadas pelos Estados e municípios, somavam R\$ 94 bilhões.

A lista dos credores que aguardam o pagamento a que têm direito por sentença já transitada em julgado – ou seja, da qual não cabe mais nenhuma forma de recurso por parte do devedor – inclui funcionários públicos da ativa ou aposentados, bem como pensionistas, que têm direito a diferenças salariais e a outras formas de remuneração e de indenização. São os detentores dos chamados precatórios alimentares. Há também os precatórios não alimentares, referentes a pagamentos por desapropriações de imóveis para execução de obras públicas.

A Emenda Constitucional n.º 62 foi proposta no governo Lula alegadamente a fim de organizar o pagamento dos precatórios, instituindo uma regra que assegurasse a quitação dessas dívidas de acordo com critérios rígidos e dentro de um prazo razoável para os credores. As mudanças por ela provocadas na forma de pagamento dos precatórios, no entanto, justificaram inteiramente o nome pelo qual ela acabou conhecida, de “Emenda do Calote”.

Ela fixava um limite mínimo da receita corrente líquida dos governos para o pagamento

dos precatórios. Isso obrigava os governos devedores a quitar com regularidade sua dívida. Mas o limite era tão baixo que a quitação do montante da dívida levaria dezenas de anos.

Além disso, a emenda estabelecia que metade da dívida deveria ser quitada com preferência para idosos e doentes e por ordem cronológica. A outra metade poderia ser paga por meio de leilão (cujo vencedor seria o que oferecesse o maior desconto), por ordem decrescente de valor ou por acordo com os credores.

Na votação de duas ações diretas de inconstitucionalidade, a maioria dos ministros acompanhou o relator dessas ações, ministro Ayres Britto (já aposentado), que considerou inconstitucionais as regras introduzidas pela Emenda Constitucional n.º 62, por entender que elas afrontam cláusulas pétreas, entre as quais a garantia de acesso à Justiça, a independência entre os Poderes e a proteção à coisa julgada.

Com relação aos leilões, o ministro Luiz Fux observou que eles nada têm de voluntários. “É um leilão pelo maior deságio.” Ou seja, só entrariam nele os credores que, descrentes da possibilidade de receber o valor devido e reconhecido pela Justiça em termos definitivos, aceitassem receber apenas uma parcela daquilo a que têm direito. “Podemos fechar os olhos a essa aberração constitucional?”, perguntou o ministro. Felizmente, ele e a maioria de seus pares não fecharam.

23 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

Destino da Jaboticaba

Campeãs nacionais, donas de subsidiárias no exterior estão com os nervos à flor da pele. **Joaquim Barbosa** resolveu tirar de pauta, semana passada, um conjunto de importantes ações que discutem o pagamento de impostos sobre lucro obtido no exterior. Por causa do julgamento dos precatórios.

Em um dos processos, o placar está em 5 a 4 contra a União – o voto do presidente do STF definirá a questão. O temor é que ele resolva reduzir o imbróglio do zero.

Jaboticaba 2

Mas por que o caso é tão importante? Da decisão do STF depende o planejamento futuro das empresas lá fora. Se vão continuar investindo ou não.

A taxaçaõ (que só existe no Brasil) foi criada há dez anos. À época, ninguém da iniciativa privada ligou muito. Isto porque o crescimento, no exterior, não era tão expressivo.

PESQUISA

Nº de crimes cai onde jovem recebeu benefício

Pesquisa do Banco Mundial aponta queda de 21%, entre 2006 e 2009, na criminalidade em bairros com escolas de ensino médio da cidade de São Paulo cujos alunos foram beneficiados pela expansão do programa Bolsa Família, do governo federal, para adolescentes até 17 anos. O estudo também mostra que no período as taxas de homicídio caíram no Sudeste e dispararam no Norte e Nordeste.

Juiz decreta prisão preventiva de sertanejo

O cantor sertanejo Hudson, de 40 anos, da dupla com Edson, continuava preso no fim da tarde de ontem em Piracicaba. Ele é acusado de porte ilegal de armas e munições e teve a prisão preventiva por prazo indeterminado decretada ontem por juiz da 2.ª Vara Criminal de Limeira. A medida anulou decisão anterior que permitia sua soltura mediante fiança de R\$ 12 mil. Sua defesa tentava obter habeas corpus. O cantor foi preso duas vezes na quarta-feira por porte irregular de armas, encontradas em seu carro e em sua casa.

FÓRUM DOS LEITORES

PODER JUDICIÁRIO **Conluio juízes-advogados**

As representações dos juízes e advogados reuniram-se para contestar a mais recente manifestação polêmica do ministro Joaquim Barbosa, presidente do STF. Sua alegação de que juízes e advogados fazem conchavos espúrios merece algumas reflexões. Primeiro, não era normal a divulgação de declarações de juízes do STF na mídia, como está ocorrendo. Segundo, da forma generalizada como Barbosa se manifesta, deixa todos no mesmo patamar: os sérios e honestos junto com os que porventura cometem deslizes. Por fim, se ele faz a afirmação é porque conhece casos que sustentam sua tese. Logo, tem de tomar as medidas adequadas.

URIEL VILLAS BOAS

urielvillasboas@yahoo.com.br
Santos

Ética e barbárie

O ministro Joaquim Barbosa afirmou não só que há “conluio” entre juízes e advogados, como também que muitos juízes deveriam ser afastados de seus cargos. Em vez de a OAB e as associações de juízes promoverem atos de repúdio às declarações do ministro, deveriam aproveitar a oportunidade para realizar, com coragem, uma completa apuração da realidade em que se encontra a magistratura no Brasil, tomando medidas transparentes para restaurar o respeito de seus associados. Assim estariam agindo para tirar o Brasil dessa situação tão prejudicial às nossas instituições democráticas. É necessário reconhecerem que a “barbárie” está se instalando no País mais pela frouxidão quanto à ética, que facilita conluios, nepotismos e a ganância excessiva dos que deveriam dar o exemplo aos demais brasileiros.

SILVANO CORRÊA

scorrea@uol.com.br
São Paulo

Corporativismo

Enquanto o corporativismo imperar no Judiciário, jamais poderemos retirar dessa instituição os maus elementos, que tanto mal fazem ao País. Joaquim Barbosa não mentiu, sendo notório, até para quem não milita na área, o favorecimento de alguns juízes aos pedidos de políticos, colegas de toga e grandes bancas de advocacia do País. Assim, é totalmente descabida a indignação da AMB, da OAB e da Ajufe diante das declarações do presidente do STF. Essas entidades prestariam um grande serviço ao País se, em vez de repudiar tais declarações, colaborassem para o saneamento da Justiça, o único meio capaz de recuperar a credibilidade de que falam.

ANA MARIA CARMELINI

anacarmelini@yahoo.com.br
São Paulo

Subserviência

Por muito tempo se pensou que o Judiciário fosse um Poder à parte, longe das maracutaia. Agora que vazaram certos e-mails e veio à tona pedido de juízes privilegiando filhos de amigos, podemos imaginar como se sentem os que trabalham duramente e seguem à risca o rigor imposto pela magistratura. Se o “colega” Jorge Hélio chegou a deferir liminar a pedido, como se sentirá perante a sociedade que toma ciência das mais abjetas decisões há tanto tempo guardadas a sete chaves? O ministro Joaquim Barbosa vem sendo espezinhado por uma turma que não está contente com sua atuação no caso dos mensaleiros. Esses mesmos que criticam Barbosa são os que por trás das cortinas sempre tiveram privilégios. Que vergonha e que falta de hombridade dessa gente que ocupa cargos tão altos e de tamanha importância! Não por acaso, vem sendo dita cada vez com maior convicção a frase “o bom advogado conhece as leis, o melhor conhece o juiz”. E já dizia Rui Barbosa: “A existência do elemento servil é a maior das abominações”.

LUCIANA LINS

lucianavlines@gmail.com
Campinas

23 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Atropelador é acusado de tentativa de homicídio

Ministério Público vê dolo eventual nas ações de Alex Siwek, que atingiu ciclista na Avenida Paulista, arrancando seu braço

O Ministério Público denunciou formalmente por tentativa de homicídio com dolo eventual o estudante de Psicologia Alex Siwek, que atropelou e arrancou o braço do operador de rapel David Santos Sousa na Avenida Paulista, no dia 10. A promotora Maria Beatriz Goi Porto Alves vai contra a interpretação inicial da Justiça de que o crime seria homicídio culposo ou lesão corporal.

A diferença é que o crime doloso vai a júri e pode ter condenação a uma pena maior. As condenações máximas de homicídio são de 20 anos para doloso e 4 para culposo. Para o jurista e professor de Direito Penal Luiz Flávio Gomes, se a denúncia não for aceita, o Ministério Público deverá recorrer, o que poderia atrasar o processo. "Esse caso tem tudo para dar prescrição."

No dia 12, ao analisar um pedido de prisão, o juiz Alberto Anderson Filho havia tirado o caso da alçada do Tribunal do Júri, explicando que só seria aceita a hipótese de homicídio doloso tentado se a vítima tivesse de fato morrido. No entanto, na denúncia feita anteontem, a promotora argumenta que, "na condução tresloucada do veículo", Siwek teria assumido o risco de causar uma possível morte.

Maria Beatriz destaca indícios de que Siwek teria bebido na noite anterior ao atropelamento, além de ter dirigido em alta velocidade e em zigue-zague, atropelando cones pela Paulista e invadindo a área já delimitada para a ciclofaixa. Ela ressalta que Siwek não prestou socorro a David, em um sinal de frieza. "Se dele dependesse a vida da vítima, ela certamente estaria morta."

CRONOLOGIA

Decisões da Justiça

10 de março

Prisão em flagrante

O estudante de psicologia Alex Siwek é preso em flagrante após se entregar.

12 de março

Primeira decisão

Justiça determina que crime é de lesão corporal.

14 de março

Prisão preventiva

O Ministério Público recorre da decisão. No mesmo dia, é decretada prisão preventiva de Siwek.

18 de março

Pedido de habeas corpus

Os advogados de Siwek entram com um pedido de habeas corpus.

21 de março

Denúncia

Habeas corpus é concedido. MP emite denúncia contra Siwek por tentativa de homicídio com dolo eventual.

Sem prisão. O advogado de Sousa, Ademar Gomes, estima que esse tipo de disputa jurídica pode fazer com que o caso se arraste por até 5 anos. "Se o crime for identificado como culposo, a pena deverá ser prescrita. Ele só vai pagar uma cesta básica e não vai para a cadeia."

24 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Acusador de Maluf em NY vira advogado

Promotor que pôs ex-prefeito na lista da Interpol almoçou com defensores de deputado em São Paulo

Fausto Macedo

Por quase 20 anos, mister Adam Kaufmann desempenhou o papel de superpromotor de Nova York para combater ao colarinho branco, corrupção e lavagem de dinheiro. Um capítulo marcante de sua carreira foi a ação contra o deputado Paulo Maluf (PP-SP), acusado de roubo perante o Grande Júri de Manhattan. A atuação de Kaufmann culminou em um dos mais pesados reverses já impostos ao ex-prefeito paulistano – sua inclusão na difusão vermelha, o índice dos mais procurados da Interpol (Policia Internacional) em todo o mundo.

Na semana passada, Kaufmann passou por São Paulo. Ele não veio para reunir provas contra o político brasileiro. Sua missão era outra: um almoço com advogados do próprio Maluf, a quem entregou cartão de visitas de sua nova trincheira, o escritório Lewis Baach, destacada banca de advocacia de Washington que atua em complexas causas internacionais.

O almoço foi em um restaurante no Itaim-Bibi, zona sul. Kaufmann estava com seu antigo colega da promotoria de Nova York, Arthur Middlemiss. Dois advogados de Maluf deram as boas vindas aos antigos oponentes no tribunal americano. Kaufmann fez uma explanação sobre suas novas funções, agora do outro lado do balcão, como se diz no mundo forense. Dali partiu para uma reunião na sede de famosa banca



EPITÁCIO PESSOA/ESTADÃO-19/8/2010

Ex-superpromotor. Adam Kaufmann agora é advogado

de advocacia societária, no centro de São Paulo.

Algoz de Maluf, ele deixou em janeiro o escritório de acusador e rastreador de tesouros ilícitos que migram pelo sistema financeiro de seu país. Desligou-se da promotoria dos EUA após bem sucedida jornada de 18 anos e meio. No dia 13, ele e Middlemiss ingressaram no Lewis Baach, que adotou o sobrenome de seus novos quadros, “dois proeminentes profissionais de combate ao colarinho branco”.

Relações. A nova função de Kaufmann não significa que ele vai desfazer o muro que construiu para emparedar Maluf. Não há registro de que poderá agir em defesa do ex-prefeito. O detalhe é que o escritório americano mantém cordiais relações com os causídicos brasileiros que se dedicam à defesa do deputado – no caso Maluf não houve

ação conjunta das duas bancas, mas em outras demandas elas já fizeram parceria.

Kaufmann ocupou posição de liderança sênior do escritório da Procuradoria de NY. Como chefe da Divisão de Investigação, supervisionou mais de 100 promotores contra o crime organizado. Notabilizou-se e ganhou a confiança e a admiração de seus pares brasileiros como grande colaborador no cerco a doleiros do caso Banestado (evasão de US\$ 30 bilhões) e a Maluf, que está com prisão decretada nos EUA.

Kaufmann confirma o encontro com advogados do ex-prefeito. Mas afirma que não tratou das ações contra Maluf. “Eu não estou mais envolvido no caso. E discutir o caso teria sido um tanto inadequado.”

Ele não vê conflito ético em sua nova missão. “Entrei para um pequeno escritório de advocacia, Lewis Baach, que tem experiência em lidar com litígios internacionais complexos e recuperação de ativos”, observou.

“Na minha posição anterior, supervisionei todas as investigações de lavagem de dinheiro internacional, a corrupção, o financiamento do terror, fraude e evasão”, destaca. “A maior parte de nossa nova prática está ajudando os bancos estrangeiros a cumprirem as melhores práticas globais e padrões internacionais de anti branqueamento de capitais, anti corrupção e de sanções geralmente internacional a crimes financeiros.”

Kaufmann disse que, em sua breve visita ao Brasil, encontrou “muitos advogados e banqueiros para discutir essas questões”. Relata que promotores de Manhattan “são treinados para seguir os fatos e aplicar a lei sem medo ou favor”.

“Os procuradores em NY tendem a ser extremamente não políticos. No meu tempo eu vi o escritório processar aliados políticos que infringiram a lei e processar os ricos e famosos com o mesmo profissionalismo. Assim, um promotor deixando o setor público não poderia trabalhar em qualquer assunto que ele trabalhou como promotor.”

24 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

FRASE

“Esse **conluio** entre juízes e advogados é o que há de mais pernicioso. Nós sabemos que há **decisões graciosas, condescendentes, fora das regras**”

JOAQUIM BARBOSA, presidente do STF, criticando o Poder Judiciário

JUSTIÇA

Cantor Hudson deixa presídio em Tremembé

O cantor Udson Cardoni Silva, da dupla sertaneja Edson & Hudson, deixou a Penitenciária de Tremembé, no interior paulista, na tarde de ontem após ter habeas corpus concedido. Ele foi detido na quarta-feira, em Limeira, acusado de porte ilegal de arma. Policiais ainda acharam duas armas carregadas em seu carro. Liberado no mesmo dia, voltou à prisão depois que foram encontrados em sua casa mais armamentos e munição de uso exclusivo do Exército.

HIGIENÓPOLIS

Justiça condena jovens por morte de garota

O Tribunal de Justiça de São Paulo condenou a mais de 33 anos de prisão os três acusados de matar a adolescente Caroline Silva Lee, de 15 anos, em Higienópolis. O crime aconteceu em outubro, quando a estudante e seu namorado voltavam de uma festa e foram abordados pelos criminosos. Como a vítima se recusou a entregar a bolsa, um dos assaltantes disparou dois tiros. Eles foram condenados por roubo, latrocínio e crime de resistência.

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Passivo judicial. Conselho Nacional de Justiça identificou em 2012 equívocos no cálculo do débito da Paraíba de quase R\$ 100 milhões pagos acima do devido; no Ceará, valor a mais chega a R\$ 60 milhões e Corregedoria já anunciou correções também em Sergipe e na Bahia

CNJ apura erros que elevaram dívidas de precatórios pagos por Estados

Além da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando inconstitucional o sistema de pagamento de precatórios, a recente descoberta de erros no cálculo de dívidas judiciais vem agitando Judiciário, Executivo e credores. Tudo começou quando o atual corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, anunciou que ocorreram equívocos no cálculo da dívida do Estado da Paraíba.

“Há perspectiva de quase R\$ 100 milhões pagos acima do valor”, disse Falcão, que integra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde setembro.

Conforme levantamento divulgado em meados de 2012 pelo CNJ, o Estado do Paraíba tinha uma dívida com precatórios de R\$ 405,9 milhões. Mas, após uma correção no setor, concluída em fevereiro, o corregedor concluiu que “houve erro, sem má-fé” do tribunal e do governo paraibano, uma vez que a procuradoria aprovou os cálculos. De acordo com Falcão, os valores pagos a mais terão de ser devolvidos.

Depois do anúncio sobre os erros de cálculo nos precatórios da Paraíba, uma equipe da Corregedoria Nacional de Justiça analisou a situação das dívidas judiciais do Ceará e também concluiu que existiam equívocos,

que, se corrigidos, poderão representar uma economia de cerca de R\$ 60 milhões ao Estado, correspondentes a 15% do total das dívidas.

Em um dos casos, a corregedoria afirma ter encontrado um erro de cálculo que aumentou o valor do precatório devido pelo Estado do Ceará em R\$ 6,4 milhões. Uma diligência será realizada na Justiça de primeira instância para apurar quem foi o responsável pelo cálculo.

DER. Outro caso que chamou a atenção da equipe responsável pela correção trata de uma dívida do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). O precatório foi incluído na lista de pagamento quando ainda era questionado na Justiça. O valor da dívida é elevadíssimo. Só os honorários a serem pagos ao advogado que venceu a causa, considerada simples, somam R\$ 33,4 milhões em valores desatualizados. Os honorários correspondem a 10% do valor da condenação.

Após o anúncio da descoberta de erros de cálculo em precatórios da Paraíba e do Ceará, o corregedor vai fazer correções em Sergipe e Bahia.

Reestruturação. De acordo com levantamento divulgado pelo CNJ no ano passado, as dívidas totais dos Estados e municípios reconhecidas pelo Poder Judiciário somavam R\$ 84 bilhões. A então corregedora, Eliana Calmon, determinou a realização de um trabalho de reestruturação nos setores de precatórios com o objetivo de afastar riscos de corrupção e garantir que os credores recebessem os valores a que tinham direitos. Parte das dívidas tinha origem em ações judiciais iniciadas há mais de um século.

Na época, o Conselho Nacional de Justiça tinha sido informado sobre a detenção de um grupo no Rio Grande do Norte por suspeita de envolvimento num esquema fraudulento de pagamento de precatórios. Esse suposto esquema era suspeito de atuar desde 2008 por meio da duplicação do número de beneficiários, incluindo nomes de fantasmas.

Em 2011 e 2012, o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso fez uma ampla análise nos precatórios. Antes dos pagamentos, os valores eram revistos.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

25 MAR 2013

CONTINUAÇÃO

De acordo com informações do CNJ, esse trabalho permitiu uma redução na dívida total de R\$ 1,3 bilhão para menos de R\$ 300 milhões. Foram descobertos casos de precatórios indevidos e que já tinham sido pagos, erros de cálculo, entre outras irregularidades.

Futuro. Além do anúncio sobre os erros nos cálculos de precatórios, a decisão do STF declarando inconstitucional o sistema de pagamento de precatórios coloca dúvidas sobre o futuro do pagamento das dívidas judiciais.

Os ministros do Supremo concluíram que a emenda dos precatórios desrespeitava princípios da Constituição federal, como os que garantem a isonomia, o direito adquirido, o respeito à coisa julgada e a separação de Poderes. A emenda estabelecia que o pagamento dos precatórios poderia ser parcelado em até 15 anos e previa a realização de leilões de títulos.

Em breve, o Supremo Tribunal Federal deverá voltar ao tema. Os ministros terão de definir como ficará o sistema de pagamentos após a derrubada da emenda. Eles também terão de analisar a situação dos pagamentos já realizados e em curso. A data dessa sessão do Supremo ainda não está marcada.

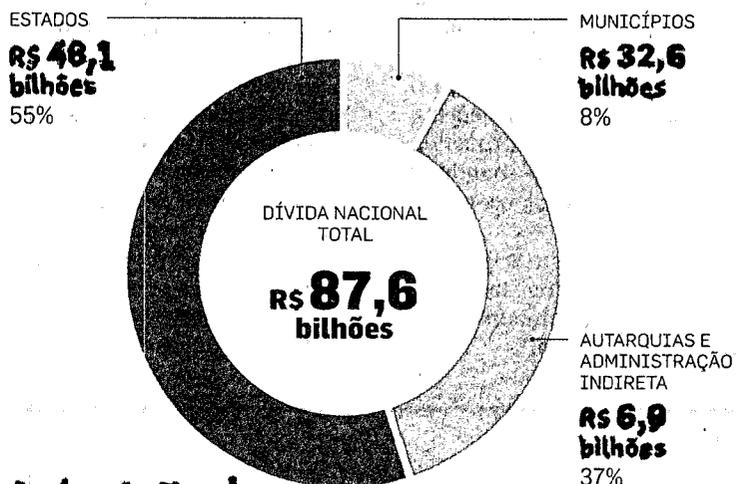
Tribunal.

Ainda não há data definida para o STF analisar a situação de precatórios pagos com base na emenda derrubada em 14 de março

VALOR BILIONÁRIO

● Histórico da dívida acumulada em precatórios nos Tribunais de Justiça, até julho de 2012

Quem mais deve:



A decisão do Supremo

O Supremo Tribunal Federal declarou, no dia 14 deste mês, inconstitucional uma emenda à Constituição, aprovada em 2009, que criou um novo regime de pagamentos de precatórios – as dívidas do poder público resultantes de sentenças judiciais.

A partir de ação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os ministros da Corte derrubaram dispositivos legais que permitiam o parcelamento dos débitos em até 15 anos, a realização de leilões de precatórios, a correção dos títulos por índices que não recompõem os valores devidos e a possibilidade de compensação, no caso de o credor com o poder público tiver dívidas com ele.

O Supremo ainda deverá definir se vai ocorrer uma modulação do julgamento, deixando claro quais os efeitos práticos da decisão tomada. Um dos pontos a definir é o que ocorrerá com os pagamentos realizados com base na emenda.

CONTINUA

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Liminares permitem que Paraíba e Ceará façam operações de crédito

Decisões deram a esses Estados certidões que lhes permitem conseguir recursos em instituições como o BNDES

Decisões liminares do corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, garantiram à Paraíba e ao Ceará o direito a certidões positivas com efeito de negativas, permitindo que esses Estados realizassem operações de crédito. A existência de dívidas com precatórios é um embaraço à obtenção de recursos em instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A decisão favorável à Paraíba foi ratificada em fevereiro pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ao recorrer ao corregedor, o governo paraibano argumentou que o Tribunal de Justiça (TJ) tinha se recusado a fornecer uma certidão sobre a regularidade dos repasses mensais de recursos feitos para o pagamento de precatórios, o que teria causado dificuldades à negociação do Estado e do BNDES para a celebração de um convênio.

Ao atender ao pedido do governo, Francisco Falcão citou a correição realizada no TJ da Paraíba e disse que boa parte dos precatórios deverá ter o seu valor reduzido. "À toda evidência, os valores exigidos pelo tribunal estão equivocados", afirmou.

● Risco

FRANCISCO FALCÃO

CORREGEDOR NACIONAL DE JUSTIÇA

"O Estado do Ceará encontra-se com risco concreto de sofrer grave prejuízo financeiro e se ver privado de vultosos recursos essenciais para a regularização das finanças públicas e desenvolvimento da região"

No despacho favorável ao Estado do Ceará, Falcão também fez referência à dúvida sobre a regularidade dos cálculos da dívida com precatórios. Ele observou que a incerteza sobre a adimplência ou não do Estado em relação aos pagamentos estava causando inconvenientes na obtenção de operações de crédito.

"Afirma-se no petítório inicial que o Estado do Ceará encontra-se com risco concreto de sofrer grave prejuízo financeiro e se ver privado de vultosos recursos essenciais para a regularização das finanças públicas e desenvolvimento da região", afirmou.

Concedida originalmente em dezembro por uma juíza auxiliar da corregedoria, a liminar favorável ao Ceará foi ratificada em fevereiro por Falcão. Além de garantir a certidão, a decisão afastou o risco de ordem de sequestro de verbas públicas do Estado.

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Candidatos fazem peregrinação por vaga no Supremo

Cerca de 40 pretendentes já se apresentaram para o posto de Ayres Britto, que se aposentou em meio ao julgamento do mensalão

O processo de escolha do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) esvazia uma frase repetida há mais de um século nos meios jurídicos: cargo de ministro do Supremo não se pleiteia nem se recusa. Pelas contas de integrantes do governo, mais de 40 nomes já se apresentaram em busca da vaga, e a maioria é de candidatos de si mesmos. Eles se aventuraram a disputar a cadeira deixada no ano passado pelo ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou em meio ao julgamento do mensalão.

São presidentes de tribunais estaduais, juízes federais e estaduais, advogados, procuradores da República, integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministros de tribunais superiores que seguem diferentes caminhos, alguns mais discretos, outros nem tanto (*ver matéria ao lado*), mas todos com o objetivo único: a unção da presidente da República, Dilma Rousseff.

Um dos integrantes dessa relação é o presidente do Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES), Pedro Valls Feu Rosa. "Fui convocado a colocar meu nome à disposição do Brasil em função de consenso dos meus pares no TJ-ES, do chefe do Poder Executivo Estadual - governador Rena-



'Unção'. Substituto de Britto será escolhido por Dilma Rousseff

to Casagrande (PSB) - e dos membros da bancada federal capixaba", revelou o magistrado.

A peregrinação desses candidatos tem como destino os gabinetes do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, do secretário-executivo da Casa Civil, Beto Vasconcelos, do secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Flávio Caetano, do subchefe para Assuntos Jurídicos, Ivo da Motta, e do advogado-geral da União, Luís Inácio Adams.

• Pares

PEDRO VALLS FEU ROSA

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO
"Fui convocado a colocar meu nome à disposição do Brasil em função de consenso dos meus pares no TJ-ES, do chefe do Poder Executivo Estadual e dos membros da bancada federal capixaba"

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 MAR 2013

Fora do Executivo e das proximidades palacianas, o gabinete do ministro do STF Ricardo Lewandowski tem recebido sucessivos pedidos de audiência desde o final do ano passado. Muitos apostam que ele terá influência na escolha do novo ministro. Mesmo que ouçam o contrário do próprio Lewandowski.

O Estado pediu ao Ministério da Justiça, à Casa Civil e à Advocacia-Geral da União a lista de pessoas que pediram audiências para falar especificamente da vaga aberta no Supremo. No total, são 22 nomes de pessoas que se ofereceram para a vaga.

Somam-se a essa relação outros candidatos já mencionados em outras disputas. Seus nomes não constam dessas listas, mas alguns deles já procuraram por ministros do STF. Alguns argumentam que ministros do Supremo não indicam, mas podem até vetar nomes para a Corte. Nesse grupo estão conselheiros do CNJ, ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), desembargadores de tribunais de justiça, juízes federais e procuradores da República.

Problemas. Integrantes do governo afirmam que a estratégia de se colocar à disposição para a vaga no STF não chega a ser um pecado. Às vezes, disse um deles, até ajuda a conhecer nomes que eventualmente poderiam ser sabinados para a vaga.

Quando, em 2011, a presidente Dilma Rousseff quis indicar uma mulher para a Corte, os assessores tiveram de analisar os nomes de todas as desembargadoras dos tribunais de todos os Estados e fazer uma lista com nomes palatáveis. Ao final, chegaram a quatro nomes. A ministra Rosa Weber, na época no Tribunal Superior do Trabalho (TST), foi a escolhida.

A campanha começa a tornar-se um problema quando o candidato busca apoio político. O risco apontado é de o pretendente começar a assumir dívidas ou compromissos políticos. A ajuda que vem num primeiro momento pode tornar-se uma dívida a ser cobrada.

Aspirantes usam e-mail e até 'lista de apoioamento'

A aproximação feita pelos autô-candidatos em campanha pela vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) varia. Há quem envie e-mails deixando expresso o motivo do pedido de audiência: "Vaga no Supremo Tribunal Federal". Outros se aproximam dos conselheiros da presidente da República de forma mais reservada, solicitando um horário na agenda para uma "visita institucional". Há, ainda, quem prefira trilhar um roteiro mais tradicional, consultando pessoas próximas no governo sobre a chance de uma indicação e pedindo ajuda. Não querem aparecer como candidatos de si mesmos.

Quando são recebidos, vão direto ao assunto. Revelam que têm o sonho de ir para o Supremo, relatam que têm currículos compatíveis com o tribunal – a Constituição federal exige notável saber jurídico do candidato –, entregam exemplares das obras que publicaram ao longo da vida, apresentam os currícu-

los e ressaltam suas realizações acadêmicas.

Outros candidatos apostam em fatores extra-profissionais. Os nordestinos, por exemplo, lembram que o ministro Ayres Britto era sergipano. A vaga deixada no tribunal deveria, então, ser preenchida por outro nordestino. Quem tem ligações políticas, especialmente com o Partido dos Trabalhadores (PT), faz questão de ressaltá-las. E há também candidatos que se apresentam como apoiados "pelos movimentos sociais". Os mais voluntariosos levam até "lista de apoioamento".

Uma candidata chegou, no passado, a contratar uma assessoria de imprensa para que seu nome aparecesse nos jornais como cotada para a vaga. Outro candidato, depois de ter se reunido com integrantes do governo, reclamou de que seu nome não constava das listas publicadas pelos jornais com a relação de cotados para o cargo.

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Comissão vai dar ênfase à violência contra mulheres

Resistência feminina à ditadura terá destaque na campanha publicitária que colegiado nacional vai lançar; abuso sexual é tema de difícil abordagem

A Comissão Nacional da Verdade e a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva realizam hoje, em São Paulo, um encontro aberto sobre a questão das mulheres que participaram da resistência à ditadura e das violências que sofreram. O objetivo é dar mais visibilidade ao sofrimento das mulheres diretamente envolvidas com o conflito e também daquelas cujos familiares foram perseguidos, torturados, assassinados ou estão desaparecidos até hoje.

A questão das mulheres também deverá ter destaque na campanha publicitária que a Comissão Nacional da Verdade deve lançar nos próximos dias para divulgar suas atividades. Um dos objetivos da campanha é estimular o depoimento de pessoas de sofreram violências e que ainda não tiveram oportunidade ou estímulo para falar.

Já se sabe, pelos trabalhos de outras comissões, em outros países, que a violência sexual sofrida pelas mulheres é um dos temas de mais difícil abordagem e exposição. Na campanha que está sendo finalizada, a comissão vai esclarecer que os depoentes podem ficar anônimos, se quiserem. O que se busca, entre outras questões, é a identificação dos autores das violências.

No final do ano passado, a comissão já havia criado o grupo temático denominado Ditadura e Gênero, para pesquisar e analisar a violência contra a mulher no período entre 1964 e 1985. Coordenadas por Paulo Sérgio Pinheiro, um dos sete integrantes da comissão nomeados diretamente pela presidente Dilma Rousseff, as atividades do grupo estão sendo levadas adiante pelas pesquisadoras Glenda Mezzaroba e Luci Buff.

• No cárcere

GLEND A MEZZAROB A

PESQUISADORA

"Há relatos de golpes destinados a afetar a capacidade reprodutora, casos de indução ao aborto, estupro s repetidos, prostituição forçada, escravidão sexual"

Em entrevista ao Estado, Glenda Mezzaroba observou que também está sendo analisada a participação de mulheres que não se envolveram diretamente com os movimentos de oposição à ditadura, mas participaram da resistência. "As mulheres foram protagonistas na busca pela verdade, na organização de comitês de anistia, na luta por informações sobre mortos e desaparecidos", afirmou. "Quase todas tiveram de enfrentar em algum momento o aparato de repressão e sofreram algum tipo de violência, como ameaças, injúrias, humilhações."

Ela também lembrou as mulheres que tiveram companheiros e filhos presos. "Em alguns casos isso significou uma carga maior na criação dos filhos, pois tiveram de fazer isso sozinhas. Frequentemente enfrentavam humilhações nas visitas aos companheiros presos. Uma delas foi levada até a prisão para assistir à tortura do marido quando estava grávida. É um tipo de violência que não deixa marca no corpo, mas que vai ter um impacto na vida inteira", disse Glenda.

Em relação à violência sexual, a pesquisadora observou que ela vai muito além do estupro, a primeira questão levantada quando se trata do assunto. "É um tema muito mais amplo. Ficar nua diante de um grupo de homens para ser interrogada é uma violência que pode ter um impacto maior para a mulher do que para

o homem", disse. "Entre as sobreviventes que passaram pelos cárceres em períodos de repressão política surgem relatos de golpes destinados a afetar a capacidade de reprodução, casos de indução ao aborto, estupro s repetidos, prostituição forçada, escravidão sexual."

Sobrevivente. Na sessão que será realizada hoje à noite na Assembleia Legislativa, será homenageada a ex-presa política Inês Etienne, única sobrevivente da Casa da Morte – centro de tortura da ditadura que funcionava em Petrópolis, no Rio. A abertura será feita pela teóloga Ivone Gebara.

A ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, foi convidada e deverá participar do evento.

CONTINUA

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Grupo investiga relatos de tortura de crianças

O Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero, encarregado de pesquisar a violência cometida contra as mulheres por agentes de Estado, também vai investigar os casos de violências contra crianças. “Já começamos a coletar relatos de prisões e tortura de crianças”, disse a pesquisadora Glenda Mezzaroba.

De acordo com suas informações, há relatos de crianças que foram levadas à prisão para verem os pais torturados. Também surgiram casos em que a violência não era tão explícita. “Quando famílias de opositores da ditadura eram banidas do País, as crianças eram fotografadas vestindo apenas calcinhas ou cuequinhas”, informou. “Essas fotos, que estão sendo localizadas nos arquivos dos órgãos de repressão, são a prova de um tipo de violência que se praticava contra as crianças.”

Segundo a ex-presença política Crimeia Schimidt de Almeida, era comum a violência contra as mulheres se estender aos seus filhos.

Integrante da Guerrilha do Araguaia, Crimeia estava grávida quando foi detida por agentes da repressão, em 1972. Na quinta-feira, em depoimento perante a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, na Assembleia Legislativa, ela contou que a sua condição não impediu que fosse submetida a sessões de tortura.

“Eles me torturaram bastante, apesar da barriga grande”, contou. “Um médico que dava assistência à tortura, dizia que eu aguentava, mas que não podiam bater na barriga, pendurar no pau de arara e nem dar choque na vagina. Por causa disso eu levei muito choque e pancada nas mãos, nos pés, na cabeça.”

De São Paulo, Crimeia foi levada para uma prisão em Brasília, onde nasceu seu filho. Conforme seu relato, um pouco antes do nascimento, quando solicitou socorro e não foi atendida, ela disse ao obstetra de plantão na prisão: “Meu filho vai morrer.” E ele teria respondido: “Não tem problema. É um comunista a menos.”

Após o nascimento, relatou Crimeia, ela foi submetida durante vários dias a torturas psicológicas. “Diziam que iam mandar meu filho para a Febem e que eu nunca mais iria encontra-lo. Depois eu descobri que ele estava na enfermaria, mas dopado, com doses pediátricas de Diazepam.” O filho de Crimeia sobreviveu e hoje tem 40 anos.

O CRIME CONTRA A MULHER ESTÁ MAIS CRUEL

A ministra Eleonora Menicucci quer a Lei Maria da Penha em todo o País. E ressalta: a denúncia é fundamental.

“O TRÁFICO DE MULHERES É UM CRIME SILENCIOSO E COVARDE”

As convicções de Eleonora Menicucci são conhecidas. Mas, desde que assumiu a Secretaria de Políticas para as Mulheres, em fevereiro de 2012, passou a evitar temas polêmicos e a afirmar que sua opinião pessoal não importa. Principalmente quando o assunto é aborto: “Sigo as diretrizes do governo”.

A ministra, que é amiga da presidente Dilma Rousseff desde a década de 1960, recebeu a coluna em seu apartamento em São Paulo, na véspera de o Conselho Federal de Medicina colocar o tema novamente em pauta, ao defender o direito de a mulher abortar até a 12ª semana de gravidez. Questionada sobre se o Brasil está preparado para o debate, preferiu uma saída política.

A questão do aborto marcou a disputa entre Dilma e o ex-governador José Serra na eleição presidencial de 2010. À época, a então candidata petista se comprometeu a não adotar nenhuma medida, durante seu governo, para mudar a legislação atual, que só permite a interrupção da gestação quando a vida da mulher está em risco ou quando a gravidez é resultado de estupro.

“A SOCIEDADE CIVIL TEM UM HISTÓRICO DE DISCUSSÃO SOBRE O ABORTO”

Torturada durante a ditadura militar e companheira de prisão da presidente na Torre das Donzelas, a ala feminina do presídio Tiradentes, em São Paulo, Eleonora diz que é preciso dar “tempo” à Comissão da Verdade. “Resolver em dois anos problemas de 40 anos atrás é muito difícil.”

Com o orçamento de R\$ 188 milhões – mais que o dobro de quando assumiu a pasta –, a ministra diz estar empenhada em combater a violência contra a mulher. “Nosso objetivo é acabar com o tráfico de pessoas – principalmente porque mais de 47% das pessoas traficadas são mulheres para exploração sexual – e implementar a Lei Maria da Penha em todo o País.”

Embora a meta pareça ousada, a ministra diz que as condenações do ex-goleiro Bruno (pela morte de Eliza Samudio) e do ex-policial militar Mizael Bispo (pelo assassinato de Mércia Nakashima) foram “excepcionais” pa-

“A COMISSÃO DA VERDADE PRECISA DE TEMPO PARA TRABALHAR”

ra “fazer com que as mulheres mudem de atitude e denunciem seus agressores”. “Apesar de, na minha concepção, as condenações terem sido baixas, elas foram muito simbólicas.”

Confira, a seguir, os principais trechos da conversa.

● **A senhora acredita que o Brasil já está preparado para a discussão sobre o aborto?**

Temos um histórico de discussão sobre isso no âmbito da sociedade civil, sem dúvida nenhuma.

● **E no âmbito do governo?**

Como cidadã, tenho minhas convicções. Agora, desde que entrei no governo, sigo as diretrizes do governo.

● **O combate à violência contra as mulheres é prioridade do governo Dilma?**

Temos dois grandes programas na área da violência. Um deles, em parceria com o Ministério da Justiça, é o de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Mais de 47% das pessoas traficadas são mulheres – e para exploração sexual. Estamos determinados a acabar com isso até o fim do governo Dilma. Para isso, fortalecemos a campanha de denúncias. Já temos o Ligue 180 e agora estamos investindo nos núcleos especializados nas fronteiras.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

25 MAR 2013

Queremos ampliar e qualificar esses espaços para amparar as mulheres e identificar agressores e traficantes.

● O problema ganhou visibilidade com a novela *Salve Jorge*?

Claro que ela incentivava, sim. Uma das últimas denúncias – que acabou com a quadrilha desbaratada pela Polícia Federal em Salamanca – foi feita por uma mãe depois de ver a novela. Ela acreditou que sua filha vivia situação semelhante à das personagens. Mas não é só isso. De janeiro a dezembro de 2012, tivemos 80 ligações para o Ligue 180 – a maior parte de Espanha, Portugal e Itália. A partir do momento em que fomos para a televisão falar sobre a importância da denúncia, o número de ligações subiu absurdamente. Foram 72 em três dias.

● A denúncia é fundamental?

Sim, porque só a partir dela pode existir um processo e um desbaratamento. Do contrário, não podemos fazer absolutamente nada. O tráfico é um crime silencioso e muito covarde. As mulheres são aliciadas, com promessas de empregos, de vida melhor. Mas chegam a seus locais de destino sem documentos, ficam confinadas e muito ameaçadas. É importante lembrar que existe a denúncia anônima. É constitucional, está na Lei Maria da Penha.

● A Lei Maria da Penha é eficaz em todo o País?

Uma das nossas mais importantes preocupações é a consolidação e a implementação da Lei Maria da Penha em todo o Brasil. Para lançar o programa Mulher, Viver Sem Violência, fizemos parcerias com o sistema judiciário. Fomos eu e o ministro José Eduardo Cardozo negociar com o ministro Joaquim Barbosa e com o procurador-geral

da República, Roberto Gurgel. Tivemos adesão imediata.

● Como se dará essa parceria?

O plano prevê investimento de R\$ 265 milhões em dois anos. Parte desses recursos será para a construção da Casa da Mulher Brasileira nas 26 capitais e no Distrito Federal, onde concentraremos todos os serviços para amparar as mulheres vítimas de violência: delegacias especializadas, juizados, defensorias, promotorias e atendimento psicossocial. Mas, com algumas novidades: incluímos a central de

transportes – que leva e busca a mulher em casa, nos hospitais ou nas delegacias onde deram entrada –, os serviços de orientação para emprego e espaços para recreação das crianças dessas mulheres.

● O que mudará?

Sei bem como funciona a ponta do problema, porque, durante anos, coordenei, em São Paulo, um serviço de atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. A mulher estuprada precisa de atendimento respeitoso, digno, de alguém que acredite na palavra dela. Além disso, há um elemento essencial: a coleta da prova do estupro. Ela tem de ser coletada por um especialista, e essa prova precisa ser guardada em lugar adequado e seguro.

● É uma meta possível?

Tenho absoluta convicção de que, com essa parceria, conseguiremos capilarizar o combate à violência contra as mulheres para os municípios pequenos. A violência não acontece só nas capitais. Criar as varas especializadas em municípios pobres é fundamental. É o que salva as mulheres. Essas mulheres só são salvas quando vão às delegacias, às varas, e encontram uma estrutura preparada para recebê-las e auxiliá-las. É aí que está

o desafio, o gargalo. A delegacia tem de estar preparada para pedir a medida protetiva ao juiz. E o juiz precisa expedir essa medida o mais rápido possível. Força, que, quando a mulher toma a iniciativa de procurar ajuda,

quer dizer que ela pode ser morta a qualquer momento.

● Porque muitas mulheres sofrem caladas durante anos.

Mais grave do que sofrer calada é ir à delegacia e ouvir do delegado: “Vou pedir a medida protetiva. Pode voltar para casa”. Ela volta para casa e a medida nunca é expedida. É esse processo que queremos mudar. Trabalhamos em parceria com o Conselho Nacional de Justiça na capacitação de juizes para desempenhar essa função.

● Muitas mulheres têm medo de denunciar seus agressores?

Mais do que medo, têm vergonha. Vergonha de assumir que estão sendo violentadas. Seja violência doméstica ou estupro. E sabe qual a maior vergonha? Denunciar o homem que ela escolheu para ser pai de seus filhos. É quando ela expõe a privacidade em seu nível mais alto. E isso eu falo de cátedra.

● É difícil assumir um erro...

Exato. E assumir na lata: “Eu errei. Ele me bate, meus filhos veem”. Essa mulher pode não ter nenhum hematoma, mas está com corpo e alma inteiramente roxos. Tenho sentido que as mulheres estão acreditando mais nas políticas públicas. As condenações do ex-goleiro Bruno e do Mizael Bispo são excepcionais para fazer com que as mulheres mudem de atitude e denunciem seus agressores.

CONTINUA

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

● **A senhora acha que as penas (22 anos para o Bruno e 20 para o Mizael) foram baixas?**

Na minha concepção, as penas foram baixas. Por outro lado, também foram muito simbólicas. Só o fato de eles terem sido condenados e expostos publicamente já é uma vitória. Porque os crimes contra as mulheres têm se tornado cada vez mais cruéis. Matar já é cruel, mas afogar, decepar, dar para o cachorro, não achar o corpo. Isso é de uma crueldade incrível.

● **Crê que o fato de o Brasil ter uma presidente mulher mudou a visão da sociedade?**

Sempre digo que o século XXI é o século das mulheres. As mulheres podem e sabem fazer. Até as crianças estão vendo isso. Ter uma presidente mulher tem um impacto muito grande. E nós, na secretaria, temos um papel importantíssimo. Estamos trabalhando para incentivar as mulheres a entrarem na política. Hoje, no Congresso Nacional, apenas 8% são mulheres – entre senadoras e deputadas. É muito pouco. Dos 5.570 municípios, apenas 657 são comandados por prefeitadas. E elas estão, em grande parte, nas cidades pequenas. Temos uma única prefeita de capital: a Teresa Surita, em Boa Vista. E duas governadoras, a Rosalba Ciarlini (*Rio Grande do Norte*) e a Roseana Sarney (*Maranhão*).

● **Existem políticas para as mulheres homossexuais?**

Temos uma coordenadoria da diversidade. Sou defensora dos direitos GLBT. São pessoas, se-

res humanos iguais a todos. Não há diferença nenhuma. A homofobia é um preconceito, uma violência.

● **Como a senhora viu a nomeação do pastor Marco Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara?**

É uma questão do Congresso Nacional. Como ministra de Estado, não posso, não quero e não vou me meter nisso. Acho que a sociedade tem de se mobilizar para dar a resposta necessária à questão. Não se pode simplesmente acabar com a Comissão de Direitos Humanos. Tenho real esperança de que o Congresso vai resolver isso.

● **O que acha da atuação da Comissão da Verdade?**

Historicamente, foi fundamental a criação da Comissão da Verdade. E nós, do Executivo, não nos intrometemos em seu funcionamento. Ela é autônoma. Para mim, como ex-presa política, a instalação da comissão foi um dos momentos mais emocionantes da minha vida.

● **Há críticas em relação ao trabalho da comissão.**

A comissão tem de ter seu tempo para trabalhar. Precisa de tempo. Resolver em dois anos problemas de 40 anos atrás é muito difícil. A comissão tem dado resultados muito bons. Vimos a entrega do novo atestado de óbito de Vladimir Herzog à família do jornalista, assassinado em 1975; a descoberta dos documentos que mostram que Rubens Paiva foi morto sob tortura. E tantos outros virão à tona. Tenho certeza de que a comissão entregará um relatório exitoso.

25 MAR 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça condena auditor envolvido no caso Cisco

Funcionário aposentado da Receita era alvo da 'Operação Persona' da PF, que desbaratou quadrilha que ajudava empresa a burlar impostos

A Justiça Federal em São Paulo condenou o auditor fiscal aposentado da Receita Ernani Bertino Maciel por improbidade administrativa. Ele era um dos alvos da Operação Persona, desencadeada em outubro de 2007 pela Polícia Federal.

O objetivo da PF era desarticular amplo esquema de sonegação de impostos que teria como beneficiária final a multinacional americana Cisco Systems do Brasil. O auditor foi condenado à perda dos bens e valores incorporados ilicitamente ao seu patrimônio, acrescidos de juros e correção monetária.

A sentença, da 1.ª Vara Federal, também impôs a Maciel o pagamento de multa equivalente a três vezes o valor do acréscimo patrimonial, a cassação da aposentadoria e suspensão dos direitos políticos pelo prazo de 10 anos.

O auditor já foi condenado anteriormente em ação criminal por formação de quadrilha e descaminho. Ele foi preso nas imediações de um hotel mundialmente conhecido em Paris pela Interpol, a Polícia Internacional. Recorre em liberdade.

A base para a ação de improbidade movida pelo Ministério Público Federal é um conjunto de Mandados de Procedimento Fiscal – envolvendo os anos calendários de 2001 a 2004 e de 2005 a 2007 – por meio dos quais a Receita verificou a ocorrência de acréscimo patrimonial a descoberto e depósitos bancários de origem não comprovada do acusado.

A ação indica que, em valores atualizados até maio de 2011, Ma-

ciel somou ilicitamente ao seu patrimônio R\$ 590,9 mil. A PF e a Procuradoria da República atribuem a ele importante papel na estrutura da organização criminosa. A Persona identificou 16 importações fraudulentas, entre 2006 e 2007, e o uso, por 22 vezes, de notas fiscais falsas em operações de compra e venda.

Segundo a investigação, executivos da Cisco e da Mude Comércio e Serviços Ltda teriam participado da montagem de uma cadeia de pessoas jurídicas interpostas no Brasil e nos Estados Unidos para fraudes no comércio exterior.

Bilhões em jogo. A Procuradoria apontou que Maciel e um sócio criaram o Grupo K/E e diversas empresas interpostas para importações fraudulentas da Mude. O Grupo K/E importou US\$ 362 milhões entre 2004 e 2007. A Receita apurou, no âmbito da Persona, não recolhimento de R\$ 3,4 bilhões em tributos – desse montante, R\$ 3,3 bilhões relativos a imposto de importação e multas.

A Persona apreendeu R\$ 86 milhões em mercadorias. Na ocasião, foram detidos 40 suspeitos. A investigação mostrou que Maciel era o responsável pela empresa Olinda Empreendimentos e Participações S/C Ltda.

Relatório de Fiscalização da Receita aponta “de forma detalhada” que o acusado é o proprietário do luxuoso empreendimento Fazenda Ribeirão Hotel de Lazer, situado em Barra do Pirajá (RJ).

De acordo com a acusação, o hotel foi “edificado à época em que exercia as funções de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil”, por meio do controle de

99,90% do capital da Olinda – esta, por sua vez, controla 99,99% da Marnanglo Empreendimentos e Participações Ltda, que detém o imóvel onde está localizado o hotel.

A sentença que condena Maciel por improbidade destaca que ele não informou o recebimento, a título de lucros distribuídos, nos montantes de R\$ 150 mil no exercício de 2002 e de R\$ 250 mil em 2005.

Advogado aponta erros e diz que vai recorrer da decisão

● O advogado Vitor Tedde Carvalho informou que vai recorrer da condenação do auditor fiscal aposentado Ernani Bertino Maciel.

“São vários os argumentos: prescrição, nulidade, cerceamento de defesa”, disse o defensor.

“Acredito piamente na modificação da sentença. Alguns procedimentos foram violados na primeira instância. Um agravo de instrumento (recurso) concedido pela desembargadora Alda Basto não foi cumprido, foi atropelado. Com certeza há muita nulidade de que vamos questionar.”

Carvalho disse recebeu a condenação do auditor “com estranheza e surpresa”. Ele destaca que a ação movida pelo Ministério Público Federal não se refere ao hotel fazenda Ribeirão.

“A Operação Persona não tem relação nenhuma com a ação civil pública, diz respeito a ato do servidor perante a instituição à qual pertencia à época. A ação tem por objeto o ato de improbidade resultante de dois autos de infração por suposta omissão de receita no valor de R\$ 200 mil. Esses autos estão sob julgamento, pendentes ainda”, argumenta o advogado.

25 MAR 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Auditor acredita em mais mortes na UTI

| Médico do ministério afirma que número de casos de óbitos provocados pode passar de 300

O médico Mário Lobato, auditor do Ministério da Saúde e coordenador da sindicância aberta no Hospital Evangélico, em Curitiba, para investigar as denúncias de que pacientes eram mortos dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI), acredita que o número de óbitos pode ser maior do que os sete apontados pelo Ministério Público.

A sindicância identificou cerca de 20 falecimentos semelhantes aos citados na denúncia. “Os casos que já estão fechados são, praticamente, mais de 20 casos já, e nós temos quase 300 já para fazer esse fechamento”, afirmou o médico em entrevista ao Fantástico.

Segundo denúncia do Ministério Público, pacientes internados na UTI, que foi chefiada por sete anos pela médica Virgínia Soares de Souza, foram mortos por asfixia, com uso do medicamento Pavulon e diminuição de oxigênio no respirador artificial. Além da médica, outras sete pessoas foram acusadas, sendo que cinco chegaram a ser presas.

NOTA POLÍTICA

Agentes penitenciários

A Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania promoverá uma reunião conjunta com a Comissão de Segurança Pública amanhã, especialmente para debater a situação do sistema penitenciário no Paraná e as ameaças e os atentados que os agentes penitenciários vem sofrendo ultimamente. Representantes dos agentes penitenciários, da OAB e de entidades de direitos humanos também deverão participar do encontro.

23 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Falência judicial

Na CPI dos Planos de Saúde, sai o deputado federal Douglas Fabrício e assume o londrinense Tercílio Turini, ambos do PPS. Enquanto essa comissão de inquérito continua trabalhando, a CPI da Copa do Mundo quer encerrar os trabalhos já na semana que vem. O presidente da comissão, Fábio Camargo (PTB), anunciou que o relator Jonas Guimarães (PMDB) está com tudo pronto para concluir a CPI. Com isso Camargo está acelerando a instalação da CPI dos Síndicos e Administradores dos Processos de Falência e Recuperação Judicial, proposta por ele próprio e com estreita ligação a temas do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, agora presidido por seu pai, Clayton Camargo.

Catatau

O presidente do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná, Clayton Camargo, enviou para a Assembleia Legislativa (AL) um cata-tau de papel com informações sobre o cálculo das custas judiciais. É a resposta do TJ a pedido feito por Valdir Rossoni (-PSDB), presidente da AL, no ano passado, quando ele engavetou o projeto que concederia aumento linear de 18,44% nos preços cobrados por cartórios. O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), já pediu cópia do calhamaço.

23 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA TC desmente líder do governo e pede documentos do 'Tudo Aqui'

José Lazaro Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Declaração do deputado estadual Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, foi desmentida na sexta-feira pelo Tribunal de Contas (TC) do Estado. Questionado pela oposição sobre o programa "Tudo Aqui", uma parceria público-privada de R\$ 2,9 bilhões, Traiano disse que o procedimento ia facilitar o acesso dos cidadãos a serviços públicos. Falou também que a licitação, marcada para 25 de abril, tinha o conhecimento do Ministério Público (MP) do Paraná e do TC.

"O Tribunal não foi questionado sobre a iniciativa e não autorizou ninguém a falar em nome da instituição a respeito", declarou o conselheiro Artagão de Mattos Leão, presidente do TC. Ele designou que Nestor Baptista, superintendente da 1ª Inspeção de Controle Externo do TC, peça os documentos da licitação à pasta administrada por Cássio Taniguchi (DEM). Artagão pensa em se pronunciar a respeito durante sessão do Tribunal de Contas, se possível já na próxima quinta-feira.

Procurado pela FOLHA, Traiano disse que a informação lhe foi repassada pela própria Secretaria de Estado do Planejamento. O líder de Beto Richa (PSDB) na AL reclamou bastante das críticas feitas ao "Tudo Aqui", uma das propostas de campanha do governador em 2010. O líder da oposição, Tadeu Veneri (PT), reclamou da falta de publicidade dada ao projeto, do custo da operação e da transferência de "inteligência" do Estado para uma empresa privada.

Em nota oficial, o Planejamento relatou que antes de lançar a licitação, no ano passado, fez apresentações detalhando o projeto para técnicos de diversos órgãos, inclusive do TC e do MP. "Neste processo de licitação do Tudo Aqui, de acordo com os trâmites legais, não é necessária autorização do Tribunal de Contas do Paraná. O TC pode se manifestar futuramente caso encontre alguma irregularidade, cumprindo o papel de fiscalizador", diz o documento avaliado pela equipe de Cássio Taniguchi. Dentro do governo do Paraná, conforme FOLHA apurou, diz-se que houve apenas "excesso" do deputado estadual Ademar Traiano ao se referir a essas reuniões.

O grupo que ganhar a licitação do "Tudo Aqui" fica obrigado a construir nove centrais de serviços públicos (três na capital e seis no interior), administrar informações estratégicas (segunda via de documentos, emissão de certidões e carteiras de motorista, por exemplo) e contratar pessoas para atender a população que precisa desses serviços. Para isso, o governo repassaria R\$ 10 milhões por mês para a empresa vencedora durante 25 anos. O contrato ainda poderia ser renovado por mais 25 anos e o valor do pagamento mensal ser reajustado dois anos após o início das atividades.

23 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Afastado do cargo, prefeito de Rolândia se diz injustiçado

**Defesa de Johnny Lehmann vai
recorrer ao TSE; Vereadora Sabine
Giesen deve assumir Executivo até
convocação de novo pleito**

O empresário e dentista João Ernesto Johnny Lehmann (PTB) foi afastado ontem do cargo de prefeito de Rolândia (Região Metropolitana de Londrina) para o qual foi reeleito em outubro do ano passado com 53,56% dos votos. Ele foi notificado ontem à noite da decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná da última terça-feira que manteve sentença da 59ª Zona Eleitoral de Rolândia, proferida em dezembro pelo juiz Alverto José Ludovico, cassando o registro de Lehmann. "Me sinto injustiçado da cabeça aos pés. Nada do que tem sido veiculado na imprensa e na Justiça (Eleitoral) é verdade", disse Lehmann à FOLHA após receber a notificação do afastamento.

Ele afirmou que a defesa tentará obter liminar no TRE para garantir sua volta e permanência no cargo enquanto recorre ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). "Vamos lutar até o fim. Mas, se o entendimento for para que eu deixe o cargo, vou retomar minha vida. Tenho uma empresa em

Londrina, uma agência dos Correios em Rolândia e vou cuidar dos meus netos." O advogado do petebista, Guilherme Gonçalves, disse ontem que ingressará com a medida cautelar ainda na segunda-feira. "Vou tentar obter a liminar o mais rápido possível." O advogado considerou precipitada a notificação de seu cliente. "Ainda cabe embargos de declaração e acho que a notificação poderia ter sido feita somente após o julgamento dos embargos."

Lehmann teve o registro de candidato cassado porque teria praticado abuso de poder econômico ao publicar em um jornal da região reportagens elogiosas e pagas com dinheiro público, além do suposto excesso de gastos com publicidade. No último ano do governo, o gasto não pode ser superior à média dos três anos anteriores. "O cálculo levou em consideração apenas os seis primeiros meses do ano passado, por isso, houve excesso. Se se considerasse o ano todo, não teríamos atingido o limite", justificou Lehmann.

"O juiz disse que a publicação na Tribuna do Vale do Paranapanema desequilibrou o resultado do pleito. Isso é impossível. Não acredito nisso. Acredito que foi nosso trabalho nos quatro anos em Rolândia que fez com que eu ganhasse com mais de 8 mil votos de diferença do segundo colocado", disse, referindo-se à coligação de Eurides Moura (PSDB), autor da denúncia que levou à cassação de Lehmann.

Como a cassação atinge também o vice, José Danilson (PSD), a presidente da Câmara, Sabine Giesen (-PMDB), deve assumir interinamente a prefeitura até a convocação de novas eleições. Ela também foi notificada ontem da decisão do TRE e, procurada pela reportagem, não deu retorno à solicitação de entrevista.

23 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

Cursos de Direito terão 'tolerância zero'

Avaliação da qualidade do ensino será feita em parceria com OAB

Brasília - O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou ontem a suspensão de cem novos cursos de Direito, cujos pedidos de autorização tramitam na pasta, e a criação de um rígido sistema de avaliação da qualidade do ensino jurídico, a ser construído em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A ação resultará no fechamento de dezenas de faculdades e vestibulares da área em todo o País. "Vamos fechar muitos cursos. A política do balcão fechou. Não haverá mais jeitinho e a tolerância será zero com quem não tiver qualidade", avisou.

Mercadante deu a declaração após assinar um acordo de cooperação com o presidente da OAB, Marcus Vinícius Furtado Coêlho, para a elaboração da nova política regulatória para o ensino legal no País. Serão introduzidas novas regras para criação e funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação em Direito.

Pelo acordo, a OAB e o Ministério da Educação (MEC) definirão, por exemplo, os aspectos que integrarão a base da análise de pedidos de abertura de vagas, como campo de prática, necessidade social, qualidade da educação, entre outros.

Existem no Brasil hoje 1,2 mil cursos de direito - com 800 mil alunos matriculados; 6 vezes mais que os 200 existentes

há 20 anos. Das 220 mil novas vagas oferecidas, apenas 162 mil estão ocupadas. "Há uma ociosidade de 25% na oferta e não há por que abrir novos cursos", afirmou o ministro da Educação.

Mercadante ressaltou que a má qualidade do ensino fica demonstrada no elevado índice de reprovação de candidatos ao exame da OAB, que atingiu o recorde de 93% este ano. "O MEC não vai ficar assistindo a esse absurdo sem agir. Há necessidade urgente de mudar essa política de expansão sem limites", enfatizou.

A nova política regulatória vai incluir a valorização do estágio profissional, hoje considerado um "faz de conta", segundo Mercadante, com a criação dos campos de prática. "O estágio agora será avaliado, rigoroso e pra valer", disse. O sistema de avaliação para fins de fechamento de cursos terá duas vertentes. Uma deriva da metodologia usada pelo MEC para avaliação dos cursos em geral, que este ano será adotada na área de humanidades, que inclui o Direito. "Os cursos que tiraram notas abaixo de 3 num ciclo de quatro anos serão punidos com a suspensão. Os que tiverem evolução negativa não serão reabertos", avisou.

Outra forma de punição prevista no acordo inclui a análise dos aprovados no exame da OAB. O ciclo de avaliação da

área de humanidades, já implantado nas exatas, começa este ano. "Serão adotados os mesmos critérios objetivos. Não tem jeitinho: curso de má qualidade fecha mesmo, tanto em instituições privadas quanto públicas", garantiu o ministro, lembrando que, em 2012, foram fechados 11 cursos em universidades federais.

23 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

OPINIAO DO LEITOR

Justiça

Muito boa a decisão do juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina em anular o ato jurídico e permitir o retorno dos servidores da UEL (Geral, 22/3). Os trabalhadores foram execrados pelos “conselheiros notáveis” da instituição. Alguns nem sabiam o que estava sendo analisado. Existe muita “ vaidade” no conselho universitário. São discursos e retóricas. Agora, justiça neles.

MARIA PAULA FIENRETI (aposentada) - Cambé

24 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

175 comissionados

Entrou na Ordem do Dia de amanhã, na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, projeto que cria mais 25 cargos de desembargador no Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. De lambuja, para dar estrutura de gabinete aos novos membros do TJ, brotam mais 175 cargos comissionados. O TJ diz que a expansão é necessária para dar conta da demanda processual, pois haveriam hoje 36 mil recursos esperando distribuição no segundo grau da Justiça.

24 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Recadastramento eleitoral

Alunos do curso de Engenharia da Computação da Unopar vão ajudar eleitores de Londrina e Tamarana a fazer o agendamento na Justiça Eleitoral para o cadastramento biométrico. A parceria entre o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná e a instituição de ensino vai oferecer acesso à internet e ajuda para agendar o atendimento no Fórum Eleitoral. O serviço será gratuito e vai estar disponível a partir de amanhã, na Unidade Tietê. O atendimento se estenderá até o dia 6 de setembro, de segunda-feira a sexta-feira das 8h30 às 12h30 e das 13h30 às 17h30. A Unopar Unidade Tietê fica na rua Tietê 1208, Vila Nova. Mais informações podem ser obtidas através do telefone (43) 3371-7431.

Título cancelado

O recadastramento eleitoral é obrigatório e vai até 6 de setembro no Fórum Eleitoral de Londrina. Quem não comparecer terá o título cancelado e não poderá votar.

MAZZA

Juízo, afinal

Não é o Juízo Final para estados-membros, afinal isso entra na questão do pacto federativo tanto quanto a guerra fiscal, a decisão do Supremo Tribunal Federal relativa à inconstitucionalidade da Emenda 62 de 2009 que permitia o parcelamento das dívidas com precatórios e até o leilão dos créditos. Como o Judiciário já botou o parlamento em clinch na questão do Fundo de Participação dos Estados, fixando um novo prazo para acabar com as distorções no "racha" e há enormes resistências à regulação do tema.

Se não é o Juízo Final, como pensam os prejudicados, também não se pode dizer que seja o "juízo, afinal" em meio a tanta irracionalidade porque políticos fazem acrobacias mentais, em emendas, para evitar o caos. As duas questões dizem respeito ao nosso distorcido federalismo: de um lado a fuga irresponsável aos débitos estatais, que nem a Carta de 1988 conseguiu regular, e de outro o recurso à guerra fiscal para atrair capitais, recurso que tanto beneficiou principalmente o Paraná na questão das montadoras e do qual mostra ter remorsos shakespearianos, uma espécie de Macbeth de porre.

Como o Paraná está numa fase de mineração de recursos para reequilibrar seu combalido caixa, busca as compensações aliás justíssimas na questão do ICMS que beneficia hoje os consumidores no caso da energia com o que perdemos bilhões. Falta, porém, uma liderança com autoridade, conhecimento, para exercer esse papel como não houve também quando os cardeais do PSDB do Paraná, encantados com o poder de sedução de José Serra, mostraram-se "entreguistas" em favor de São Paulo e uma de nossas lideranças aí era José Richa, nome fortíssimo como articulador do processo constituinte e que se perdeu nessa.

FOLHA DE LONDRINA 24 MAR 2013

'Pirâmides' financeiras sob investigação

Com promessas de dinheiro fácil, empresas cujo negócio se disfarça de "marketing multinível" mostram-se insustentáveis. Norte-americana Telexfree é o mais recente alvo dos órgãos federais brasileiros

Disfarçadas de "marketing de rede" ou "marketing multinível (MMN)", empresas que supostamente praticam o velho golpe da pirâmide financeira fazem vítimas em progressão geométrica no Brasil. Seduzidas pela promessa de ganhar dinheiro fácil "trabalhando em casa", milhares de pessoas investem em negócios que, com o passar do tempo, mostram-se insustentáveis. Gente como um comerciante que perdeu mais de R\$ 20 mil, em Cambé, ou uma dona de casa de Londrina que ainda não recuperou um investimento de R\$ 7 mil. Eles apostaram em empresas diferentes, mas a sensação de terem sido enganados é a mesma.

O Ministério Público do Paraná admitiu ter conhecimento da atuação destas empresas no País, mas informa que por enquanto as ações das mes-

mas concentram-se no Norte do País. De acordo com o procurador de Justiça Ciro Expedito Scheraiber, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Caopcon), o assunto foi discutido durante reunião da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça (Senacon), em Brasília, no início do mês.

O mais recente alvo de investigação por órgãos federais brasileiros é a norte-americana Telexfree, representada no País pela Ympactus. Conforme informações da Agência Brasil, ambas são investigadas pela Secretaria Nacional de Justiça e por ministérios públicos de pelo menos sete estados. No dia 28 de fevereiro, o Ministério da Justiça (MJ), em parceria com Secretaria Nacional do Consumidor

MP do PR admitiu ter conhecimento da atuação destas empresas no País

e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, encaminhou ofício a todos os Procons do Brasil alertando sobre a notificação enviada à empresa Telexfree, em função do recebimento de denúncia de suposta prática de pirâmide financeira.

Também sobre a corporação, a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda (Seae/MF) divulgou nota alertando que "a oferta de ganhos altos e rápidos proporcionados principalmente pelo recrutamento de novos entrantes para a rede, o pagamento de comissões excessivas – acima das receitas advindas de vendas de bens reais – e a não sustentabilidade do modelo de negócio desenvolvido pela organização sugerem um esquema de pirâmide financeira, o que é crime contra a economia popular, tipificado no inciso IX, art. 2º, da Lei 1.521/51".

O texto reforça que as atividades econômicas principal e secundária da empresa não a autorizam praticar comércio.

CONTINUA

Além disso, destaca que não foi comprovada a parceria entre a Telexfree e operadoras de telefonia móvel ou fixa, o que seria necessário para garantir a prestação do serviço de VoIP (voice over IP), conforme ofertado pela empresa. Conclui ainda que estão presentes indícios de duas possíveis irregularidades na relação comercial entre a Telexfree e os divulgadores membros da rede da organização. Uma delas é o estímulo à economia informal e outra é a exigência de exercício de duas atividades laborais (como divulgador e como comerciante) para o recebimento de apenas uma.

A reportagem da FOLHA tentou contato com representantes da Telexfree através de um e-mail divulgado no site oficial, mas não obteve resposta. Também não há números de telefone para contato disponíveis. Na fan page do Facebook, a empresa divulgou nota explicando que a Telexfree não pratica a venda de bens ou serviços, motivo pelo qual não necessita obter autorização de atividades de comércio. Afirmava ainda que "não há incentivo de economia informal, uma vez que a renda que um divulgador obtém é informada diretamente à Secretaria da Receita Federal como sendo renda de pessoa física e assim é tributado, com retenção na fonte e devido recolhimento, de acordo com a tabela própria do Ministério da Fazenda".

A nota reforça que as atividades que o divulgador realiza voltam-se apenas para os pacotes que adquiriu e pretende revender. Desta forma,

defende, ao aceitar os termos gerais do contrato, o divulgador estaria plenamente ciente de sua atuação e quanto receberá por ela. "Os valores das bonificações são na exata proporção dos serviços que o divulgador realiza, não podendo ser configurados como excessivos já que o regulamento geral estabelece os percentuais cujo valor já se encontra embutido no custo total das contas VoIP oferecidas". Conteúdo semelhante em forma de vídeo está disponível na home page do site.

RAIO-X DO ESQUEMA

Veja as principais características da pirâmide financeira

- O esquema pode ser mascarado com o nome de outros modelos comerciais que fazem vendas cruzadas, tais como o marketing multinível (MMN), que são legais. A maioria dos esquemas em pirâmide tira vantagem da confusão entre negócios autênticos e golpes complicados, mas convincentes, para fazer dinheiro fácil

- A ideia básica por trás do golpe é que o indivíduo, por meio de um único pagamento, recebe a promessa de que, de alguma forma, irá receber benefícios exponenciais de outras pessoas como recompensa. Um exemplo comum pode ser a oferta de que, por uma comissão, a vítima poderá fazer a mesma oferta a outras pessoas. Cada venda inclui uma comissão para o vendedor original

As pessoas na pior situação são aquelas da base da pirâmide que assinaram o plano, mas não são capazes de recrutar quaisquer outros seguidores. Para dourar a pilula, a maioria de tais golpes apresentará referências, testemunhos e informações

Não há benefício final; o dinheiro simplesmente percorre a cadeia, e somente o idealizador do golpe (ou, na melhor das hipóteses, umas poucas pessoas) ganha trapaceando seus seguidores

O esquema desaba quando novos investidores deixam de entrar. A grande maioria dos envolvidos perde tudo o que investiu

De vítimas a

coautoras

do delito

Promotor informa que lesados pelos supostos esquemas podem pedir indenização judicial se provarem que foram induzidos à prática ilegal

Uma vez lesados pelos supostos golpes da pirâmide financeira, os prejudicados nem sempre sabem a quem recorrer para tentar reaver o dinheiro investido, e isto só é possível se provarem que foram levados à prática ilegal. Mas como adverte o procurador de Justiça Ciro Expedito Scheraiber, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor (Capcon) do Paraná, as pessoas ingressam nas pirâmides por vontade própria, levadas pelo anseio do ganho fácil.

“É claro que elas podem pedir judicialmente, e em caráter individual, indenizações por eventuais prejuízos que venham a ter, desde que comprovem que foram induzidas em erro para isso. Mas, normalmente, as pessoas que ingressam nesses grupos têm ciência do que se trata e agem também imbuídas de certa má-fé ou melhor, conscientes de que há possibilidade de enriquecimento fácil, sem causa justa. Podem até desconhecer que estão praticando um crime, mas a intenção é de ganho fácil.” Scheraiber alerta que invariavelmente essas pessoas, de

vítimas num primeiro momento, à medida em que aderem às práticas danosas, passam a ser coautoras do delito, junto aos cabeças dos grupos.

O delegado Vinicius Borges Martins, adjunto da Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas de Curitiba, afirma que denúncias podem ser feitas à Polícia Civil. “O golpe da pirâmide é muito antigo. Trata-se de estelionato, por isso, quando tomamos conhecimento, vamos investigar”, disse.

‘Reclame Aqui’

Envolvidos com as empresas Telexfree e Mister Colibri também manifestam sua insatisfação na internet. No site Reclame Aqui, destinado a divulgar reclamações de consumidores com empresas e produtos, a Telexfree é campeã no ranking das que mais geraram registros no último mês. Foram 4.990 manifestações nos últimos 30 dias (até 22 de março). Há 23 reclamações de Londrina, 39 de Curitiba e 12 de Maringá.

As denúncias envolvem desde dificuldades para operar o sistema até cobranças pelo não pagamento por serviços prestados. No site, as reclamações contra a Telexfree supera-

ram até mesmo as empresas de telefonia.

Na página oficial da Telexfree no Facebook, cada post divulgando novas ações é bombardeado com milhares de comentários que mesclam reclamações e pedidos de informação de clientes com ofertas de outros divulgadores, com redes já estabelecidas, para resolver os problemas e arregimentar mais pessoas. Na mesma rede social, existem páginas criadas por internautas que sentiram-se lesados pela Mister Colibri, cujo objetivo é reunir denúncias contra a empresa.

Procon

O Ministério da Justiça (MJ), em parceria com a Secretaria Nacional do Consumidor e Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, encaminhou no dia 28 de fevereiro, ofício a todos os Procons do Brasil alertando sobre a notificação enviada à empresa Telexfree, em função do recebimento de denúncia de suposta prática de pirâmide financeira. Dessa forma, o MJ solicitou que todos os departamentos encaminhassem cópias de procedimentos em curso sobre a empresa a fim de colaborar com as investigações.

25 MAR 2013

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

Quarenta sentenciados são assistentes no STF

Tem sido um sucesso o programa "Começar de novo", implantado na presidência do ministro Gilmar Mendes no Supremo Tribunal Federal, para dar chance a sentenciados que cumprem pena em regime semi-aberto. Vários são assistentes de ministros, para orgulho do juiz Ademar Silva de Vasconcelos, titular da Vara de Execuções Penais do DF, batalhador por condições carcerárias que recuperem condenados.

Confiança

O ministro Gilmar Mendes revelou ao juiz Ademar Vasconcelos, certa vez, que o assistente tem a guarda do cofre do seu gabinete.

Recomeço

Dos quarenta sentenciados que trabalham no STF, 38 estudaram, passaram no vestibular e ingressaram em universidades.

23 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

O conluio

SÃO PAULO - O ministro Joaquim Barbosa tende a ser enfático em suas colocações. "Conluio" talvez seja um termo forte demais para definir as relações entre juízes e advogados, mas não há dúvida de que Barbosa levantou um problema importante que não vem recebendo a devida atenção: julgadores costumam ser paparicados não apenas por defensores como também por empresas e associações de diversas naturezas e esses gestos não são desinteressados nem sem efeitos.

É claro que, num mundo inteiramente racional, nenhum magistrado se deixaria influenciar por brindes, gentilezas ou elogios. A questão é que o ser humano é tudo menos "inteiramente racional" e juízes, a exemplo de médicos, jornalistas e consumidores em geral são facilmente sugestionáveis, sucumbindo a truques simples, como mandar um e-mail por ocasião do aniversário, custear um congresso, enviar alguma lembrancinha etc. O que torna esse gênero de manipulação um crime perfeito é o fato de ela ser legal e passar por baixo do radar da consciência. O profissional "comprado" está intimamente convencido de que agiu com total imparcialidade.

Está claro, porém, que não agiu. No caso dos médicos, que são mais afeitos à ciência, os resultados desse tipo de interação já foram mapeados e mensurados. Numa metanálise de 2000, publicada no "Jama", que já é considerada um clássico, Ashley Wazana mostrou que pagar uma viagem para um profissional de saúde, por exemplo, aumenta entre 4,5 e 10 vezes a probabilidade de ele receitar as drogas da empresa patrocinadora.

Resolver esse tipo de situação é muito difícil, senão impossível. Não podemos simplesmente proibir juízes de conviver com advogados, entre os quais podem estar seus cônjuges e filhos. Mas podemos e devemos tornar os relacionamentos institucionais tão transparentes quanto possível e, mais importante, admitir que o problema existe.

23 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Aborto sem crime

Proposta do Conselho Federal de Medicina enfatiza necessidade de encarar o procedimento como grave questão de saúde pública

Foi oportuna e corajosa a iniciativa do CFM (Conselho Federal de Medicina) de recomendar a ampliação das situações previstas para o aborto na legislação brasileira.

A interrupção voluntária da gravidez já é permitida em casos de estupro ou de risco para a vida da mãe. Decisão do Supremo Tribunal Federal admitiu, recentemente, que o mesmo ocorra quando se verifica a anencefalia do feto.

Propõe-se que a permissão seja estendida até a 12ª semana de gestação, se a mãe assim o desejar. Contemplam-se também outras situações de teor menos polêmico: uso não consentido de técnicas de reprodução assistida e diagnósticos de vida inviável fora do útero.

Como é notório, não existe consenso na sociedade a respeito do tema. Segundo afirma João Batista Soares, do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, cerca de um terço dos representantes da categoria se opõe à medida.

Equiparar o aborto ao assassinato de um ser humano soa excessivo. Neurologistas dizem que o feto é incapaz de sentir dor antes das 12 semanas de vida. Ainda assim, não há como negar que se trata de vida —vida humana— o que o aborto vai interromper.

Vida humana em potencial, no mínimo. Não ainda uma pessoa humana, entretanto. Compreendem-se as dúvidas filosóficas que o assunto suscita e as certezas que a

religião, neste e em outros casos, pode apresentar como resposta.

Um fato, de qualquer modo, desvincula-se de todas essas polêmicas. Calcula-se em cerca de 1 milhão o número de abortos realizados anualmente no Brasil. Realizados ilegalmente, no mais das vezes em condições precárias, respondem por quase duas centenas de óbitos maternos por ano.

Se faltam critérios para definir em que medida o feto de três meses é uma pessoa humana, são pessoas, fora de qualquer questão, as mulheres que morrem em clínicas clandestinas ou mesmo em casa, no desespero de tentar, pelos próprios meios, interromper uma gravidez indesejada.

É nesse sentido que não falta razão aos que consideram o aborto como, primordialmente, um problema de saúde pública. Problema que poderia ser muito minimizado, por certo, caso houvesse campanhas de maior informação e de acesso a métodos bem menos traumáticos, como a chamada pílula do dia seguinte.

Nos países em que isso ocorre, também é menor o número de abortos —recurso que, por certo, ninguém encara como a primeira opção contraceptiva. Aos médicos e mulheres que, por razões de consciência, se opõem à medida ninguém nega o direito de não se envolverem em procedimentos tão extremos e traumáticos.

Já a possibilidade de que sejam feitos em condições médicas adequadas, na segurança da lei, deve ser discutida com maturidade —e, se persistir a falta de consenso, como parece provável, submeter a questão a um plebiscito.

23 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Combate às drogas

DRAUZIO VARELLA

Entre o universitário branco de boas posses e o mulato do Capão Redondo, quem irá preso como traficante?

NO COMBATE às drogas ilícitas vamos de mal a bem pior. Até quando insistiremos nesse autoengano policialesco-repressivo-ridículo que corrompe a sociedade e abarrotas as cadeias do país?

Faço essa observação, leitor, porque será votado na Câmara um projeto de lei que endurece ainda mais as penas impostas a usuários e traficantes.

Em primeiro lugar, não sejamos ingênuos, a linha que separa essas duas categorias é para lá de nebulosa: quem usa, trafica. O universitário de família privilegiada compra droga só para ele? O menino da periferia resiste à tentação de vender uma parcela da encomenda, para diminuir o custo de sua parte? Como amealha recursos o craqueiro da sarjeta que tem por princípio não roubar nem pedir esmola?

Nas ruas, quem decide como enquadrar o portador de droga apanhado em flagrante é o policial. Entre o universitário branco de boas posses e o mulato do Capão Redondo você consegue adivinhar quem irá preso como traficante?

Embora considerada tolerante, a legislação vigente desde 2006 agravou a situação das cadeias. Naquele ano, foram presos por tráfico 47 mil pessoas, que correspondiam a 14% do total de presos no país. Em 2010, esse número saltou para 106 mil, ou 21% do total.

O projeto a ser votado propõe várias ações controversas, para dizer o mínimo.

Entre elas, a ênfase descabida na internação compulsória, enquanto os estudos mostram que o acompanhamento ambulatorial é a estratégia mais importante para a reinserção familiar e social dos dependentes. Isolá-los só se justifica nos casos extremos em que existe risco de morte.

O projeto propõe uma classificação surrealista das drogas de acordo com sua capacidade de causar dependência, segundo a qual alguém surpreendido com crack seria condenado a pena mais longa do que se carregasse maconha.

No passado, os americanos adotaram lei semelhante, que condenava o vendedor de crack a passar mais tempo na cadeia do que o traficante de cocaína em pó. As contestações judiciais e os problemas práticos foram de tal ordem que a lei foi revogada, há mais de dez anos.

O projeto reserva atenção especial à criação de um incrível "cadastro nacional de usuários". No artigo 16, afirma que "instituições de ensino deverão preencher ficha de notificação, suspeita ou confirmação de uso e dependência de drogas e substâncias entorpecentes para fins de registro, estudo de caso e adoção de medidas legais".

Nossos professores serão recrutados como delatores dos alunos para os quais deveriam servir de exemplo? Os colégios mais caros entregarão os meninos que fumam maconha para inclusão no cadastro nacional e "adoção de medidas legais"?

O mais grave, entretanto, é o endurecimento das penas. Segundo a lei atual, a pena mínima para o fornecedor clássico é de cinco anos; o novo projeto propõe oito anos. Os que forem apanhados com equipamento utilizado no preparo de drogas, apenados com três a dez anos na legislação de hoje, passariam a cumprir de oito a 20 anos. As penas atuais de dois a seis anos dos informantes que trabalham para grupos de traficantes, seriam ampliadas para seis a dez anos. E por aí vai.

Enquanto um assassino covarde responde ao processo em liberdade, quem é preso com droga o faz em regime fechado.

Não quero entrar na discussão de quanto tempo um traficante merece passar na cadeia, estou interessado em saber quanto vamos gastar para enjaulá-los.

Vejam o exemplo do Estado de São Paulo, que conta com 150 penitenciárias e 171 cadeias públicas. Apenas para reduzir a absurda superlotação atual deveríamos construir mais 93 penitenciárias.

Se levarmos em conta que são efetuadas cerca de 120 prisões por dia, enquanto o número de libertações diárias é de apenas cem, concluímos que é necessário construir dois presídios novos a cada três meses.

23 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Ministro Gilmar Mendes participará de debate na Folha sobre Judiciário

DE SÃO PAULO - A Folha promove na próxima segunda, às 19h, a primeira rodada de debates sobre a reforma do Judiciário.

Estão confirmadas as participações de Gilmar Mendes, ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, do ex-secretário de Reforma do Judiciário Sérgio Renault, da pesquisadora Maria Tereza Sadek e do corregedor-geral do Tribunal de Justiça de São Paulo, José Renato Nalini. O mediador

será o repórter especial da Folha Frederico Vasconcelos.

O debate acontecerá no auditório do jornal (alameda Barão de Limeira, nº 425, 9º andar, região central de São Paulo) e deve durar cerca de duas horas.

Inscrições podem ser feitas pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br ou pelo telefone 0/xx/11/3224-3473, das 14h às 19h. É preciso informar nome completo, telefone e RG.

TSE decide manter investigação sobre executivo do Google Brasil

DE SÃO PAULO - O Tribunal Superior Eleitoral decidiu ontem manter a ação na qual Edmundo Balthazar, diretor do Google Brasil, é investigado sob a acusação de desobediência. Em setembro passado, o juiz Ruy da Rocha, de Campina Grande (PB), mandou prendê-lo por entender que a empresa descumpriu uma ordem.

A ação foi movida pelo então candidato do PSDB a prefeito de Campina Grande, Ro-

mero Rodrigues, que havia pedido a retirada do YouTube de um vídeo que o ridicularizava.

O juiz determinou a retirada do vídeo por duas vezes e decretou a prisão de Balthazar após o Google pedir a reconsideração da liminar. O Google tirou o vídeo do ar e entrou com habeas corpus. A Justiça negou o pedido da empresa, e a decisão foi confirmada pelo TSE.

Em nota, o Google afirma que cumpriu a ordem judicial.

23 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

STF manda investigar senador líder do governo

Parlamentar do PMDB é acusado de envolvimento em supostos desvios

Advogados de Eduardo Braga negam que ele tenha participado de irregularidade no Estado do Amazonas

DE BRASÍLIA

O Supremo Tribunal Federal (STF) abriu inquérito para investigar o envolvimento do líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), em supostos desvios de recursos durante sua gestão no governo do Amazonas.

O ministro Gilmar Mendes acolheu pedido do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para analisar a conduta de Braga na desapropriação de um terreno avaliado inicialmente em R\$ 400 mil e que foi desapropriado pelo governo do Amazonas por R\$ 13,1 milhões, em 2003.

O procurador-geral pediu a quebra de sigilo de empresas que participaram da negociação, além de depoimentos dos envolvidos e elaboração de laudos pelo Instituto Nacional de Criminalística. Após essa fase, Gurgel vai decidir se oferece denúncia ou não ao STF contra Braga.

Além do senador, são in-

vestigados um secretário de governo, cinco servidores, um procurador do Estado do Amazonas e quatro representantes de duas empresas.

A defesa nega a participação de Braga em qualquer ato irregular e afirma que ele agiu de boa-fé ao editar "decreto, com a crença de estar praticando ato que conta com o mais absoluto e irrestrito amparo legal".

Os advogados dizem ainda que o peemedebista foi inocentado em três ações que investigaram se houve improbidade administrativa e que a denúncia é política. Segundo o advogado Antonio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, o terreno vale atualmente R\$ 80 milhões.

O caso começou a ser investigado pelo Ministério Público do Estado do Amazonas. Segundo a procuradoria, o governo teria seguido laudo elaborado por servidores da Secretaria de Habitação para a compra do local.

Do total, R\$ 73 milhões correspondiam ao valor da terra nua, e o restante, ao custo das benfeitorias necessárias.

De acordo com as investigações, as benfeitorias não existiam no local e seriam feitas depois.

FOLHA DE S. PAULO

MEC congela

abertura

23 MAR 2013

de cursos de

direito no país

Pedidos para novas vagas não serão aceitos até a reformulação de regras

Ministério quer alterar critérios de avaliação das instituições e garantir o acesso do aluno a órgãos públicos

Os pedidos para a abertura de novos cursos de direito estão congelados até que o governo defina novos critérios para regular e avaliar esse setor de ensino.

O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante. Ele calcula que existam cem pedidos de novos cursos na fila de espera, com mais de 25 mil novas vagas em direito.

“Hoje temos 25% de ociosidade, não tem nenhuma urgência de abrir curso novo.”

Há, atualmente, 1.200 cursos de direito e 800 mil matrículas. A expectativa da pasta é que a nova política seja definida até o meio deste ano.

Mercadante oficializou uma cooperação com a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para redesenhar a política de abertura de vagas — direcionando para onde há necessidade e estrutura — e de avaliações do ensino.

Um das mudanças previstas é o aperto nos estágios.

Para o ministro, é preciso garantir que o aluno tenha acesso a estruturas públicas, como fóruns, promotorias e delegacias, mesmo que ele faça estágio em escritório privado.

Também estará em debate a inclusão de outros critérios para avaliar o desempenho das faculdades, como a ociosidade das vagas oferecidas e o índice de reprovação dos alunos no exame da OAB.

Devem ser discutidas, também, mudanças no próprio exame da OAB, que tem taxas crescentes de reprovação.

E não se descarta ajustar a quantidade de vagas já autorizadas em cada faculdade.

SEM VESTIBULAR

Paralelamente ao redesenho da política, haverá suspensão do ingresso de novos alunos em cursos de direito que tiverem repetidas notas baixas no Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), diz Mercadante. “Podem ter certeza de que vamos fechar muitos vestibulares de direito esse ano.”

As avaliações dos cursos de humanas —incluído o de direito— ocorreram em 2009 e 2012. O resultado deve sair no segundo semestre.

Ontem MEC e OAB se referiram à oferta de cursos de baixa qualidade como algo próximo ao “estelionato”.

Se há deficiência na qualidade de cursos, ela é do MEC, diz Sólon Hormidas, diretor-executivo da ABMES (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior).

Isso porque, afirma ele, o curso é autorizado pelo ministério após a visita de uma comissão oficial. Além disso, diz, é montado seguindo as diretrizes do governo federal.

Hormidas questiona a utilização do Enade para atestar a qualidade do curso.

“O aluno não tem compromisso com o resultado da prova”, afirma.

CONTINUA

23 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

TESOURA NOS CURSOS DE DIREITO

Ministério da Educação suspende abertura de vagas no país

SUSPENSÃO

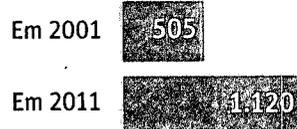
Os pedidos de abertura de novos cursos de direito estão congelados em todo o país até que o governo defina novos critérios para regular e avaliar o setor. A decisão afeta cem pedidos, ou 25 mil potenciais vagas. A intenção do ministério é restringir a criação de cursos a regiões onde há capacidade de absorção

QUALIDADE

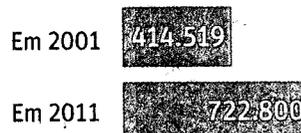
No último ciclo de avaliação de direito, em 2009, 968 cursos foram avaliados. Desse total, 223 (23%) tiveram nota insatisfatória no Conceito Preliminar de Curso, índice que mede a qualidade das graduações com base em fatores como a nota dos alunos no Enade e a titulação dos professores

EVOLUÇÃO DOS CURSOS EM DEZ ANOS

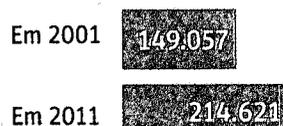
➤ Cursos de direito no país



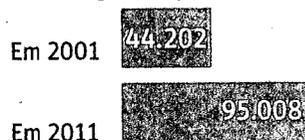
➤ Número de matrículas



➤ Vagas que foram oferecidas



➤ Número de concluintes na graduação



24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

O STF e o caos tributário

A decisão do Supremo Tribunal Federal pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS no cálculo dos tributos PIS/Pasep e Cofins sobre produtos importados pode causar perdas bilionárias ao governo federal.

O STF entendeu que a inclusão fere o artigo 149 da Constituição, que prevê taxaçoão só sobre o valor aduaneiro (custo do bem ou serviço no exterior, acrescido de frete e outras despesas de internação).

Os efeitos práticos da decisão só ficarão claros com a publicação do acórdão. A Fazenda já anunciou que o ressarcimento ocorrerá caso a caso, mas que vai recorrer ao Supremo e solicitar que a decisão não se aplique a ações ajuizadas após a data do julgamento. Caso o argumento seja aceito, o passivo seria reduzido consideravelmente.

O julgamento se arrastava desde 2004. É absurdo consumir oito anos para decidir uma causa de tamanha repercussão. Em geral, a insegurança tributária termina prejudicando o contribuinte, mas, nesse episódio, ela se voltou contra o governo.

No contexto atual de superavit fiscais cadentes por causa de desonerações que buscam reforçar a competitividade, a notícia não contribui para tal objetivo. O governo perderá receitas, e produtos importados serão beneficiados.

A despeito disso, é forçoso reconhecer que o entendimento do STF é sólido. Num contexto mais amplo, contribui para limitar a arbitrariedade tributária do Estado. Pena não ser regra geral.

Não vem de hoje o costume dos governos, federal e estaduais, de incluir tributos em sua própria base de cálculo. O mesmo STF decidiu, em 2011, pela constitucionalidade da prática no caso do ICMS, o chamado cálculo “por dentro” que incide sobre a conta de telefone, por exemplo — a alíquota de 25%, incluída em seu próprio cálculo, puxa a cobrança para 33%.

Alguns ministros do STF entenderam que o governo majorava a alíquota de forma legal e transparente. Legal, segundo o Supremo, mas ainda assim em afronta a qualquer racionalidade.

A mais recente decisão do STF apenas retoma um tema conhecido — o caos da legislação tributária. As empresas brasileiras gastam quase cinco vezes mais horas que a média global para cumprir a legislação complexa e cambiável.

Tem razão o ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda Bernard Appy, que em artigo recente chamou a atenção para a insegurança jurídica relacionada à legislação tributária como um dos principais fatores a travar os investimentos no Brasil.

24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Reforma do Judiciário é tema de debate na Folha nesta segunda

DE SÃO PAULO - A Folha promove amanhã, às 19h, a primeira rodada de debates sobre a reforma do Judiciário.

Participam do evento o ministro do STF Gilmar Mendes, o ex-secretário de Reforma do Judiciário Sérgio Renault, a pesquisadora Maria Tereza Sadek e o corregedor-geral do TJ-SP, José Renato Nalini. O mediador será o repórter especial da Folha Frederico Vasconcelos.

O debate acontecerá no auditório do jornal (alameda Barão de Limeira, nº 425, 9º andar, região central de São Paulo). Inscrições podem ser feitas pelo e-mail eventofolha@grupofolha.com.br hoje e amanhã ou pelo telefone 0/xx/11/3224-3473, amanhã das 14h às 19h. É preciso informar nome completo, telefone e RG.

O QUE ELE DISSE
JOAQUIM BARBOSA
*Há muitos [juízes]
para colocar para
fora. Esse conluio
entre juízes e
advogados é o que há
de mais pernicioso
presidente do STF*

DNA A lista encaminhada pela Justiça Federal para Dilma para vaga no STJ (Superior Tribunal de Justiça) tem, na segunda, colocação, o juiz Ítalo Mendes, do TRF da 1ª Região. Ele é primo do ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

E aí? Membros do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) esperam que Joaquim Barbosa proponha investigação de conduta dos conselheiros Tourinho Neto e Jorge Hélio, após apontar “conluio” entre juízes e advogados. Dizem que o corregedor do órgão, Francisco Leitão, não tem prerrogativa para isso.

Cantor Hudson deixa penitenciária após decisão do TJ

O cantor sertanejo Udsón Cadorini Silva, da dupla Edson & Hudson, deixou a penitenciária de Tremembé ontem após conseguir um habeas corpus do Tribunal de Justiça de São Paulo.

O TJ determinou que o cantor responderá em liberdade pelo crime de porte ilegal de arma. Ele estava preso desde a última quarta-feira.

O advogado de Hudson não quis informar o local para onde ele foi após sair da prisão.

24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Justiça condena trio por morte em Higienópolis

Homens que mataram Caroline, 15,
durante assalto pegam 33 anos; ainda cabe recurso

Os três homens acusados de matar a estudante Caroline Silva Lee, 15, em Higienópolis (região central de SP), em outubro de 2012, foram condenados a mais de 33 anos de prisão.

Carolina foi morta depois de se recusar a entregar sua mochila durante o assalto. Ao serem presos pela polícia, um dos condenados, Marcus Vinícius Correa Gomes, 19, após assumir a responsabilidade pelos disparos, disse aos policiais: "É o que acontece com quem reage."

Além dele, também foram condenados Alex Rodrigues Venancio e Claudinei Avelino Modesto. Por ser uma decisão de primeira instância, ainda cabem recursos à defesa.

A condenação ocorreu anteontem: 33 anos, cinco meses e dez dias de reclusão em regime fechado, além do pagamento de multa pelos crimes de roubo e latrocínio.

Além desses crimes, o juiz Rafael Henrique Janela Tamai Rocha também condenou o grupo a outros cinco meses por resistir à prisão.

O CRIME

A adolescente voltava de uma festa de aniversário junto com seu namorado, o sergente Jardel Alves do Nascimento, 24, e não queria entregar a mochila, que continha seus desenhos e seu material escolar.

Diante da resistência, os bandidos atiraram duas vezes no pescoço da adolescente, antes de fugir com os pertences em um carro.

A polícia —que havia sido acionada por Jardel— perseguiu o automóvel descrito pelo jovem e, após troca de tiros, deteve o trio, que estava em posse da mochila, dos celulares do casal e da máquina fotográfica da garota.

Em depoimento, o namorado de Caroline disse à polícia que ela, na verdade, não havia resistido durante a abordagem dos ladrões.

FOLHA DE S. PAULO

Em 10 anos, morte de jovens aumenta 1.000% em Natal

Cidade é a capital brasileira que apresentou o maior aumento nessas mortes durante a década passada

Autoridades apontam falta de vagas para internação de jovens infratores como uma das causas da violência

REYNALDO TUROLLO JR.
ENVIADO ESPECIAL A NATAL

Cenário de um aumento vertiginoso nos homicídios de jovens na década passada, Natal (RN) ainda tenta entender as causas da violência em meio a sinais da ação de grupos de extermínio.

A taxa de homicídios de crianças e adolescentes (até 19 anos) na cidade subiu de 2,9 para 30,5 por 100 mil jovens entre 2000 e 2010 —salto de 952%, o maior no período entre as capitais.

Apesar da explosão de casos, a capital ainda é a décima onde mais se matam jovens no país —Maceió tem a maior taxa, 79,8 (leia mais na pág. C5).

Governo e Ministério Público investigam se quadrilhas de extermínio de jovens estão por trás dessas estatísticas.

Relatos de homens encauzados em carros sem placa em busca de alvos predefinidos são recorrentes —para a Justiça, são indícios da ação desses grupos.

Autoridades apontam a falta de vagas para internação de jovens infratores como um dos propulsores da violência.

Por lei, mesmo após condenação, o adolescente deve ser liberado se não houver vagas no sistema socioeducativo.

Em fevereiro, havia apenas 75 adolescentes internados no, segundo a Promotoria. O poder público desconhece a dimensão do déficit de vagas.

Segundo o promotor Leo-

nardo Nagashima, o problema se agravou após a interdição do maior centro de internação, em Parnamirim, por problemas de superlotação.

'BARBÁRIE'

"Quando o Estado não pune, a sociedade faz justiça com as próprias mãos", afirma o juiz da Infância e da Juventude Homero Lechner.

"Aí existe a possibilidade

“ Quando o Estado não pune [os menores infratores], a sociedade faz justiça com as próprias mãos

HOMERO LECHNER
Juiz da Infância e da Juventude

'Se você não mata, morre', conta ex-chefe de gangue

DO ENVIADO A NATAL

Chefe de gangue no início dos anos 1990 em Felipe Camarão, um dos bairros onde mais se matam jovens em Natal, Alcemir Varela da Silva, 43, viu a violência urbana mudar de perfil nos últimos anos: da briga de gangues para o tráfico de drogas.

A consequência dessa transformação, afirma, é o aumento expressivo nas mortes de adolescentes.

de criação de mecanismos de eliminação desses jovens. Seria a volta à barbárie", diz o magistrado, um dia após ter condenado 12 jovens —liberados pela falta de vagas.

O envolvimento com drogas, como usuário ou traficante, explica boa parte das mortes na periferia de Natal.

Bairros como Felipe Camarão e Nossa Senhora da Apresentação estão entre os mais críticos, segundo o Obijuv (Observatório da População Infantojuvenil) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Se os dados do Mapa da Violência atestam a explosão das mortes de jovens em, o Estado demonstra dificuldade na identificação da situação.

Procurada pela **Folha**, a Secretaria da Segurança Pública do Estado não informou quantas crianças e adolescentes foram mortos em Natal em 2011 e 2012. Tampouco apresentou justificativa.

"No meu tempo eu queria meus inimigos vivos. Eles tinham que estar vivos para me ver reinando. Hoje você tem que matar logo, porque se você não mata, você morre", compara.

Silva conta que entrou para as gangues aos 16 anos. A motivação era a fama. "Hoje é a questão do poder aquisitivo", avalia.

Ele deixou a vida nas gangues após levar cinco tiros numa emboscada armada por um inimigo em seu próprio bairro.

Hoje, ainda em Felipe Camarão, Silva ensina capoeira para jovens em escolas e projetos sociais.

CONTINUA

24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

24 MAR 2013

RANKING DA VIOLÊNCIA

Natal é a capital onde mais crescem os homicídios de crianças e adolescentes*

Homicídios de crianças e adolescentes por 100 mil nessa faixa etária

	2000	2010	Variação, em %		
1	Maceió	23,2	79,8	244	
2	Vitória	40,4	76,8	90	
3	João Pessoa	23,8	59,4	150	
4	Salvador	6,3	58	821	
5	Recife	53,3	41,8	-22	
6	Fortaleza	13,4	41,1	207	
7	Belém	14,8	39,5	167	
8	Curitiba	18,1	37	104	
9	Macapá	29,3	31,7	8	
10	Natal	2,9	30,5	952	
11	Porto Alegre	22,3	26,9	21	
12	Belo Horizonte	21,8	26,6	22	
13	Cuiabá	34,3	23,4	-32	
14	Brasília	23,9	22,9	-4	
15	São Luís	8,3	21,3	157	
16	Porto Velho	21,5	21,2	-1	
17	Manaus	16,1	21,2	32	
18	Florianópolis	5,1	19,4	280	
19	Aracaju	18,8	19,2	2	
20	Goiânia	17,6	18,8	7	
21	Rio de Janeiro	35,2	15,9	-55	
22	Palmas**	1,6	15,4	--	
23	Rio Branco	22	13,6	-38	
24	Boa Vista	24	13,1	-45	
25	Teresina	11,5	10,9	-5	
26	Campo Grande	19,7	10,5	-47	
27	São Paulo	36	5,3	-85	

Natal, o maior crescimento no período



* Pessoas com idades entre 1 e 19 anos ** Devido a sua recente criação, em 1989, Palmas tem dados pouco confiáveis do início da década, segundo o estudo Fonte: Tabulação inédita do Mapa da Violência 2012 feita pela Flacso/Cebela para a Folha com dados consolidados de homicídios do Ministério da Saúde (2010)

Governo diz que está criando estratégias para reduzir os assassinatos no Estado

O governo do Rio Grande do Norte está criando estratégias para reduzir o número de mortes de jovens na capital e no interior, disse a Fundac (Fundação Estadual da Criança e do Adolescente), órgão responsável pela gestão do sistema socioeducativo no Estado.

Sobre as suspeitas da ação de grupos de extermínio em Natal, a fundação disse tê-las encaminhado à Secretaria de Segurança Pública "para que tome as devidas providências".

A nota da Fundac foi a única resposta do governo potiguar às perguntas da **Folha**.

Sobre temas específicos de segurança, a reportagem solicitou entrevista com o secretário da pasta, Aldair da Rocha, mas não foi atendida e não houve justificativa.

Sobre o sistema socioeducacional, a Fundac disse que suas unidades passam por melhoras estruturais e no quadro de servidores. A unidade de Parnamirim, diz, está em fase final de reforma.

Ao todo, o Estado tem quatro centros de internação de jovens, com 105 vagas. Como Parnamirim está fechada, o número caiu para 55.

A fundação afirmou ainda irá construir um novo centro na Grande Natal, ainda sem previsão de conclusão.

A Fundac diz que é preciso que os Estados recebam apoio financeiro do governo federal para melhorias necessárias.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO FOLHA DE S. PAULO

A mais violenta, Maceió tem 'áreas proibidas'

Cidade lidera o ranking de assassinatos entre as capitais brasileiras; 230 homens da Força Nacional ocupam favelas

Taxa de homicídios é de 110,1 por 100 mil habitantes, quatro vezes a taxa nacional, de 27,4 por 100 mil

REYNALDO TUROLLO JR.
ENVIADO ESPECIAL A MACEIÓ

Maceió (AL) lidera com folga o ranking de homicídios nas capitais do país, num Estado com efetivo policial defasado, IML (Instituto Médico Legal) improvisado em galpão e falta de vagas em presídios.

Em Alagoas, somente no ano passado delegados passaram a ir às cenas do crime para colher dados. Antes, iam apenas os peritos, e o resultado está nas estatísticas: de 2005 a 2008, apenas 7,5% dos assassinatos foram apurados.

Essa sensação de impunidade é um reflexo da falta de estrutura. Hoje, presos que ganham direito ao regime semiaberto (trabalham fora e dormem na cadeia) vão direto para casa, pois não há presídios para esse sistema.

Diante disso, Maceió tem "áreas vetadas" para a circulação. A Folha tentou ir ao Vergel do Lago, uma das mais perigosas, mas o taxista se recusou. "É uma área proibida."

Nos últimos dez anos, a cidade assistiu a uma explosão no número de homicídios. No período, a taxa de homicídios em Maceió subiu 144%, enquanto o conjunto das capitais teve queda média de 18%.

De oitava capital mais violenta do país em 2000, Maceió passou ao topo do ranking dez anos depois. A taxa de homicídios é de 110,1 por 100 mil habitantes —quatro vezes a taxa nacional, de 27,4.

No período, os dois princi-

pais grupos políticos de Alagoas passaram pelo poder, dos rivais Ronaldo Lessa (PDT), ex-governador, e Teotônio Vilela (PSDB), que cumpre seu segundo mandato.

Agora, Alagoas conta com ajuda federal. Num passado recente, armas apreendidas não eram monitoradas. Saíam das salas oficiais da perícia e realimentavam o ciclo do crime, afirma a secretária nacional de Segurança, Regina Miki.

"O foco do Estado não era combater homicídios. Nosso ambiente é propício para matar", resume Dário Cesar Cavalcante, secretário de Segurança Pública do Estado.

Coronel reformado da Polícia Militar, Cavalcante foi segurança do ex-presidente Fernando Collor.

ESTOPIM

A morte de um médico no ano passado durante um assalto foi o estopim para o pedido de ajuda federal.

Dois dias após o assassinato, em maio, uma multidão saiu às ruas pedindo paz em Alagoas. O Estado recorreu ao Ministério da Justiça.

Um mês depois foi lançado o Brasil Mais Seguro, com o objetivo de conter os homicídios.

Por enquanto, a parceria com o Planalto tem como face mais visível a ocupação de favelas pela Força Nacional, com 230 policiais para ajudar.

"Outras formas de ações sociais [para combater a violência], que só o Estado pode fazer, não estão acontecendo", diz a socióloga Ruth Vasconcelos, da Universidade Federal de Alagoas.

Moradores da periferia, sob condição de anonimato, disseram temer a volta do ciclo de mortes quando a tropa federal deixar a cidade.

24 MAR 2013

CONTINUA

24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RANKING DA VIOLÊNCIA

Maceió lidera as estatísticas de homicídios do país

Homicídios por 100 mil		2000	2010	
1	Maceió	45,1	110,1	
2	João Pessoa	37,8	80,2	
3	Vitória	79	70,5	
4	Salvador	12,9	69,0	
5	Recife	97,5	58,2	
6	São Luís	16,6	56,1	
7	Curitiba	26,2	55,9	
8	Belém	25,9	54,9	
9	Fortaleza	28,2	51,7	
10	Porto Velho	61	49,9	
11	Macapá	46,2	48,7	
12	Manaus	33	46,8	
13	Aracaju	39,9	42,0	
14	Natal	10,4	40,6	
15	Cuiabá	69,5	40,3	
16	Goiânia	28,6	39,9	
17	Porto Alegre	39,2	36,8	
18	Belo Horizonte	34,8	35,5	
19	Brasília	37,5	34,3	
20	Teresina	22,2	30,7	
21	Rio Branco	36,4	28,9	
22	Boa Vista	40,4	28,5	
23	Rio de Janeiro	56,6	27,9	
24	Florianópolis	10,2	23,0	
25	Palmas	21,8	22,8	
26	Campo Grande	39,3	21,7	
27	São Paulo	64,8	13,6	
MÉDIA NAS CAPITALS			37,4	
MÉDIA NO BRASIL			27,4	

Fonte: Tabulação inédita do Mapa da Violência 2012 feita pela Flacso/Cebela para a Folha com dados consolidados de homicídios do Ministério da Saúde (2010)

Ajuda federal trouxe queda nos homicídios

Os homicídios em Maceió caíram 20,5% de 2011 para 2012, após 12 anos de crescimento, afirma a Secretaria Estadual da Defesa Social. Foram 753 casos no ano passado, ante 947 em 2011.

Para ficar no lugar do reforço da Força Nacional, o Estado abriu concursos para contratar 1.040 policiais militares e 400 policiais civis. O efetivo atual é de 7.200 PMs e 1.900 civis.

“Está acordado que a Força Nacional permanece aqui enquanto estivermos com o pessoal dos concursos em formação”, diz o secretário Dário Cesar Cavalcante. Segundo ele, o governo já constrói um presídio na região do agreste para 800 presos, ao custo de R\$ 30 milhões.

O secretário Cavalcante afirma que o governo obteve R\$ 130 milhões com o BNDES para investir em segurança em 2013 e 2014.”

CONTINUA

24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

ANÁLISE

Medo faz parte do cotidiano das cidades brasileiras

JULIO JACOBO WAISELSZ
ESPECIAL PARA A FOLHA

Pesquisa de 2012 do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) apontou que 62% dos moradores do país têm “muito medo” de serem assassinados e 23%, “um pouco de medo”. Só 14% manifestaram “nenhum medo”.

Esse temor é justificado. As 52.260 vítimas de homicídio contabilizadas pelo Ministério da Saúde em 2010 —70% por armas de fogo— fazem do Brasil o país com o maior número de assassinatos do planeta, com índices que superam mortes em guerras.

Em 2012/13 divulgamos uma série de Mapas da Violência. Em síntese, podemos destacar os seguintes pontos:

1) Os elevados índices de homicídios de crianças e adolescentes: o país ocupa o quarto lugar entre 92 países. E também de mulheres: sétima colocação entre 84 países.

2) A alta vitimização de negros e de jovens, cujas mortes vêm crescendo de forma inaceitável nos últimos anos.

3) Mudança significativa nos padrões da violência homicida: se até fins da década de 1990 o crescimento se concentrava nas grandes regiões metropolitanas, no período 2000-2010 a violência regrediu nessas regiões, mas espalhou-se pelo país.

5) As seis capitais que em 2000 eram as mais violentas — Recife, Vitória, Cuiabá, São

Paulo, Porto Velho e Rio de Janeiro— diminuem suas taxas de forma significativa.

6) Nas 11 capitais menos violentas em 2000 as taxas crescem, em alguns casos de forma acelerada, como em Fortaleza, Curitiba, Belém, São Luís e Salvador.

Vários fatores concorrem para explicar esse processo:

no ano 2000 foi implantado o Plano Nacional de Segurança Pública, que priorizou política e financeiramente essas metrópoles mais violentas. Ao lado de estratégias dos próprios Estados, conduziu a melhoras nos aparelhos de segurança pública.

O último quarto do século passado registrou forte processo de desconcentração econômica, com criação de novos polos de crescimento, que atraem população, investimentos e também criminalidade, pelo atraso em suas estruturas de segurança.

Contribui a forte cultura da violência existente no país, que leva à resolução de conflitos pelo extermínio do próximo. Cultura dada a enorme quantidade e a facilidade de acesso a armas de fogo.

Há ainda a impunidade: pesquisas apontam que menos de 5% dos autores de homicídio são legalmente punidos, quando a taxa em países avançados supera 60%.

JULIO JACOBO WAISELSZ é sociólogo, coordenador da área de estudos da violência da Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais)

24 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

SindusCon  **SP**

o Sindicato da Construção

Justiça feita!

Em uma decisão louvável, o STF (Supremo Tribunal Federal) declarou inconstitucional a Emenda Constitucional 62, de 2009, que permitia a Estados e municípios parcelarem seus precatórios – as dívidas judicialmente reconhecidas, contraídas com pessoas físicas e empresas por conta de desapropriações, obras e serviços prestados e não pagos, e outros. A partir de agora, os precatórios deverão ser quitados no prazo máximo de um ano.

Como se recorda, a Emenda 62 autorizava a quitação dos precatórios de duas maneiras. A primeira seria por meio de um depósito mensal, em conta especial, de 1% a 2% da receita corrente líquida. A segunda era parcelar os recursos para pagamento em 15 anos, destinando 50% às dívidas vencidas em ordem cronológica e o restante a ser pago por ordem crescente de valor, realização de leilões (pagam-se primeiro os credores que oferecerem os maiores descontos em seus créditos) ou negociações diretas com credores.

O STF entendeu que, no primeiro caso, não haveria um prazo certo para a quitação da dívida. Quanto à segunda maneira de quitar as dívidas, a maioria dos ministros decidiu que ela viola as garantias constitucionais.

Uma dessas garantias é o direito ao recebimento em ordem cronológica. A outra é o cumprimento dos contratos, com a quitação da dívida integral atualizada.

Ambas as garantias haviam sido desconsideradas por entes de governo, como

É inconstitucional pagar precatórios em prazos de 15 anos e atropelar a ordem cronológica

a Prefeitura de São Paulo, na gestão 2005-2008. No primeiro ano, os pagamentos de obras e serviços de engenharia foram suspensos e um ano depois foram retomados, porém fora da ordem cronológica e mediante a realização de leilões ora julgados inconstitucionais.

As maiores prejudicadas foram as pequenas e médias construtoras, pressionadas por seus fornecedores e sem condições de oferecer descontos. Mesmo com as finanças da Prefeitura restabelecidas, a protelação dos pagamentos e os leilões prosseguiram naquela gestão municipal.

No julgamento do STF, foi lembrado o voto do ex-ministro Ayres Britto, que citou o exemplo de um Estado que em certo ano pagou R\$ 1,7 milhão em precatórios e gastou R\$ 104 milhões em publicidade.

Cumpra agora retomar as propostas para facilitar e acelerar o pagamento dos R\$ 94 bilhões em precatórios de Estados e Municípios. Uma delas é a utilização desses direitos creditórios em um fundo a ser especialmente criado com recursos da União para o financiamento da infraestrutura.

Outras propostas são: utilizar precatórios para pagamentos de débitos tributários; permitir que credores os utilizem nos pagamentos de parcelas do Programa Minha Casa, Minha Vida; e obter empréstimos no exterior a prazos longos e juros baixos – foi o que o Estado do Mato Grosso fez, zerando seu estoque de precatórios.

Espera-se todo o empenho em soluções rápidas e criativas para o problema.

25 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Toga justa 1 Francisco Falcão, corregedor do CNJ, deu prazo de 90 dias para que 15 Tribunais de Justiça abram concurso para o cargo de titular de cartório extrajudicial. A obrigatoriedade está prevista na Constituição.

Toga justa 2 Desembargadores que descumprirem a regra estarão sujeitos a processo disciplinar, segundo o ultimato dado pelo ministro.

FOLHA DE S. PAULO

VINICIUS MOTA

Não é legal

SÃO PAULO. O Código Penal estabelece pena de 6 a 20 anos de reclusão para o ato de “matar alguém”. Daí não se deduz que o homicídio seja proibido no Brasil. Tanto não é que ocorre às dezenas de milhares todo ano. Nações avançadas conseguem diminuir bastante sua incidência, mas jamais erradicá-lo.

Somos livres até para fazer o mal, eis um fato da nossa condição. A distinção entre criminalizar e proibir pode ser útil para debater assuntos que dividem moralmente a sociedade, como as drogas e o aborto.

Quando a lei fixa penas para o aborto, ressaltando casos de risco de vida para a mãe e de gravidez provocada por estupro, o seu objetivo é refrear a prática. O efeito esperado é menos mulheres recorrendo ao aborto, no cotejo com uma situação hipotética em que ele não fosse crime.

Avaliar a eficácia da lei é um desafio lógico e estatístico, pois jamais saberemos como se comportaria a mesma sociedade, no mesmo tempo histórico, mas sob legislação diversa. Espanta-me, a esse respeito, o argumento usado por grupos a favor da descriminalização, de que fixar penas para o aborto aumenta sua incidência, em franco desacordo com o objetivo da lei.

Um dado muito usado, de artigo na revista “Lancet”, é o fato de haver em geral menos abortos, para cada grupo de mil mulheres em idade fértil, nos países com legislação liberal. Mas isso não indica nada.

Na esmagadora maioria dessas nações, as mulheres têm mais renda e acesso a métodos contraceptivos e menos gestações do que no grupo dos países em que a prática é criminalizada. O estudo não faz essas ponderações estatísticas.

Pouco se destacam, além disso, dados mais difíceis de harmonizar com a hipótese da ineficácia da legislação. De cada 100 gestações no mundo rico, diz a “Lancet”, 26 terminam em aborto, contra 20 nos países em desenvolvimento.

25 MAR 2013

25 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Há 12 brasileiros sequestrados!

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL

Durante um jogo de futebol na Bolívia, alguém disparou um sinalizador e um jovem morreu. A comoção foi imediata e proporcional à situação. O desenrolar da história, entretanto, fugiu a todos os padrões, pois, por um sinalizador lançado, 12 cidadãos brasileiros foram e continuam presos, não se sabe em que condições.

A lição mais óbvia é a de que se deve abolir o uso dos fatídicos sinalizadores. Acontecimentos recentes provam que eles só causam problemas. Revistar o público antes dos jogos de futebol também constitui necessidade básica, valendo ficar atento para a Copa que se aproxima.

Há, ainda, as consequências desportivas como a da punição do time e, por conseguinte, da torcida.

Várias foram as manifestações na imprensa, todas em torno dos males causados pelas torcidas organizadas e do cabimento, ou não, das sanções aplicadas a todos os torcedores em virtude do ato de um.

Estranhamente, até agora, ninguém perguntou como pode o ato de uma única pessoa levar 12 a prisão! E, pior, não parece fazer diferença o fato de nenhum dos 12 presos ter sido o autor do disparo do sinalizador.

A situação resta ainda mais problemática quando se constata que,

O país deve exigir a imediata devolução dos torcedores corintianos inocentes. Eles não podem ser usados como estandartes do rigor boliviano

tendo aparecido um culpado, a Justiça boliviana se nega a libertar os brasileiros, mantendo-os em cárcere até que o indivíduo se apresente! Ora, o que é isso senão um sequestro?

Mesmo que o verdadeiro autor do disparo do sinalizador tivesse sido detido, por se tratar de uma conduta culposa (o sinalizador foi lançado sem qualquer intenção de matar alguém), a prisão provisória poderia ser contestada.

É certo que competiria às autoridades brasileiras zelar para que o preso fosse mantido separado dos demais encarcerados, até para a preservação de sua integridade física, dada a repercussão do caso e a hostilidade que costuma haver relativamente aos estrangeiros.

No entanto, diante da prisão de pessoas inocentes, o país deve exigir a imediata devolução de seus cidadãos, que não podem continuar sendo usados como estandartes do rigor boliviano.

É como se, por estar no lugar er-

rado, na hora errada, toda arbitrariedade findasse legitimada. Poder-se-ia alegar que os detidos também estavam portando sinalizadores, o que, aliás, não restou evidenciado. Mas mesmo que isso fosse verdade, por acaso, quando alguém é atropelado, o motorista que passa ao lado pode ser responsabilizado, porque, afinal, também estava dirigindo? Não tem o menor sentido!

Nem sequer em casos de crimes dolosos, quando, por exemplo, um sujeito dá um tiro na cabeça de outro, querendo matá-lo, os amigos do atirador podem ser punidos.

O que está acontecendo na Bolívia contraria, flagrantemente, os fatos e a lógica jurídica de qualquer sociedade minimamente democrática.

Lançar o sinalizador foi uma idiotice. A morte do rapaz pode, sim, ser considerada um homicídio; entretanto, trata-se de homicídio culposo (sem intenção) e é impossível admitir que 12 pessoas sejam infundadamente mantidas presas como reféns. O Itamaraty tem que fazer alguma coisa, não só no âmbito jurídico, mas também no político!

JANAINA CONCEIÇÃO PASCHOAL, 38, advogada criminalista, é professora livre-docente de direito penal na Universidade de São Paulo

25 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

Promotoria acusa Maluf de blindar bens de empresa

Ministério Público diz que família de deputado esvazia patrimônio da Eucatex para escapar de condenações

Operações já tinham motivado suspeita da Prefeitura de São Paulo; empresa nega acusação e defende novo modelo

O Ministério Público de São Paulo afirma que a família do deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) está buscando escapar do pagamento de condenações judiciais com a transferência do patrimônio da empresa da qual é dona, a Eucatex, para uma nova companhia do grupo, a ECTX.

Para a Promotoria, essa operação constitui fraude e tem como objetivo “desidratar” a Eucatex para evitar que os bens da companhia sejam usados para pagar indenizações nas ações judiciais em que Maluf foi acusado de desviar dinheiro da prefeitura.

O vice-presidente da Eucatex, José Antônio Goulart de Carvalho, nega a acusação. Ele afirmou à **Folha** que a transferência do patrimônio da empresa para a ECTX ocorreu porque a nova companhia será a protagonista de um novo modelo de gestão, mais transparente, a ser adotado.

Em julho do ano passado, a Eucatex transferiu R\$ 320 milhões de seu patrimônio para a ECTX. Em maio e outubro, a empresa informou,

em comunicados de “fato relevante” ao mercado, que havia iniciado um “processo de reorganização acionária” para transferir seu acervo.

As operações já tinham motivado suspeitas da Prefeitura de São Paulo. Em novembro, ela conseguiu na Justiça uma medida que, na prática, serve para formalizar publicamente a desconfiança e resguardar seus direitos em ação contra Maluf e a Eucatex.

De acordo com a decisão da Justiça, “a existência de risco de lesar terceiros e de dificultar o recebimento do valor pleiteado [pela prefeitura] justificam a publicidade do protesto”.

A ECTX, segundo Goulart de Carvalho, está aguardando autorização da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para lançar suas ações no mercado de capitais.

PROCESSO JUDICIAL

O promotor de Justiça Silvio Marques diz que a “Eucatex está esvaziando os seus cofres para escapar do pagamento de indenizações” nas ações relativas aos desvios da recursos na prefeitura enquanto Paulo Maluf era prefeito, entre 1993 e 1996.

A Eucatex e os Maluf são réus em um processo judicial no qual a Promotoria pede a devolução de US\$ 153 milhões (o equivalente a R\$ 308 milhões) que teriam sido desviados da prefeitura, remetidos ao exterior e depois investidos na Eucatex por meio de operações financeiras.

Além disso, há uma ação na corte de Justiça da ilha de Jersey envolvendo devolução de dinheiro por parte da família do deputado.

Empresas ligadas à família Maluf no exterior foram condenadas a devolver US\$ 28 milhões (cerca de R\$ 56 milhões) à Prefeitura de São Paulo em razão dos desvios no município. As companhias recorreram da decisão.

Nessa causa, a Justiça da ilha também decidiu pelo bloqueio de ações da brasileira Eucatex que pertencem às empresas estrangeiras ligadas aos Maluf.

“As ações da Eucatex podem ser usadas para pagar a indenização à prefeitura, mas, se a empresa tiver os ativos esvaziados, como está ocorrendo, essas ações não valerão nada”, diz Marques.

De acordo com o promotor, a operação de transferência do patrimônio da Eucatex pode ser anulada se, no momento de realizar a cobrança das indenizações, a companhia não tiver recursos para arcar com o valor das condenações.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Operação é legal e foi aprovada, afirma deputado

O deputado federal Paulo Maluf (PP-SP) e a Eucatex defenderam a legalidade da transferência de bens da companhia da família Maluf para a empresa ECTX, do mesmo grupo empresarial.

A assessoria de imprensa do deputado afirmou que a operação é legal e foi aprovada por todas as autoridades.

“Trata-se de uma perseguição continuada e inócua do promotor Silvio Marques, porque, por preceito constitucional, o deputado federal Paulo Maluf não pode ser diretor e nem membro do conselho de administração de qualquer empresa”, diz a assessoria.

Indagado sobre a transferência dos ativos para a ECTX, o vice-presidente da Eucatex, José Antônio Goulart de Carvalho, disse que a acusação do Ministério Público “não faz o menor sentido e não há esvaziamento nenhum” pois a Eucatex é a dona de 100% da ECTX.

“A ECTX está exercendo a atividade produtiva, mas o patrimônio dela, em última instância, é da própria Eucatex”, disse Carvalho.

Segundo o executivo, a criação da ECTX vai permitir que o grupo empresarial possa entrar em um novo modelo de gestão no mercado de capitais no qual há mais transparência, principalmente para os acionistas majoritários.

“O que está se fazendo é um movimento para levar a empresa para um segmento de governança máxima da Bovespa [Bolsa de Valores de São Paulo], no sentido de dar mais transparência à gestão da empresa. Queremos com isso atrair mais a atenção do mercado de capitais e fazer com que nossa empresa seja vista com mais valor”, afirmou Carvalho.

25 MAR 2013

ENTENDA O CASO

Ministério Público diz que transferência de ativos entre empresas da família Maluf constitui fraude

CASO EUCATEX



Devolução

A Prefeitura de São Paulo pede em ação judicial a devolução de aproximadamente R\$ 308 milhões aos cofres públicos, supostamente desviados de obras ligadas à gestão de Paulo Maluf (1993 - 1996)



Destino

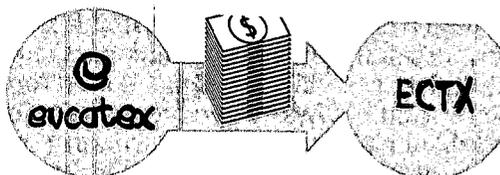
O dinheiro, segundo o Ministério Público, foi enviado ao exterior, percorreu diversos países e foi repatriado por operações financeiras que injetaram capital na Eucatex



Fase atual

A prefeitura aguarda a sentença de primeira instância na ação que tramita na Justiça estadual de São Paulo

A SUSPEITA



1 Em maio de 2012, a Eucatex, principal empresa dos Maluf, comunica ao mercado que fará uma reorganização acionária

2 Em julho do mesmo ano, cerca de R\$ 320 milhões em ativos da Eucatex são transferidos à ECTX, nova empresa da família Maluf

O QUE DIZ O MINISTÉRIO PÚBLICO
Segundo promotor, medida tem como objetivo "desidratar a Eucatex" para que, caso ela seja condenada a ressarcir a Prefeitura de São Paulo, não tenha recursos para fazê-lo



25 MAR 2013

FOLHA DE S. PAULO

JUSTIÇA

Casal de brasileiros é condenado em Miami por tráfico de pessoas

DE SÃO PAULO - A Justiça dos Estados Unidos condenou um casal de brasileiros acusados de fazer parte de uma rede de tráfico de imigrantes ilegais.

Os condenados são uma mulher de 49 anos e o marido dela, de 36. Eles cumprirão cinco e três anos de prisão, respectivamente.

A sentença foi emitida pelo juiz Federico A. Moreno na quinta-feira passada num tribunal de Miami, na Flórida.

O juiz também condenou ambos a pagar US\$ 150 mil (cerca de R\$ 300 mil) cada um, valor obtido pelo casal com a prática ilegal.

Sobre eles pesavam 12 acusações por crimes de “conspiração para induzir e introduzir estrangeiros nos EUA” para obter lucro.

No dia 16 de janeiro, o casal se declarou culpado das acusações, segundo documentos da corte.

25 MAR 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Plenário exclui exigência de certidão da Justiça do Trabalho

Decisão unânime tomada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão ordinária, derrubou a exigência da certidão da Justiça do Trabalho para as nomeações em cargos de comissão ou funções de confiança nos tribunais brasileiros. A obrigatoriedade consta na Resolução n. 156, editada pelo CNJ em agosto do ano passado para instituir a Ficha Limpa no Poder Judiciário. Prevalceu o entendimento do conselheiro Lucio Munhoz, para quem o requisito não atende ao rol de hipóteses que impedem as designações.

A decisão foi proferida na Consulta 0006709-61.2012.2.00.0000, movida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo (TRE/ES) e relatada no CNJ por Munhoz. A corte alegou no procedimento que, ao realizar busca no site da Justiça do Trabalho, verificou a existência de duas certidões: a Certidão Negativa de Débito Trabalho (CNDT) e a Certidão Negativa de Ações Trabalhistas (CEAT). O TRE/ES argumentou que os documentos “a priori, não guardam correlação com os crimes destacados nos artigos 1º e 2º da Resolução”. Por esse motivo, decidiu enviar o seguinte questionamento ao CNJ: “Qual caso, descrito nos artigos 1º e 2º da Resolução CNJ n. 156/2012 é afeto à Justiça do Trabalho? E qual seria a certidão exigível?”.

25 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

DESTAQUE

Justiça obriga pai a indenizar filha em R\$ 200 mil por abandono afetivo

“Amar é faculdade, cuidar é dever.” Com essa frase, da ministra Nancy Andrighi, a Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) asseverou ser possível exigir indenização por dano moral decorrente de abandono afetivo pelos pais. A decisão é inédita. Em 2005, a Quarta Turma do STJ, que também analisa o tema, havia rejeitado a possibilidade de ocorrência de dano moral por abandono afetivo.

No caso mais recente, a autora entrou com ação contra o pai, após ter obtido reconhecimento judicial da paternidade, por ter sofrido abandono material e afetivo durante a infância e adolescência. Na primeira instância, o pedido foi julgado improcedente, tendo o juiz entendido que o distanciamento se deveu ao comportamento agressivo da mãe em relação ao pai.

O Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), porém, reformou a sentença. Em apelação, afirmou que o pai era “abastado e próspero” e reconheceu o abandono afetivo. A compensação pelos danos morais foi fixada em R\$ 415 mil.

No STJ, o pai alegou violação a diversos dispositivos do Código Civil e divergência com outras decisões do tribunal. Ele afirmava não ter abandonado a filha. Além disso, mesmo que tivesse feito isso, não haveria ilícito indenizável. Para ele, a única punição possível pela falta com as obrigações paternas seria a perda do poder familiar.

Para a ministra, porém, não há por que excluir os danos decorrentes das relações familiares dos ilícitos civis em geral. “Muitos, calcados em axiomas que se focam na existência de singularidades na relação familiar – sentimentos e emoções –, negam a possibilidade de se indenizar ou compensar os danos decorrentes do descumprimento das obrigações parentais a que estão sujeitos os genitores”, afirmou.

“Contudo, não existem restrições legais à aplicação das regras relativas à responsabilidade civil e o consequente dever de indenizar/compensar, no direito de família”, completou a ministra Nancy. Segundo ela, a interpretação técnica e sistemática do Código Civil e da Constituição Federal apontam que o tema dos danos morais é tratado de forma ampla e irrestrita, regulando inclusive “os intrincados meandros das relações familiares”.

A ministra apontou que, nas relações familiares, o dano moral pode envolver questões extremamente subjetivas, como afetividade, mágoa, amor e outros. Isso tornaria bastante difícil a identificação dos elementos que tradicionalmente compõem o dano moral indenizável: dano, culpa do autor e nexo causal.

Porém, ela entendeu que a par desses elementos intangíveis, existem relações que trazem vínculos objetivos, para os quais há previsões legais e constitucionais de obrigações mínimas. É o caso da paternidade.

Segundo a ministra, o vínculo – biológico ou autoimposto, por adoção – decorre sempre de ato de vontade do agente, acarretando a quem contribuiu com o nascimento ou adoção a responsabilidade por suas ações e escolhas. A liberdade de exercício das ações humanas corresponde a responsabilidade do agente pelos ônus decorrentes, entendeu a relatora.

“Sob esse aspecto, indiscutível o vínculo não apenas afetivo, mas também legal que une pais e filhos, sendo monótono o entendimento doutrinário de que, entre os deveres inerentes ao poder familiar, destacam-se o dever de convívio, de cuidado, de criação e educação dos filhos, vetores que, por óbvio, envolvem a necessária transmissão de atenção e o acompanhamento do desenvolvimento sócio-psicológico da criança”, explicou.

CONTINUA

“É esse vínculo que deve ser buscado e mensurado, para garantir a proteção do filho quando o sentimento for tão tênue a ponto de não sustentar, por si só, a manutenção física e psíquica do filho, por seus pais – biológicos ou não”, acrescentou a ministra Nancy.

Para a relatora, o cuidado é um valor jurídico apreciável e com repercussão no âmbito da responsabilidade civil, porque constitui fator essencial – e não acessório – no desenvolvimento da personalidade da criança. “Nessa linha de pensamento, é possível se afirmar que tanto pela concepção, quanto pela adoção, os pais assumem obrigações jurídicas em relação à sua prole, que vão além daquelas chamadas *necessarium vitae*”, asseverou.

“Aqui não se fala ou se discute o amar e, sim, a imposição biológica e legal de cuidar, que é dever jurídico, corolário da liberdade das pessoas de gerarem ou adotarem filhos”, ponderou a ministra. O amor estaria alheio ao campo legal, situando-se no metajurídico, filosófico, psicológico ou religioso.

“O cuidado, distintamente, é tizado por elementos objetivos, distinguindo-se do amar pela possibilidade de verificação e comprovação de seu cumprimento, que exsurge da avaliação de ações concretas: presença; contatos, mesmo que não presenciais; ações voluntárias em favor da prole; comparações entre o tratamento dado aos demais filhos – quando existirem –, entre outras fórmulas possíveis que serão trazidas à apreciação do julgador, pelas partes”, justificou.

A ministra ressaltou que o ato ilícito deve ser demonstrado, assim como o dolo ou culpa do agente. Dessa forma, não bastaria o simples afastamento do pai ou mãe, decorrente de separação, reconhecimento de orientação sexual ou constituição de nova família. “Quem usa de um direito seu não causa dano a ninguém”, ponderou.

Conforme a relatora, algumas hipóteses trazem ainda impossibilidade prática de prestação do cuidado por um dos genitores: limitações financeiras, distâncias geográficas e mesmo alienação parental deveriam servir de excludentes de ilicitude civil.

Ela destacou que cabe ao julgador, diante dos casos concretos, ponderar também no campo do dano moral, como ocorre no material, a necessidade do demandante e a possibilidade do réu na situação fática posta em juízo, mas sem nunca deixar de prestar efetividade à norma constitucional de proteção dos menores.

“Apesar das inúmeras hipóteses que poderiam justificar a ausência de pleno cuidado de um dos genitores em relação à sua prole, não pode o julgador se olvidar que deve existir um núcleo mínimo de cuidados parentais com o menor que, para além do mero cumprimento da lei, garantam aos filhos, ao menos quanto à efetividade, condições para uma adequada formação psicológica e inserção social”, concluiu.

No caso analisado, a ministra ressaltou que a filha superou as dificuldades sentimentais ocasionadas pelo tratamento como “filha de segunda classe”, sem que fossem oferecidas as mesmas condições de desenvolvimento dadas aos filhos posteriores, mesmo diante da “evidente” presunção de paternidade e até depois de seu reconhecimento judicial.

Alcançou inserção profissional, constituiu família e filhos e conseguiu “crescer com razoável prumo”. Porém, os sentimentos de mágoa e tristeza causados pela negligência paterna perduraram.

“Esse sentimento íntimo que a recorrida levará, *ad perpetuam*, é perfeitamente apreensível e exsurge, inexoravelmente, das omissões do recorrente no exercício de seu dever de cuidado em relação à recorrida e também de suas ações, que privilegiaram parte de sua prole em detrimento dela, caracterizando o dano *in re ipsa* e traduzindo-se, assim, em causa eficiente à compensação”, concluiu a ministra.

A relatora considerou que tais aspectos fáticos foram devidamente estabelecidos pelo TJSP, não sendo cabível ao STJ alterá-los em recurso especial. Para o TJSP, o pai ainda teria consciência de sua omissão e das consequências desse ato.

A Turma considerou apenas o valor fixado pelo TJSP elevado, mesmo diante do grau das agressões ao dever de cuidado presentes no caso, e reduziu a compensação para R\$ 200 mil. Esse valor deve ser atualizado a partir de 26 de novembro de 2008, data do julgamento pelo tribunal paulista. No julgamento do STJ, ficou vencido o ministro Massami Uyeda, que divergiu da maioria.

25 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

A CONDUTA E O DIREITO PENAL

"...Quantos juizes teríamos que colocar para fora? quantos ministros teriam que colocar para fora?"

Jônatas Pirkiel

A afirmação, por certo, não é de nenhum advogado, mas poderia ser. Na verdade, é do Desembargador Federal Tourinho Neto, ocorrida em discussão com o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Joaquim Barbosa, durante reunião do Conselho Nacional de Justiça que analisava a aposentadoria de um juiz do Piauí.

Joaquim Barbosa comentava este tipo de aposentadoria e, no calor de seus debates, fez duras críticas à relação que existe entre juizes e advogados, a que chamou de promíscua. Destacou que o "conluio entre juiz e advogado é o que há de mais pernicioso".

Tourinho Neto, relator do processo, defendeu o juiz e fez afirmação acima transcrita, que, esta, sim é causa também de grande preocupação, pois todo mundo fala de conluio de juizes e ministros que devem ser colocados pra fora do Judiciário, mas nunca se vê estas autoridades tomarem qualquer providência. Ao

contrário, a sociedade somente sabe que isto existe quando a Polícia Federal age.

O certo é que as duas afirmações, do desembargador e do ministro devem merecer uma discussão mais ampla e séria, da sociedade, por iniciativa da Ordem dos Advogados do Brasil. Pois isto vem em prejuízo grave do exercício da profissão do advogado e coloca em "sob suspeita" toda a magistratura. O que deve ter provocado a reação de suas entidades representativas que, em nota conjunta, "...as três entidades de magistrados criticaram as declarações do ministro Joaquim Barbosa e dizem que são a favor de punições a comportamentos ilícitos por parte de juizes desde que provados em processo legal...".

O entendimento do ministro de que o advogado somente poderia ser atendido pelo juiz na presença da outra parte, é desprovida de qualquer comentário. Pois a prevalecer este entendimento, o advogado somente poderá, à "moda religiosa antiga" falar com o juiz no

"confessionário", do lado de fora da casinha. Justamente quando o que se pretende é que a relação entre juizes, promotores e advogados seja a mais transparente possível, sem que se necessite de atitudes autoritárias e arbitrarias como a sugerida.

Até porque quando as pessoas se relacionam, basta que uma delas seja íntegra e honesta para que não haja conluio, corrupção ou acertos entre juizes e advogados. Esta é a regra pela qual todos devemos trabalhar. Restringir a liberdade de pessoas honradas se relacionar em, em particular sobre processos judiciais, é melhor que os julgamentos sejam dados "via computador", com programas criados para isto, no qual o cliente descreve o caso e a máquina aplica a decisão formatada. Mas, que esta questão, ocorrida dentro do CNJ não pode ficar sem maiores discussões, não pode!

* O autor é advogado criminalista
(jônataspirkiel@terra.com.br)

Alimentar

Segurados que receberam valores em antecipação de tutela de ações propostas contra o INSS, e posteriormente não tiveram os seus direitos reconhecidos, não devem devolver a quantias recebidas, pois essa verba tem caráter alimentar e as partes a receberam de boa-fé. A decisão é da 3ª Seção do TRF da 4ª Região.

Visto

Estrangeira aprovada em concurso público para o cargo de professora universitária deve tomar posse mesmo sem ter o visto de permanência no país. A decisão é do juiz da 2ª Vara Federal de São Carlos/SP.

Leasing

Consumidor que faz contrato de leasing, não consegue pagar todas as parcelas e tem o bem tomado pela empresa, pode pedir reembolso de parte do valor que pagou. O entendimento é do STJ.

Atraso

Construtora que não entrega o imóvel vendido no prazo estipulado deve pagar o aluguel do comprador até a conclusão da obra. A decisão é do juiz da 14ª Vara Cível de Cuiabá/MT.

Notarial

Estão abertas as inscrições para o I Seminário Estadual de Direito Notarial e Registral, que acontece nos dias 5 e 6 de abril, em Foz de Iguaçu. O seminário é destinado a cartorários extrajudiciais, advogados, magistrados e estudantes de Direito. Informações e inscrições pelos telefones (41) 3014-6699 e (41) 9698-7633 com Ana Cláudia ou pelo email anaclaudia@inoreg.com.br.

25 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Trabalho

Acontece amanhã (26), às 19h, no TRT do Paraná, o seminário Crise do Capital e o Mundo do Trabalho no Brasil Atual. Os palestrantes são: Marcio Túlio Viana (PUC-MG/UFMG), Giovanni Alves (UNESP-Marília) e Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da Silva (UFRJ/TRT-RJ). O evento terá a moderação do juiz do TRT-PR e professor da UniBrasil, Leonardo Vieira Wandelli. Inscrições pelo e-mail escolajudicial@trt9.jus.br. Informações pelo telefone (41) 3310-7424.

Erro médico

A União não deve figurar no pólo passivo de ação que visa apurar a ocorrência de erro médico em hospital conveniado ao SUS e o julgamento deve ocorrer na Justiça comum. O entendimento é do TRF da 1ª Região.

Pet shop

Empresa que presta serviço de banho e tosa de animais não é obrigada a contratar médico-veterinário como responsável técnico. A decisão é do desembargador Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz, do TRF da 4ª Região.

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 476 do STJ

– O endossatário de título de crédito por endosso-mandato só responde por danos decorrentes de protesto indevido se extrapolar os poderes de mandatário.

25 MAR 2013

JORNAL DO ESTADO

Aborto

Integrantes da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida Contra o Aborto farão um ato no Congresso Nacional, amanhã, contra a decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) que recomendou a liberação do aborto até a 12ª semana de gestação. Atualmente, o aborto é permitido, por lei, nos casos de risco à vida ou à saúde da gestante e na hipótese de estupro. Além disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu que não é crime a interrupção da gravidez em casos de anencefalia.

Internação

Está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado projeto que estabelece pena privativa de liberdade para os usuários de drogas, com objetivo de forçá-los a aceitar o tratamento especializado. O objetivo do autor do projeto, o ex-senador Demóstenes Torres, era garantir aos usuários, especialmente de crack, o tratamento como opção, a ser determinada pelo juiz no lugar da pena. As internações involuntária e compulsória provocaram polêmica neste ano, com ações nesse sentido tomadas pelo governo estadual de São Paulo e pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Ouvidoria

A Câmara de Curitiba recebe, na sessão de amanhã, o ouvidor-geral da República, José Eduardo Romão, e o ex-ouvidor Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes, professor do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Proposto pela Comissão Executiva da Casa, o debate pretende embasar o processo de seleção do ouvidor de Curitiba, conforme a lei municipal nº 14.223/2013. O próximo passo do processo de escolha é a formação de comissão eleitoral.

Precatórios

Além da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) declarando inconstitucional o sistema de pagamento de precatórios, a recente descoberta de erros no cálculo de dívidas judiciais vem agitando Judiciário, Executivo e credores. Tudo começou quando o atual corregedor nacional de Justiça, Francisco Falcão, anunciou que ocorreram equívocos no cálculo da dívida do Estado da Paraíba. "Há perspectiva de quase R\$ 100 milhões pagos acima do valor", disse Falcão, que integra o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) desde setembro.

TRIBUNA DO PARANÁ

Suspensos cursos de Direito

O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou ontem a suspensão de 100 novos cursos de Direito, cujos pedidos de autorização tramitam na Pasta e a criação de rígido sistema de avaliação da qualidade do ensino jurídico, a ser construída em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que vai resultar no fechamento de dezenas de faculdades e vestibulares da área no País. "Vamos fechar muitos cursos. A política do balcão acabou. Não haverá mais jeitinho e a tolerância será zero com quem não tiver qualidade", avisou o ministro.

Existem no Brasil, hoje, 1.200 cursos de Direito - com 800 mil alunos matriculados, seis vezes mais que os 200 existentes há 20 anos. Das 220 mil novas vagas oferecidas, apenas 162 mil estão ocupadas. "Há ociosidade de 25% na oferta e não há por que abrir novos cursos", explicou o ministro. Ele ressaltou que a má qualidade do ensino fica demonstrada no elevado índice de reprovação de candidatos ao exame da OAB, que atingiu o recorde de 93% neste ano.

Estágio

A nova política regulatória vai incluir a valorização do estágio profissional, hoje considerado um "faz de contas", segundo Mercadante, com a criação dos campos de prática. "O estágio agora será avaliado, rigoroso e pra valer", disse. Os cursos que tiraram notas abaixo de 3 no Enade, num ciclo de quatro anos, serão punidos com a suspensão e impedidos de aplicar novos vestibulares, conforme explicou o ministro. Entre estes, os que tiverem uma trajetória de notas negativas ficarão proibidos de reabrir em caráter definitivo. Já os que tiraram nota 1 e 2, mas evoluíram, poderão ser reabertos, "se apresentarem bom projeto que mostre que estão superando suas deficiências", ponderou.

23 MAR 2013

tribuninhas Desvio

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), será investigado no Supremo Tribunal Federal (STF) por suspeitas de ter contribuído para o desvio de recursos públicos do governo do Amazonas em 2003. O ministro do STF Gilmar Mendes determinou a abertura de inquérito contra o senador a pedido do Ministério Público. De acordo com as investigações, há indícios de fraude em licitações, formação de quadrilha e peculato.

Defensoria

O governador Beto Richa assinou ontem a nomeação de 54 servidores do quadro geral da Defensoria Pública do Paraná. Serão chamados 45 agentes profissionais e nove assistentes técnicos.

25 MAR 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Disputa

O processo de escolha do novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) esvazia a frase repetida há mais de um século nos meios jurídicos: cargo de ministro do Supremo não se pleiteia nem se recusa.

Pelas contas de integrantes do governo, mais de 40 nomes já se apresentaram em busca da vaga, e a maioria é de candidatos de si mesmos. Eles se aventuraram a disputar a cadeira deixada no ano passado pelo ministro Carlos Ayres Britto, que se aposentou em meio ao julgamento do mensalão.

Candidatos

São presidentes de tribunais estaduais, juízes federais e estaduais, advogados, procuradores da República, integrantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e ministros de tribunais superiores que seguem diferentes caminhos, alguns mais discretos, outros nem tanto, mas todos com o objetivo único: a unção da presidente Dilma Rousseff.

23 MAR 2013

IMPACTO PARANÁ

A PONTA DO ICEBERG

Christiane Yared divulga texto no Facebook ligando caso Evangélico ao caso Ribas Carli

Christiane Yared, mãe de uma das vítimas mortas no acidente envolvendo o ex-deputado Fernando Ribas Carli, divulgou em seu Facebook pessoal um texto de Cláudio Fajardo que suscita dúvidas sobre a investigação do Caso Hospital Evangélico e faz uma ilação com “quê” de teoria da conspiração mas que responde, teoricamente, muitas perguntas, leia o texto e tire suas próprias conclusões:

Texto retirado do Facebook pessoal de Christiane Yared

O CASO DO EVANGÉLICO PODE SER MUITO MAIS ESCABROSO DO QUE OS JORNAIS NOTICIAM

Por Cláudio Fajardo

Não posso citar nomes, não posso citar fatos com precisão para não correr o risco de ser processado por gente poderosa. . Posso, no entanto, falar por suposição, por hipótese, e assim fazer com que outras pessoas compartilhem comigo em pensamento coisas que não posso garantir serem verdadeiras, apesar das informações verdadeiras que tenho sobre o caso.

Imaginem uma família poderosa, amiga de outra família poderosa virem seus filhos envolvidos num acidente automobilístico criminoso onde os filhos de outras famílias não poderosas morreram. Imaginem provas cabais serem destruídas, imaginem perícias serem alteradas, imaginem as famílias poderosas influenciando a justiça e fazendo tantas outras coisas ilegais, imorais e sórdidas para proteger os filhos culpados pelo acidente. Imaginem os filhos dos poderosos serem flagrados alcoolizados com provas testemunhais e laboratoriais. Imaginem a pressão para que a pessoa, médica, responsável pelo atestado do alcoolismo sofreu para mudar o resultado e, apesar de toda a pressão, não tenha mudado.

Imaginem, por último, depois de todo o escândalo do Evangélico, em pleno Tribunal do Júri, no julgamento dos filhinhos dos poderosos, o advogado de defesa dos réus brandir a prova do atestado de alcoolismo anexada ao processo:

“Excelência, doutor juiz, senhores promotores, senhoras e senhores: Dentre tantas provas tentando incriminar os réus, restou uma que pode levá-los à condenação por crime doloso: é a prova de que eles estavam embriagados no ato que culminou com a morte de dois outros jovens. Essa prova é um atestado de laboratório assinado por um médico. Esse atestado é que pode ser a peça fundamental do processo para julgá-los por crime doloso. Excelência, promotores, senhoras e senhores, toda a confiança, credibilidade, responsabilidade e ética é o que se exige de quem assina um atestado como esse. Agora, excelência, promotores, senhoras e senhores, sabem os senhores quem assina esse atestado, sabem quem teve a autoridade para assinar esse atestado? Qual é a pessoa, médica, autoridade eticamente responsável, de fé pública, de confiança e competência que assina esse atestado senhores? É inacreditável, mas a pessoa que assinou esse atestado é a doutora chefe da UTI do Hospital Evangélico, presa durante uma investigação sobre mortes induzidas no referido hospital. É a doutora Virgínia Soares de Souza.”

Não será isso estarrecedor? Pois é, isso é muito mais do que uma ironia. A desmoralização da doutora Virgínia não será um prato cheio para a defesa dos filhinhos dos poderosos?

Existe muita verdade sobre o que li logo acima. Estranhamente a defesa insistiu que o STJ analisasse antes do julgamento os recursos do MP que pedia que o “exame de sangue” realizado no Evangélico fosse julgado pelo TJPR e reconduzido ao processo. Esta decisão do STJ suspendeu o julgamento. Existe um dossiê da Dra. Virgínia que prova a existência além do álcool, mas também

de outra substância no sangue, da presença de vários políticos dentre eles do Beto e do Requião e que o ex-deputado nunca esteve em estado de coma, contrariando a assessoria de imprensa do próprio Evangélico que anunciava na ocasião que Carli Filho estaria em coma e que ficaria por tempo indeterminado.

Mentiras e mais mentiras. Almas sendo compradas pelo DIABO através do poder, da ilusão de cargos e facilidades, da troca de favores.

Uma vergonha!

Fonte: <http://jornaldopovo.parana.com/christiane-yared-divulga-texto-no-facebook-ligando-caso-evangelico-ao-caso-ribas-carli/>



IMPACTO PARANÁ

Justiça

Osmann de Oliveira
Advogado

23 MAR 2013

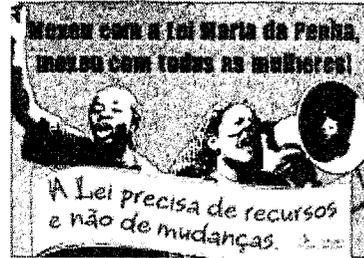
OS HOMENS QUE SE CUIDEM!

Impressionada com os sofrimentos impostos às mulheres quer no recesso dos lares, nas desavenças conjugais, nas ruas e em locais públicos, a ONU patrocinou, no México, a I Conferência Mundial de Defesa das Mulheres, em 1975 e, após, sucederam-se, no mundo todo, Conferências e Simpósios.

No Brasil, fundamentado no artigo 226, § 8º, da Constituição Federal, impõe-se ao Estado a assistência à Família e a obrigação de se criarem mecanismos destinados a coibir a violência no âmbito de suas relações, criando-se e sancionando-se a Lei nº 11.340/2006, alcinhada de “Lei Maria da Penha”. Foi uma espécie de homenagem a uma senhora que, sem ser formada em direito e possuir, a nobre formação de farmacêutica, denunciou as barbáries das quais fora vítima ao ponto de ficar paraplégica depois do seu marido, professor universitário, em Fortaleza, Ceará, haver atentado contra a sua vida com um tiro de espingarda e submetido-a uma descarga elétrica quando se banhava.

O seu algoz foi processado e condenado a dez anos de prisão dos quais cumpriu, apenas, dois anos, pois, foi enclausurado às portas da prescrição, 19 anos após, portanto, beneficiado com os favores das leis de execuções penais e de outras situações que se foram avolumando.

As consequências dessa lei, sem dúvida de cunho social e preventivo, além da sua alta importância repressiva, resultaram na punição direta de todos os homens. Parece dirigir-se mais contra o sexo masculino do que, a rigor, na proteção da própria mulher! E isto pode gerar desarmonia total na convivência doméstica, pois, as autoridades policiais e judiciais não vêm tendo equilíbrio, em alguns casos, ten-



dentos a minorar os problemas que se apresentam. Assim, por exemplo, após uma briga ou um desentendimento conjugal pode a mulher formular uma queixa ou registrar num “BO”, - Boletim de Ocorrência, uma imputação, por mais leve que seja, contra o seu marido e ser este indiciado em inquérito e depois em processo penal. O resultado disso é o lançamento do seu nome no Cadastro Nacional de Inquiridos ou de Processos mesmo, ficando com a sua “ficha suja” e sem não mais poder candidatar-se a um concurso público, a um emprego ou a uma função privada, pois, sempre haverá na sua conduta um ponto de interrogação. Além disso, a coisa pode converter-se numa separação fática ou judicial, e o conflito resultar na impossibilidade de reconciliação. Na Faculdade de Direito fui aluno do saudoso Desembargador Pacheco Júnior e este, em suas aulas sobre Família, dizia sempre: “quando a briga chega ao Fórum o entendimento se torna mais civil”...

É o que se está notando.

A Lei Maria da Penha merece ser prestigiada, mas os excessos de que ela se compõe precisam ser mitigados.

As autoridades precisam saber que não é pela violência processual que serão excluídos os atos de violência doméstica. A prevenção ou a repressão seriam mais bem atendidas se para cada caso houvesse um pouco de espírito de apaziguamento.

Voltarei ao assunto.

23 MAR 2013

IMPACTO PARANÁ

Perguntar não ofende

- Vai mesmo ser criada uma Vara da Fazenda Pública em Araucária para separar as coisas?
- Rafael Iatauro, que ganhou emprego no governo Beto Richa, é o maior cabo eleitoral do Fábio Camargo para elegê-lo conselheiro do Tribunal de Contas?

A transmissão ao vivo do julgamento de Ribas Carli Filho, se for ainda realizado este ano, já que vem se arrastando há quatro anos em recursos e apelações judiciais que o deixaram distante cada vez mais do registro em 7 de Maio de 2009, quando o ex-deputado matou dois jovens em acidente automobilístico em estado de embriaguês conforme atestado na ocasião, virou assunto em cogitação. Depois do julgamento do advogado Misael Bispo de Souza, condenado pelo assassinato de Mércia Nakashima, que deu repercussão nacional, tem gente entusiasmada no Paraná para que o mesmo procedimento aconteça em Curitiba. A decisão do Juiz Leandro Jorge Bittencourt Cano, em São Paulo, estaria entusiasmando uns e outros de estender este tipo de transmissão para determinados julgamentos, caso do episódio Ribas Carli cuja repercussão nacional e internacional poderiam, inclusive, promover a imagem da Justiça paranaense. O primeiro Júri transmitido em tempo real pela TV foi em Rondônia, dos acusados da Casa de detenção Urso Branco, sendo que o segundo recentemente em São Paulo, e que está entusiasmando uns e outros a sugerirem aconteça no Paraná e com um caso que já deu em quatro anos tanto o que falar por envolver uma figura pública responsável por dois jovens. A defesa, segundo comentam pelos corredores do Centro Cívico, dificilmente concordarão com uma situação desse tipo, ainda mais que dada a repercussão daquele acidente em 2009, o acusado praticamente já foi condenado.

DA VÉIA – Já tem gente admitindo que mais uma vez o velho ditado “há males que vem para bem”, poderá se confirmar caso o deputado Fábio Camargo venha a ser futuramente escolhido como novo conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná, conforme é do seu desejo incontido. Escolhido para tal posto, se isto acontecer, deixaria a Assembleia e, conseqüentemente, aliviaria o ambiente legislativo onde volta e meia causa frisson com escândalos de arrepiar. No cargo de conselheiro do TC fica sem discurso e sem espaço político, que é proibido exercer neste cargo conforme o regimento interno, esfriando conseqüentemente o seu ímpeto e arroubo político-discursivo.

23 MAR 2013

CARTA CAPITAL

Joaquim Barbosa imagina ser D. Pedro II

O STF porta-se como poder moderador da República

NA AUSÊNCIA de um monarca, desde o dia 15 de novembro de 1889, o Supremo Tribunal Federal tenta hoje se firmar como o Poder Moderador do Brasil, embora a República não seja uma monarquia e nem Joaquim Barbosa, presidente do STF, seja um Bragança.

Esse é o sintoma mais claro, no entanto, do que vem sendo chamado, em todo o mundo, de “judicialização da política”. Os exemplos são muitos e já existe farta literatura a respeito, a exemplo do livro *Judicialização da Política* (22 Editorial), organizado pelo professor Luiz Moreira, doutor em Direito e Mestre em Filosofia pela UFMG.

“O Supremo não está acima das demais instituições republicanas. Essa supremacia judicial é provocada”, explica Moreira.

Para ele, o episódio da suspensão da lei dos royalties do petróleo “por decisão solitária da ministra Cármen Lúcia” leva diretamente a essa tentativa de o Judiciário constituir-se como o poder “que detém a última palavra sobre os assuntos da República”.

Na visão dele, o ponto que merece “maior reflexão” é o da legitimidade da medida, já que “é a segunda vez que o Congresso manifesta sua vontade, sendo a última na forma de derrubada de veto da presidenta Dilma”.

Na Constituição está a sustentação do que ele diz. O Artigo 52, inciso X, diz que é privativa do Senado a suspensão “no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”.

Moreira despeja polêmica: “A Constituição traçou um paralelo entre a declaração de inconstitucionalidade de lei pelo Plenário e o veto do presidente da República, mas



Atenção. Qualquer semelhança é mera coincidência

conserva a distinção à origem do Poder”.

Como poder político, o veto do presidente, ele entende, tem vigência imediata. Já o veto do STF só tem início “com o assentimento do Senado, que precisa aprovar”.

“Até que haja manifestação expressa do Senado, a lei continua em vigor, pois o STF não detém legitimidade que a soberania popular confere aos poderes estatais”, explica.

Luiz Moreira completa: “O STF, por manobra interpretativa, invocou o instituto da ‘Mutação Constitucional’ para dizer que o inciso X do art. 52 não mais se aplica. É caso típico de invasão de competência do Senado. Ora, como não se aplica se nem sequer houve questionamento sobre sua higidez?”

O inciso XI, do artigo 49, torna tarefa exclusiva do Congresso “zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros poderes”.

Assim, no entender dele, haveria na Constituição forte conotação democrática, situando o protagonismo na soberania popular.

Segundo Moreira, o Congresso “errou ao estender a decisão que tomou aos contratos já firmados. Muito embora o Congresso seja soberano seria recomendável que a lei dos royalties conservasse o direito dos entes da Federação. Já tendo firmado contrato de exploração, nos termos da legislação em vigor, o Espírito Santo, o Rio de Janeiro e São Paulo assumiram compromissos considerando as receitas dali decorrentes. É o chamado ato jurídico perfeito”.

Quanto a todos os demais campos de petróleo e as reservas do pré-sal, a decisão do Congresso seria perfeita sob o ponto de vista jurídico, afirma Luiz Moreira.

FRASE

“Crítico-geral da República”

(REFERÊNCIA AO MINISTRO JOAQUIM BARBOSA ENTRE ALGUNS DOS PARES DELE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL)

23 MAR 2013

CARTA CAPITAL

Para arejar

o Judiciário

ARTIGO | Sem uma Justiça realmente independente e eficaz não existe adequado controle do poder

POR FÁBIO KONDER COMPARATO*

COM EXCEÇÃO dos profissionais do foro, ninguém mais se interessa neste País pela atuação dos magistrados. No teatro político, eles não costumam subir ao palco, e, quando o fazem, infelizmente nem sempre é para exercer o papel de juízes, mas algumas vezes de réus. Acontece que sem um Judiciário independente e eficaz não existe adequado controle do poder e, por conseguinte, efetiva garantia de respeito aos direitos humanos.

Tomemos, por exemplo, o caso da Corte de Justiça situada no topo da pirâmide: o Supremo Tribunal Federal. Seu funcionamento deixa muito a desejar, por duas razões principais: sua composição e a natureza de suas atribuições.

Em todas as nossas Constituições Republicanas, segundo o modelo norte-americano, determinou-se a nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal pelo presidente da República, com aprovação do Senado Federal.

Nos Estados Unidos, esse controle senatorial funciona adequadamente, já tendo havido a desaprovação de 12 pessoas indicadas pelo chefe de Estado para a Suprema Corte. Algumas vezes, quando o presidente dos Estados Unidos percebe que a pessoa por ele escolhida não será aprovada pelo Senado, retira a indicação. Assim procedeu o presidente George W. Bush em 2006, quanto à indicação à Suprema Corte de Harriet Miers, conselheira da Casa Branca.

No Brasil, ao contrário, até hoje o Senado somente rejeitou uma nomeação para o Supremo Tribunal Federal. O fato insólito ocorreu no período conturbado do início da República, quando as arbitrárias intervenções decretadas por Floriano Peixoto em vários estados suscita-

ram o acolhimento, pelo Supremo Tribunal, da doutrina extensiva do *habeas corpus*, sustentada por Rui Barbosa. Os líderes oposicionistas, nos estados sob intervenção federal, puderam assim escapar da prisão. Furioso, Floriano resolveu então nomear para preencher uma vaga no Supremo o doutor Barata Ribeiro, que era seu médico pessoal. Literalmente, não houve violação do texto constitucional, pois a Carta de 1891 exigia que os cidadãos nomeados para o Supremo Tribunal Federal tivessem “notável saber e reputação”; o que ninguém podia negar ao doutor Barata Ribeiro.

- Foi somente pela Emenda Constitucional de 1926, e em razão daquele episódio, que se resolveu acrescentar o adjetivo “jurídico” à expressão “notável saber”.

Mas essa qualificação aditiva em nada mudou a prática das nomeações para o Tribunal. Como gostava de contar o grande advogado Evandro Lins e Silva, quando Getúlio Vargas nomeou para o Supremo o presidente do infame Tribunal de Segurança Nacional, o escrivão daquele pretório anunciou, alto e bom som, que era candidato à próxima vaga na mais alta Corte de Justiça do País; pois, dizia ele, “reputação ilibada ninguém me nega, e notável saber jurídico vem no decreto de nomeação”...

Ora, o que se vem assistindo ultimamente, de forma constrangedora, é a uma frenética corrida ao Palácio do Planalto de candidatos ao Supremo Tribunal, na esperança de serem escolhidos pelo presidente da República. Há até, como se sabe, quem repita a tentativa várias vezes, após sucessivas “bolas na trave”.

CONTINUA

23 MAR 2013

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 atribuiu ao Supremo Tribunal Federal, como seu objetivo precípua, “a guarda da Constituição” (art. 102). Mas a consecução dessa finalidade maior é simplesmente obliterada pelo acúmulo de atribuições daquela Corte (aquilo que os juristas denominam “competência”) para julgar processos de puro interesse individual ou de grupos privados.

Segundo informa a secretaria do Supremo Tribunal Federal, há atualmente em andamento naquela Corte mais de 68 mil processos. O que perfaz, abstratamente, a média aproximada de mais de 6 mil por ministro. Tal significa na prática que, tirante alguns casos especiais, os processos levam em média uma dezena de anos para ser julgados.

O que fazer, então? Certamente, não podemos nos resignar a “tocar um tango argentino”, como sugeriu um poema de Manuel Bandeira; muito embora a situação judiciária no país vizinho pareça bem melhor que a nossa.

Eis por que proponho a transformação do atual Supremo Tribunal Federal em uma Corte Constitucional.

Ela seria composta de 15 ministros, nomeados pelo presidente do Congresso Nacional, após aprovação de seus nomes pela maioria absoluta dos integrantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a partir de listas tríplices de candidatos oriundos da magistratura, do Ministério Público e da advocacia. Tais listas seriam elaboradas, respectivamente, pelo Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

O Supremo deveria se tornar uma Corte Constitucional. Teria 15 integrantes nomeados pelo Congresso



Defesa. O novo sistema inibiria a ação dos lobbies

Transitoriamente, os atuais ministros do Supremo Tribunal Federal passariam a compor a Corte Constitucional, com o acréscimo de mais quatro novos membros, nomeados como indicado acima.

O novo sistema de nomeação tornaria muito difícil, senão impossível, o exercício com êxito de alguma atividade lobista, além de estabelecer, já de início, uma seleção de candidatos segundo um presumível saber jurídico.

A competência da Corte Constitucional seria limitada às causas que dissessem respeito diretamente à interpretação e aplicação da Constituição, transferindo-se todas as demais à competência do Superior Tribunal de Justiça.

Esse último passaria a ter uma composição semelhante à da Corte Constitucional, mas contaria doravante com um mínimo de 60 ministros; ou seja, quase o dobro do fixado atualmente na Constituição.

Bem sei que essa proposta, se oficializada, suscitará, segundo nossa inveterada tradição antirrepublicana, a resistência de todos aqueles que só cuidam de proteger seus interesses próprios, virando as costas ao bem comum. Mas o essencial é pôr desde logo o dedo na ferida e exigir o indispensável tratamento terapêutico. ●

** Advogado e jurista, é professor titular aposentado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*

23 MAR 2013

CARTA CAPITAL

Um direito das mulheres

SAÚDE | Médicos defendem legalizar o aborto até 12ª semana

Em um país onde são realizados cerca de 1 milhão de abortos induzidos por ano, muitos deles clandestinos e com riscos à saúde da mulher, a defesa da legalização ampla do procedimento até a 12ª semana de gravidez ganhou o apoio declarado dos conselhos de medicina do Brasil. Reunidos em Belém no início do mês, representantes dos conselhos federal e regionais deram seu recado: são a favor do direito da mulher de decidir. O apelo vem justamente quando um anteprojeto de reforma do Código Penal, com propostas de ampliação das situações previstas para o aborto legal (como estupro e risco à vida da mãe), é analisado no Senado. A proposta do Legislativo pode legalizar o aborto de fetos com anomalias incompatíveis com a vida ou quando a mãe assim decidir, desde que um médico ou psicólogo constate falta de "condições psicológicas". A proposta dos conselhos de medicina vai além. Defende que o simples desejo da mulher seja suficiente. A proposta será encaminhada à comissão especial do Senado responsável pela reforma do Código Penal.